

**O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo.  
A aplicação do Modelo Sistémico**

**Patrícia Cardoso Marques**

**Dissertação em Ciências da Informação e da Documentação –  
Arquivística**

**Outubro, 2013**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação, realizada sob a orientação científica da professora Dra. Maria de Lurdes Rosa e coorientação da professora Dra. Ana Canas

*Aos meus pais*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos meses várias foram as pessoas que, de uma forma ou de outra, deram o seu contributo para a realização da presente Dissertação de Mestrado.

Os meus primeiros agradecimentos vão para D. Luís Eduardo de Mendia de Castro, representante da família Castro/Nova Goa, por ter disponibilizado o acesso ao arquivo e permitido, através deste trabalho, a sua divulgação. A D. Teresa de Mendia de Castro, sua irmã, agradeço a simpatia, disponibilidade imediata e apoio, bem como o facto de me ter recebido tão bem em sua casa. Para D. Francisco Xavier Valle de Castro, seu primo, vão as minhas palavras de reconhecimento pela sua simpatia e amabilidade. Poucas são as palavras para agradecer a forma como me receberam, os conhecimentos transmitidos e a amizade que demonstraram.

As palavras seguintes dirijo-as às orientadoras. Agradeço à Dra. Maria de Lurdes Rosa por me ter sugerido este trabalho e por acreditar, desde o início, no sucesso do projeto. Pude contar sempre com a sua simpatia, orientação, disponibilidade e motivação. Não poderei esquecer todas as portas que me abriu e as oportunidades, assim como a paciência, amizade e o facto de nunca ter deixado de acreditar nas minhas capacidades. À Dra. Ana Canas, por ter aceitado a orientação e por se mostrar sempre disponível para responder às minhas questões. Enquanto diretora do Arquivo Histórico Ultramarino, devo-lhe também um agradecimento, por ter permitido a instalação da plataforma informática nos seus servidores. Às duas, dirijo um pedido de desculpas por nem sempre ter cumprido os prazos estipulados.

Ao Instituto de Estudos Medievais, agradeço por me ter aceitado como membro, permitindo assim a minha integração num grupo de trabalho e a deslocação a Madrid, o que facilitou a familiarização com esta tipologia de arquivos. Às doutorandas de Arquivística Histórica da FCSH-UNL – Ana Cortez de Lobão, Maria João da Câmara, Assunção Júdice, Margarida Leme e Rita Nóvoa - devo igualmente uma palavra de gratidão pela forma como me acolheram no grupo.

Ao longo da elaboração do trabalho contei também com a ajuda preciosa de várias pessoas: Dr. Abel Rodrigues, pelas explicações sobre o modelo sistémico (em

particular no que respeita aos subsistemas profissionais) e pela forma como me recebeu no *Workshop* da Casa de Mateus; Dra. Isabel Ventura, pelos esclarecimentos sobre o modelo sistémico e as potencialidades do ICA-AtoM; Dr. Armando Malheiro da Silva que, através de Isabel Ventura, me elucidou sobre a constituição das subsecções; Yuri Binev, responsável pela instalação do *software* e pela resolução de alguns problemas técnicos; Dr. José Barateiro, pelas explicações de XML e a tentativa de exportação de registos; e Dr. Filipe Caldeira, por me apresentar a forma de funcionamento da plataforma ICA-AtoM da CGTP.

Devo também agradecer aos meus colegas da Fundação Calouste Gulbenkian, pelo apoio e flexibilidade de horários que me permitiram, durante os meses de verão, sair do trabalho mais cedo para poder deslocar-me ao arquivo.

Na vida pessoal, destaco a preocupação das minhas tias Luísa, Maria e Hermínia que sempre torceram pelo sucesso deste trabalho. Agradeço também o apoio dos companheiros de sempre: Ana Nunes, que me prova que a amizade supera a distância; Gonçalo, o meu “primeiro amigo”; Margarida, a minha colega de casa e tantas vezes confidente; Gustavo, também pelo inglês; pessoas do grupinho de Portalegre; Zé Manel e Sofia. Dirijo uma palavra especial ao Miguel, pela amizade, paciência, apoio e presença constantes.

O agradecimento final vai, como não podia deixar de ser, para os meus pais, uma vez que, sem eles, nada disto seria possível. São os meus pilares e não sei se algum dia poderei retribuir tudo o têm feito: a amizade, o apoio, a motivação e os sacrifícios. Fica a esperança de que o esforço compensa e de que tudo valerá a pena.

# O ARQUIVO CASTRO/NOVA GOA: CONSTRUÇÃO DE CATÁLOGO.

## A APLICAÇÃO DO MODELO SISTÉMICO

PATRÍCIA CARDOSO MARQUES

### RESUMO

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos de Família, Modelo Sistémico, Catálogo, Arquivo Castro/Nova Goa, História

Os Arquivos de Família apresentam-se como fontes de valor incalculável. Pela sua riqueza documental (tipologias e âmbito cronológico), heterogeneidade e particularidade ao nível da organização, representam um verdadeiro desafio para a Arquivística. Ao mesmo tempo, são ótimas fontes de informação para o estudo das famílias, dos indivíduos, suas relações, e do contexto onde se inserem. A sua importância ultrapassa, portanto, os limites da própria família, contribuindo com conhecimentos para a História em geral e permitindo a reflexão sobre formas de tratamento e organização mais adequadas.

O Arquivo Castro/Nova Goa é exemplo dessa riqueza. O facto de a família ter participado ativamente na Expansão Portuguesa no Oriente, tendo-se fixado na Índia e ocupado cargos político-militares relevantes, sem nunca descurar a administração das propriedades que possuía em Portugal, confere-lhe especial interesse.

A variedade documental e riqueza de conteúdos, bem como o quase desconhecimento desta família, tornam imperativa a investigação.

A presente Dissertação de Mestrado procura, portanto, conjugar as duas vertentes deste tipo de acervo: analisar o arquivo, propondo uma nova forma de acesso à informação, e estudar a família e a sua história.

O tratamento do arquivo passa pela aplicação do Modelo Sistémico, teorizado por Armando Malheiro da Silva, que preconiza, de modo geral, a organicidade inerente a uma família e distribui os documentos nessa lógica genealógica. Na prática, os documentos são colocados no seu produtor/recetor, restituindo o seu contexto de produção.

A amostra documental selecionada é descrita ao nível do documento de acordo com a norma de descrição internacional ISAD(G). Os registos estão inseridos no ICA-AtoM, uma aplicação informática *open source* de descrição de arquivo definitivo, multilingue e multi-repositórios, que funciona em ambiente *Web* e é baseada em normas.

Deste trabalho resulta a construção do Quadro Orgânico-Funcional, onde estão apresentados o Sistema de Informação da família (os Castros) e respetivos Subsistemas (ramos familiares), bem como a elaboração de um catálogo.

## ABSTRACT

KEYWORDS: Family Archives, Systemic Model, Catalog, Archive Castro/Nova Goa, History

Family archives present themselves as sources of incalculable value. Due to its documentary richness (typologies and chronological scope), heterogeneity and particularity in the organization, they represent a real challenge to Information Science. At the same time, they are great sources of information for the study of families, individuals, their relationships, and the context in which they operate. Its importance exceeds therefore the limits of family itself, contributing with knowledge to history in general and allowing reflection on forms of treatment and the most appropriate organization.

The Archive Castro/Nova Goa is an example of that wealth. The fact that the family has actively participated in the Portuguese expansion in the East, established in India and holding political and military relevant charges there without ever neglecting the management of the properties it owned in Portugal, gives it special interest.

A variety of documents and richness of content, and almost lack of this family, make its investigation imperative.

This Master's Dissertation therefore seeks to combine the two aspects of this type of collection: parse the file collection, proposing a new way to access information, plus studying the family and its history.

The treatment involves the application file from the systemic model, theorized by Armando Malheiro da Silva, who advocates, in a general way, the organic element of a family and distribute documents on this logic family. In practice, the documents are placed at the producer/receiver, having restored its context of production.

The selected sample document is described at the level of the document according to the international standard description ISAD (G). The records are inserted into the ICA- AtoM, a computer application open source file description final, multilingual and multi-repositories, which works in a web environment and is standards-based. And so, an application which is in increasing evolution and dissemination, bringing numerous advantages to the files.

Results of this work the construction of Organic Functional Framework, where are presented the family's system information (the Castros) and respective subsystems (family branches), as well as the preparation of a catalog.



## ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: Arquivos de Família e Família Castro/Nova Goa: problemas e soluções teóricas.....	4
I. 1. Os Arquivos de Família: modelos de organização e de acesso à informação .....	4
I. 2. A família Castro/Nova Goa: levantamento bibliográfico.....	12
Capítulo II: Questões metodológicas .....	17
II. 1. Escolha do tema e definição de um plano de trabalho.....	17
II. 2. A organização dos Arquivos de família: o modelo sistémico. ....	20
II. 3. A descrição arquivística e a adoção de uma aplicação informática. A experiência ICA-AtoM.....	23
Capítulo III: Os Castros: a família por detrás do Arquivo .....	33
Capítulo IV: O Arquivo Castro/Nova Goa e o índice do General Pestana.....	41
Capítulo V: Aplicação do Modelo Sistémico .....	50
V. 1. Quadro geracional da Família Castro/Nova Goa.....	50
V. 2. Quadro Orgânico-funcional do Sistema e Subsistemas de Informação .....	51
Conclusão .....	66
Bibliografia .....	68
Índice das Secções, Subsecções e Subsistemas .....	75
Índice de Figuras .....	80
Anexo A: Genealogia da Família Castro.....(Ficheiro anexo A, em pdf)	
Anexo B: Genealogia da Família Castro/Nova Goa.....(Ficheiro anexo B, em pdf)	
Apêndice A: Imagens e mapas .....	i
Apêndice B: A Família Pimentel (ramo de Torres Novas) .....	ix

Apêndice C: Vínculos, morgados e capelas presentes no Arquivo Castro/Nova Goa.....	xii
Apêndice D: “Guia de Remessa” .....	xviii
Apêndice E: Catálogo do ACNG: exemplo de descrições .....	xx



## LISTA DE ABREVIATURAS

ACNG – Arquivo Castro/Nova Goa

ICA – *International Council on Archives* (= CIA - Concelho Internacional de Arquivos)

ICA-AtoM - *International Council on Archives - Access to Memory*

ODA – Orientações para a Descrição Arquivística

QOF – Quadro Orgânico-Funcional

SI – Sistema de Informação

SBS – Subsistema [de Informação]

SC – Secção

SSC - Subsecção

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem como objeto de estudo o Arquivo Castro/Nova Goa. Pretende-se dar a conhecer esse acervo documental, bem como a família que lhe deu origem, com os seus membros e ramos familiares.

Os Arquivos de Família são bastante peculiares na medida em representam as vivências e realidades sociais de um conjunto de indivíduos e famílias que se interrelacionam. Ao contrário dos arquivos institucionais, não têm uma orgânica estabelecida e a produção e acumulação da documentação não segue uma lógica pré-definida. A sua construção deriva de uma ação pragmática, de uma necessidade de conservar para utilização futura determinada documentação; a isto alia-se o seu valor patrimonial e informativo (são testemunhos da memória). O facto de reunirem documentos provenientes de várias famílias e de, regra geral, abrangerem um período cronológico bastante lato, reforça o seu carácter heterogéneo, especial e valioso. Por serem arquivos privados, também o acesso aos conteúdos se encontra limitado, desconhecendo-se inclusive, por vezes, a sua existência. Assim, os principais desafios prendem-se com a definição de uma estratégia de organização e de disponibilização dos acervos.

Os Castros, família nobre portuguesa, partiram para a Índia em meados do século XVI, no contexto da expansão portuguesa, e por lá permaneceram durante dez gerações. A família esteve sempre próxima do poder e vários elementos desempenharam cargos político-militares relevantes. Ao mesmo tempo, sempre existiu uma preocupação com a administração dos vínculos que a família detinha em Portugal.

O Arquivo Castro/Nova Goa é prova disso. Com cerca de setenta pastas, contém documentação de carácter pessoal e administrativo, acumulada em épocas diferentes. A sua organização ocorreu no século XIX, na sequência do Registo Vincular de 1860. Tal tarefa esteve a cargo do General Daniel Ferreira Pestana que conferiu ao arquivo uma organização temática e cronológica. Daí resultou a elaboração de um

índice, em quadro volumes, onde é feito o sumário da documentação presente nas pastas. Esse índice será o principal instrumento de trabalho desta investigação.

Assim, numa primeira fase, e cumprindo as funções de enquadramento teórico, faz-se o estado da arte sobre os temas abordados: arquivos de família, modelo sistémico e família Castro. Reserva-se uma secção para explicar a escolha da metodologia e os passos de investigação que conduziram ao resultado final.

No capítulo seguinte apresentam-se os Castros e respetivos ramos familiares, reportando-se às suas origens e história, não só na Índia mas também em Portugal. Tenta-se assim compreender melhor o lugar desta família na sociedade e o seu papel na expansão portuguesa no Oriente. Com estes dados é possível apurar o contexto de produção da maior parte da documentação tratada.

Dedica-se também um capítulo à história custodial do arquivo, com especial atenção para a organização adotada no século XIX pelo General Pestana, numa tentativa de compreender o seu propósito, o contexto de produção, a forma como está estruturado, bem como o modo como este instrumento influenciou a consulta e preservação do acervo.

Segue-se a apresentação do trabalho prático: o esquema geracional da Família Castro/Nova Goa e quadro orgânico-funcional. No fundo, apresenta-se o Sistema de Informação principal e a forma como este se relaciona com os restantes Sistemas que vão entrando na família. Note-se que os arquivos de família são um “arquivo de arquivos”, onde nem sempre é fácil compreender as lógicas de produção da documentação e a organicidade da família.

O modelo sistémico, teorizado por Armando Malheiro da Silva, preconiza a distribuição da documentação pelo produtor. Considera-se, por isso, que é o modelo mais indicado para o tratamento deste tipo de arquivos. A sua aplicação neste caso em particular deve-se, também, ao sucesso que teve em casos semelhantes, tendo-se comprovado a sua exequibilidade e eficácia.

Para a descrição arquivística optou-se pela utilização do ICA-AtoM, uma aplicação de código aberto desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos, em colaboração com a UNESCO, que permite a descrição multinível e a relação com outros

acervos. É uma solução recente, ainda em fase de estudo, mas que conta já com numerosos utilizadores, um pouco por todo o mundo, apresentando bons resultados.

O catálogo do arquivo é o resultado final desta descrição pormenorizada. Nele estão descritos todos os documentos selecionados, com ligação ao seu produtor e integrados na respetiva geração. Portanto, e cumprindo a sua função de Instrumento de Descrição Documental, o catálogo constitui-se como um ponto de acesso normalizado à documentação que pretende agilizar e tornar mais eficaz a consulta dos documentos e, conseqüentemente, o acesso à informação. O catálogo é um instrumento em suporte digital, sendo que o acesso se faz através do endereço: [http://pandorabox.iict.pt/pmarques/?sf\\_culture=pt](http://pandorabox.iict.pt/pmarques/?sf_culture=pt).

A utilização de uma plataforma informática vem resolver alguns dos problemas inerentes à consulta de arquivos privados. Por estar na posse da família, o acesso à documentação é limitado, pelo que a consulta do catálogo pode restringir ou até mesmo substituir a consulta direta, permitindo conhecer o seu âmbito e conteúdo.

Esta dissertação de mestrado pretende, portanto, dar a conhecer o arquivo da família Castro/Nova Goa, fazendo uma breve história da família e apresentando o seu acervo. Considera-se que este arquivo constitui uma fonte única e importante para conhecer a História de Portugal e da nobreza durante o período medieval e moderno, a sua evolução e papel na Expansão Portuguesa. Apesar de constituir apenas uma abordagem inicial e de haver ainda muito por fazer, espera-se que este estudo tenha um contributo positivo para a Arquivística, em especial no que respeita à aplicação do modelo sistémico a uma tipologia tão específica: os arquivos de família.

# I. ARQUIVOS DE FAMÍLIA E FAMÍLIA CASTRO/NOVA GOA: PROBLEMAS E SOLUÇÕES TEÓRICAS

Antes de entrar no estudo propriamente dito da Família Castro/Nova Goa e do seu arquivo, torna-se necessário fazer um breve estado da questão, onde se apresentem, analisem e comparem os estudos que têm surgido, nos últimos anos, sobre o objeto e objetivo da presente dissertação.

Neste sentido, esta secção subdivide-se em duas partes/propósitos: apresentar o trabalho desenvolvido em torno dos arquivos de família e a reflexão sobre os vários modelos de organização; e fazer o levantamento dos estudos bibliográficos existentes sobre a família Castro, em particular, e a presença portuguesa no Oriente, em geral.

## I. 1. Os Arquivos de Família: modelos de organização e de acesso à informação

As últimas décadas foram férteis em estudos que abordam questões como a revalorização dos arquivos de família, o seu papel para a sociedade e sua forma de organização/classificação.<sup>1</sup>

Num artigo de 2009, Maria de Lurdes Rosa traça o percurso dos arquivos de família e sintetiza as principais problemáticas que preocupam atualmente os especialistas: a aproximação arquivistas/historiadores, a “renovação de paradigma epistemológico da ciência da informação” e a revalorização dos arquivos de família.<sup>2</sup> Ao longo do artigo, a historiadora disserta sobre o que tem sido feito em países como

---

<sup>1</sup> Ver, para o contexto internacional, os trabalhos de GALLEGO DOMINGUEZ, Olga – Archivos familiares: organización. In *A Integração europeia: um desafio à informação. 2º Congresso nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. Actas*. Coimbra: Livraria Minerva, 1987, p. 320.; DUCROT, Ariane - A classificação dos arquivos pessoais e familiares. In *Revista Estudos Históricas*. [Em linha]. Vol. 11, n.º 21 (1998) 151-159. [Consultado a 14/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2059>>; e KETELAAR, Eric - The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries. *Libraries & the Cultural Record*. Vol. 44, n.º 1 (2009), 9-28. Para o caso português atente-se, entre outros, nos contributos de Pedro Abreu Peixoto, Maria de Lurdes Rosa, Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva.

<sup>2</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9 (2009) p.9.

Espanha, França e Itália<sup>3</sup>, concluindo que “em Portugal estivemos longe de uma dinâmica de investigação de história arquivística”<sup>4</sup>.

Para reforçar esta posição, considera-se pertinente apresentar alguns exemplos de organização de Arquivos de Família.

Em primeiro lugar, refere-se o *BORA Archives Privées*<sup>5</sup> (França), uma plataforma onde o tratamento documental é feito de forma bastante dinâmica. Fazendo a pesquisa pelo local onde os arquivos privados (de pessoas, famílias ou associações) estão conservados, é possível ter acesso a informações gerais sobre o fundo (a família, neste caso específico). É apresentada a relação dessa família com outras e quais os seus elementos presentes na documentação, bem como os lugares geográficos a que estão associados. A informação fornecida varia consoante o nível de tratamento da documentação e as condições de acesso. No entanto, não é possível aceder aos níveis de descrição inferiores nem a documentos digitalizados.

Para o caso espanhol, o PARES<sup>6</sup>, *Portal de Archivos Españoles*, permite o acesso gratuito aos acervos dos vários arquivos de Espanha (um pouco à semelhança do que acontece com o Portal Português de Arquivos). O Arquivo Histórico Nacional, por exemplo, tem à sua guarda alguns arquivos privados, os quais incluem arquivos pessoais, de família, de associações ou fundações. Fazendo a pesquisa no Inventário Dinâmico é possível ter acesso ao quadro de classificação e consultar esses arquivos. A organização respeita a seguinte ordem: Arquivos Privados - Arquivos Pessoais e Familiares – Nome da Família (Fundo) – Nome dos elementos da família (1ª Divisão) – Tipologia documental (Série ou Fração de Série) – Documentos (Unidade Documental Composta). É seguida, portanto, uma ordem genealógica, na medida em que os vários elementos da família se relacionam entre si; e, dentro desta, segue-se uma classificação por tipologia documental. A maior parte dos fundos está descrito até ao nível do documento e, em alguns casos, é possível aceder ao documento digitalizado.

---

<sup>3</sup> Considerem-se os esforços e trabalhos desenvolvidos pelo PARES (Arquivo Nacional de Espanha) e pelo BORA (Arquivos Privados de França) na salvaguarda e tratamento de arquivos desta tipologia.

<sup>4</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9 (2009), p. 30 e 35.

<sup>5</sup> Pode consultar-se através da URL: <<http://daf.archivesdefrance.culture.gouv.fr/sdx-222-daf-bora-ap/ap/>> [Consultado a 20/outubro/2013]

<sup>6</sup> Pode consultar-se através da URL: <<http://pares.mcu.es/>> [Consultado a 20/outubro/2013]

Acaba por ser, portanto, a aplicação de um modelo bastante semelhante ao modelo sistémico preconizado por Armando Malheiro da Silva.

Ainda em Espanha, existe um estudioso que tem dedicado praticamente toda a carreira ao estudo dos Arquivos de Família. Francisco Borja de Aguinagalde, correspondente da Real Academia da História e responsável pela divisão de Património Documental do Governo Basco, defende que os arquivos de família são um “arquivo de arquivos”, estão intimamente ligados ao conceito de identidade e que acabam por ser uma “sedimentación de vivencias y realidades sociales, de un permanente hacer y deshacer, reunir y dispersar, ir y venir de papeles, individuos y familias”<sup>7</sup>. Borja sugere uma intervenção não agressiva que, na prática, resulta no respeito pela ordem original, pelo contexto de produção. Assim, propõe uma organização em Morgados e, dentro destes, séries destinadas à documentação familiar geral (genealogia-heráldica, autos judiciais/pleitos) e à documentação pessoal (transmissão de bens, administração do património, correspondência privada, carreira profissional, relações com a Igreja).

Considera-se uma proposta bastante próxima à vulgarizada no século XIX, onde era comum a criação de gavetas e índices, como adiante se refere.

Em Portugal, pelo contrário, não se tem apostado muito no estudo e tratamento deste tipo de arquivos. Ao nível público, o Arquivo Distrital de Vila Real será, talvez, o que mais tem procurado trabalhar Arquivos de Família. Sob responsabilidade de Pedro Peixoto<sup>8</sup>, a organização adotada tem seguido uma lógica bastante semelhante à dos arquivos das instituições, isto é, segue o modelo temático-funcional. Tal modelo apresenta secções por função (exemplo: organização e constituição, gestão patrimonial, gestão financeira, atividades individuais), seguida por séries temáticas ou tipológicas.

---

<sup>7</sup> BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias*. S.l.: s.n., 2013.

<sup>8</sup> Cf. os artigos onde defende o seu modelo: Peixoto, Pedro de Abreu- *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família*. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1991; A aplicação das ISAD (G) aos arquivos de família. *Páginas A&B*. N.º 4 (1999); Perspetivas para o futuro dos Arquivos de Família em Portugal. *Cadernos BAD*. [Em linha]. N.º 1 (2002) 77-90. [Consultado a 14/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: [www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12002/Peixoto.pdf](http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12002/Peixoto.pdf)>

Longe de se considerar que o trabalho desenvolvido pelo arquivista e pelos seus orientandos<sup>9</sup> esteja incorreto, atenta-se apenas na ausência de organicidade, sendo que este modelo não permite compreender, de imediato, quem são os elementos da família, qual o seu lugar e as relações que mantém entre si (dentro e fora da família).

No entanto, a situação no país está a mudar, em grande parte devido ao surgimento de uma nova forma de olhar os arquivos familiares e pessoais, reconhecendo o seu valor informativo, patrimonial e histórico.

Para além de existirem cada vez mais estudos sobre Arquivos de Família, Portugal tem organizado e participado em eventos deste âmbito<sup>10</sup>, o que atesta o crescente investimento na área.

Portanto, e voltando às palavras de Maria de Lurdes Rosa, até meados da década de 90 do século passado, e ainda nos dias que correm, muitos arquivistas optaram por organizar e descrever a documentação dos arquivos de acordo com uma classificação temático-funcional que, apesar de procurar o respeito pela ordem original, não tem em conta a “investigação institucional e informacional”<sup>11</sup>. Não se procura, nestes casos, “a constituição de quadros de classificação verdadeiramente orgânicos e dotados de espessura histórica”<sup>12</sup> que reconstituam a produção, conservação e comunicação da informação do ponto de vista genealógico.

Questões como a salvaguarda da documentação (em arquivos nacionais ou por ação proactiva dos proprietários) e a revalorização deste tipo de arquivos são também abordados por Maria de Lurdes Rosa, não só no artigo supracitado, mas também na

---

<sup>9</sup> Refere-se, a título de exemplo: MAIO, Vânia – *Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955)*. Porto: s.n., 2009. Dissertação de Mestrado.

<sup>10</sup> Veja-se o caso do Seminário *Arquivos de família: Formas, histórias e sentidos da sua génese (séculos XIII-XVII)* que reuniu especialistas portugueses, espanhóis e franceses e teve lugar na Casa de Velásquez, em Madrid, nos dias 3 de março, 15 de abril e 6 de maio deste ano; e o Workshop *Os Arquivos Familiares e Pessoais: da representação da informação ao acesso*, organizado pela Casa de Mateus, em Vila Real, no passado dia 1 de junho.

<sup>11</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9 (2009), p. 18-19.

<sup>12</sup> Idem, *Ibidem*, p. 18-19.

apresentação do livro *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*<sup>13</sup>, de cuja organização é responsável. Este manual consubstancia-se num conjunto de casos práticos, sendo bastante útil para compreender o que ultimamente se tem feito de inovador nesta área de estudo.

Outras preocupações dizem respeito à legislação<sup>14</sup> e à atitude ainda um pouco reservada de alguns detentores de arquivos privados. Felizmente, tem-se apostado cada vez mais em medidas que promovem o estudo e salvaguarda destes acervos, sendo que as famílias detentoras também começam a reconhecer a importância de tratar e dar a conhecer o que, normalmente durante séculos, foi inacessível. É o caso da Família Castro/Nova Goa que se disponibilizou, de imediato, para abrir as portas de sua casa e permitir o estudo e divulgação do seu arquivo.

Ao longo do seu ciclo de vida, os arquivos, especialmente os desta tipologia, conheceram vicissitudes e foram sujeitos a várias formas de organização<sup>15</sup>. Em especial no século XIX, foram encontrados vários métodos de dispor a documentação produzida e recebida pelas famílias, com vista a uma melhor administração. Dessas formas de ordenação salienta-se a organização em gavetas - verificada na Casa de Mateus e considerada por Abel Rodrigues como “o princípio da ordem para o bom uso”<sup>16</sup> – e a ordenação por vínculos que resultou na constituição de índices – situação verificada no arquivo da Família Castro.

A evolução da arquivística enquanto ciência independente, transdisciplinar e interdisciplinar, sugeriu novos métodos de reconstituição destes arquivos. A perspetiva temático-funcional, como já se viu, foi uma das mais adotadas pelos profissionais da área. No entanto, considera-se que esse método é redutor e exclui a organicidade e funcionalidade inerentes aos sistemas de informação que são as famílias (apesar de

---

<sup>13</sup> ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*. Lisboa: IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p. 15-30.

<sup>14</sup> SILVA, Armando Malheiro da - *Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo*. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. [Em linha]. I Série, vol. 3 (2004) p. 63 [Consultado a 14/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>>.

<sup>15</sup> Para conhecer a história dos arquivos portugueses, consulte-se RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Tese de Doutoramento.

<sup>16</sup> RODRIGUES, Abel – *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005, p. 20.

não existir um regulamento ou uma orgânica pré-definida, as famílias funcionam como uma organização, com fluxos de informação próprios).

A noção institucional e organicista dos arquivos de família tem sido adotada, como já se referiu, por alguns especialistas. Tal ideia mais não é do que o modelo sistémico, base deste trabalho académico. Nos seus trabalhos, Maria de Lurdes Rosa defende esta perspetiva mas a teorização do modelo teve origem na Universidade do Porto com Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro<sup>17</sup>, sendo depois seguidos por outros estudiosos<sup>18</sup>.

Estes autores apresentaram duas alternativas à forma como a investigação em arquivos é feita. Por um lado, implementaram o modelo quadripolar para a investigação que, como o nome indica, é composto por quatro polos: epistemológico (conceptualização e delimitação da problemática da investigação), teórico (definição das questões centrais e formulação de teorias e hipóteses), técnico (aplicação prática dos conhecimentos teóricos) e morfológico (apresentação dos resultados). Refira-se que este é um modelo que permite o desenvolvimento do conhecimento em espiral. Por outro lado, teorizaram o modelo sistémico, procurando uma organização genealógica/orgânica dos arquivos familiares e pessoais.

---

<sup>17</sup> Vejam-se as obras de carácter mais generalista destes teóricos: SILVA, Armando Malheiro da et al. - *Arquivística. Teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999; SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002; SILVA, Armando B. Malheiro da - *A Informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.

<sup>18</sup> Alguns exemplos de aplicação do modelo sistémico: RODRIGUES, Abel - *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005; MENESES, Ana - *Arquivo da Casa do Avelar. Estudo orgânico e catálogo*. Braga: Universidade do Minho, 2010; VENTURA, Maria Isabel - *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto: s.n., 2011. Dissertação de Mestrado; MOREIRA, Carla de Jesus Torres - *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação - o modelo sistémico*. Porto: s.n. 2012. Relatório de Estágio; CARDOSO, Vilma de Freitas - *O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do Modelo Sistémico*. Porto: s.n., 2013. Dissertação de Mestrado.

Estão também em fase de desenvolvimento alguns trabalhos do doutoramento em História - vertente Arquivística Histórica, da FCSH-UNL: NÓVOA, Rita - *Para um estudo da produção, gestão documental e função do arquivo em famílias da média nobreza tardo-medieval de Lisboa e Setúbal*; SOUSA, Maria João Andrade e - *O Arquivo da Casa de Belmonte entre a História e a Memória (séculos XV-XIX)*; LOBÃO, Ana Cortez de - *Arquivo de uma família de elite local em Serpa: produção, organização e gestão documental entre os séculos XVIII e XX*; LEME, Margarida - *Costas com Dom: Família e Arquivo (séculos XV e XVI)*.

Os trabalhos de Armando Malheiro da Silva revelam-se essenciais para a definição do novo paradigma. Numa primeira comunicação<sup>19</sup>, feita em 1997, Malheiro da Silva faz uma espécie de revisão da literatura, criticando os autores que seguiam o modelo tecnicista, funcional e acrítico em vigor (Olga Gallego Dominguez e Pedro Abreu Peixoto, por exemplo) e explicando a sua teoria: a arquivística é o “ramo da ciência da informação social, que estuda os arquivos sistemas de informação (semi) fechados, quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto histórico envolvente (político-institucional, jurídico-administrativo, socioeconómico, demográfico, cultural, etc.)”<sup>20</sup>. Ainda no mesmo artigo, o autor apresenta exemplos práticos de aplicação deste modelo sistémico a arquivos familiares e pessoais, provando a sua exequibilidade.

A comunicação de 1997, bem como os livros que se seguiram, permitiu que alguns arquivistas adotassem este método de tratamento. Num outro artigo, escrito em 2004, Malheiro da Silva continua a defender a sua posição e a exequibilidade do modelo sistémico: “é impossível, postulamos nós, existir informação sem organicidade, o que não significa que tenha de haver sempre uma estrutura burocratizada e dividida em diretorias, departamentos, secções e repartições (tipo pluricelular), pois há entidades que funcionam sem um complicado aparelho burocrático (são as unicelulares)”<sup>21</sup>.

Este é um artigo onde a crítica aos restantes modelos se matiza em benefício de uma explicação positiva do modelo sistémico enquanto conceito. Refira-se que o autor não exclui a possibilidade de compatibilizar o modelo sistémico e interativo com a descrição multinível preconizada pelas ISAD(G)<sup>22</sup>.

---

19 Cf. SILVA, Armando Malheiro – Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. *Seminário sobre arquivos de família e pessoais*. [em linha]. Vila Real: APBAD, 1997, 51-102. [Consultado a 14/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52233>>.

<sup>20</sup> Idem, *Ibidem*, p. 54.

<sup>21</sup> SILVA, Armando Malheiro da - Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. [Em linha]. I Série, vol. 3 (2004) 55-84. [Consultado a 12/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>>

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, p. 72.

Devido à complexidade da escrita de Malheiro da Silva, apoia-se a compreensão do modelo nos estudos realizados por Carla Moreira, Abel Rodrigues e Isabel Ventura. A primeira explica, de forma bastante elucidativa, como aplicar o modelo sistémico: existem as divisões sistema (família), subsistema (documentos produzidos no exercício de algum cargo ou incorporados pela via matrimonial ou de doação), secção (geração) e subsecção (casal, marido, esposa, irmãos/cunhados)<sup>23</sup>. O segundo defende que “devolver a documentação ao tempo e ao espaço originais e torná-la plenamente acessível são os objetivos que só um modelo sistémico e integrado, como o que perfilhamos, pode assegurar e proporcionar a utilizadores internos e externos”<sup>24</sup>.

Por seu turno, Maria Isabel Ventura apresenta um trabalho muito semelhante ao que agora se desenvolve, na medida em que, para além do enfoque nos arquivos de família e na utilização do modelo sistémico, selecionou o ICA-AtoM como plataforma de descrição arquivística<sup>25</sup>.

Esta é, de facto, uma nova forma de olhar os arquivos, retirando deles o máximo de conhecimento possível e permitindo a sua comunicação e consulta de forma rápida e eficaz. Na verdade, concorda-se com Armando Malheiro da Silva quando este afirma que cabe à arquivística “conhecer/estudar, assumindo-se como campo científico próprio, a ação humana e social enquanto geradora/recetora de informação”<sup>26</sup>.

É este o desafio que se tem em conta ao longo da elaboração da presente dissertação.

---

<sup>23</sup> MOREIRA, Carla de Jesus Torres – *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação – o modelo sistémico*. Porto: s.n. 2012. Relatório de Estágio, p. 64.

<sup>24</sup> RODRIGUES, Abel – *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005, p. 27-28.

<sup>25</sup> VENTURA, Maria Isabel – *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto: s.n., 2011. Dissertação de Mestrado. Descrição disponível para consulta através do URL <<http://62.113.243.215/Arquivo/>> [Consultado a 20/outubro/2013].

<sup>26</sup> Cf. SILVA, Armando Malheiro – *Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. Seminário sobre arquivos de família e pessoais*. [Em linha]. Vila Real: APBAD, 1997, 106 [Consultado a 12/novembro/2012]. Disponível na Internet <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52233>>.

## I. 2. A família Castro/Nova Goa: levantamento bibliográfico

Uma outra problemática inerente ao trabalho proposto diz respeito às questões relacionadas com a família Castro: a história familiar e notas biográficas dos seus elementos.

A Família Castro, pertencente à nobreza portuguesa, descende em linha direta de D. Pedro Fernandes de Castro, *o da Guerra* (f. 1343), mordomo-mor de D. Afonso XI de Castela, e de sua segunda mulher, D. Isabel Ponce. D. Inês de Castro, rainha de Portugal, é filha bastarda deste D. Pedro Fernandes de Castro.

Em meados do século XVI, no contexto da expansão portuguesa, a família rumou à Índia, na figura de D. Filipe de Castro, filho segundo de D. Rodrigo de Castro, *o Ombrinhos*. Durante as dez gerações que permaneceu no Estado Português da Índia, a família esteve sempre próxima do poder e vários elementos foram agraciados com altos cargos político-militares. Destacando-se pelos seus serviços, e em representação dos seus antepassados, D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (1840-1914), recebeu por carta do rei D. Luís I, datada de 1864, o título de Conde de Nova Goa. Atualmente, e desde 1997, o título pertence a D. Luís Eduardo de Mendia de Castro (n. 1943), 4º Conde de Nova Goa<sup>27</sup>.

No que diz respeito à existência de bibliografia sobre os Castros, pode dizer-se que os estudos específicos sobre a família e o seu arquivo se limitam a um artigo, ainda não publicado, sobre a figura de D. Rodrigo de Castro, intitulado *The Castro Family Archive: The Importance of a Family Archive for the History of the Indian Ocean Societies*<sup>28</sup>. Apesar de pouco aprofundado, o artigo apresenta-se como o primeiro estudo sobre a família e seus elementos no contexto do Estado Português da Índia, com a particularidade de se basear em documentação do próprio arquivo. Existe uma outra obra que utiliza dois documentos do arquivo<sup>29</sup>, produzido por Pedro Álvares de Abreu, cedidos por D. Gil de Castro, irmão do então Conde de Nova Goa (D. Vasco Luís de Castro, terceiro detentor do título).

---

<sup>27</sup> Informações retiradas do livro FORJAZ, Jorge; NORONHA, José Francisco de – *Luso Descendentes da Índia Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: Fundação Oriente, 2003, p. 415-456.

<sup>28</sup> CASTRO, Família - *The Castro Family Archive: The Importance of a Family Archive for the History of the Indian Ocean Societies*. s.l.: s.n., 2013.

<sup>29</sup> BOXER, Charles Ralph; VASCONCELOS, Frazão de – *André Furtado de Mendonça (1558-1610)*. Lisboa: Fundação Oriente; Macau: Centro de Estudos Marítimos, 1989.

Para a prossecução da investigação, para além de recorrer ao artigo elaborado pela família, são de consulta indispensável as genealogias encomendadas pela família (Castro em linha direta e Castro e ramos familiares)<sup>30</sup> e o estudo genealógico e biográfico apresentado por Jorge Forjaz e José Francisco de Noronha sobre as famílias Luso Descendentes da Índia Portuguesa<sup>31</sup>. Também o *Geneall*<sup>32</sup>, base de dados genealógica, se apresenta como uma fonte de informação bastante útil.

Estes são os recursos que mais informações fornecem sobre os Castros. Por não existirem mais estudos específicos, torna-se necessário recorrer a outros de índole geral sobre a expansão ultramarina e a presença portuguesa no Oriente<sup>33</sup>.

Para o caso concreto da presença portuguesa na Índia existem algumas obras recentes de contexto<sup>34</sup>. Atente-se na dissertação de mestrado de Miguel Coutinho que, mais do que estudar de forma linear a história política de Goa, procura traçar o panorama antropológico e social da região em meados do século XVIII. É um estudo bastante útil para compreender em que o contexto os Castros viveram na Índia e quais os elementos da família mais relevantes para a história da região (chama-se a atenção para a secção 3.4., dedicada aos Luso-Descendentes).

Já a tese de doutoramento de André Teixeira, defendida em 2010, apresenta o contexto administrativo, económico e social da presença portuguesa em Baçaim, entre

---

<sup>30</sup> Fornecidas pela família e disponíveis nos ficheiros pdf em anexo.

<sup>31</sup> FORJAZ, Jorge; NORONHA, José Francisco de – *Luso Descendentes da Índia Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: Fundação Oriente, 2003.

<sup>32</sup> Disponível para consulta, mediante subscrição, na URL: <<http://www.geneall.net/site/home.php>> [Consultado a 20/outubro/2013].

<sup>33</sup> Considerem-se, neste âmbito, entre outros, os contributos de Arthur Teodoro de Matos, João Paulo Oliveira e Costa e Nuno Gonçalo Monteiro: COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *A nobreza e a expansão: estudos biográficos*. Cascais: Patrimonia, 2000; COSTA, João Paulo Oliveira e - *O Império Português em Meados do Século XVI. Anais de História de Além-Mar*. Vol. III. Lisboa: CHAM, 2002, p. 97-121; COSTA, João Paulo Oliveira e; GOMES, Vítor Luís Gaspar – *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional A Alta Nobreza*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/CHAM/IICT, 2004; MATOS, Artur Teodoro de - *Na rota da Índia: estudos de história da expansão portuguesa*. Macau: Instituto Cultural, 1994; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização Social*. [Em linha]. *Penélope – O Imaginário do Império*, n.º 15 (1995) 91-120. [Consultado a 26/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: [http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/cunhamonteiro\\_vicereis.pdf](http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/cunhamonteiro_vicereis.pdf)>.

<sup>34</sup> Ver: LOPES, Maria de Jesus – *Goa Setecentista: tradição e modernidade (1750-1800)*. Lisboa: UCP/CEPCEP, 1996; COUTINHO, Miguel – *Goa no tempo do Marquês de Alorna (1744-1750): uma sociedade em transformação*. Lisboa: s.n., 2008. Dissertação de Mestrado; TEIXEIRA, André – *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*. Lisboa: s.n., 2010. Tese de Doutoramento.

1535 (ano da conquista) e 1665 (cedência da ilha de Bombaim aos Britânicos), atentando nas continuidades e ruturas. À semelhança do estudo de Miguel Coutinho, revela-se um instrumento bastante útil para a compreensão da presença portuguesa na Índia e em que circunstâncias os Castros viveram em Baçaim e, mais tarde, em Goa.

Sobre as questões sociais, refira-se também o trabalho de Maria de Jesus Lopes que, no subcapítulo 2.2, apresenta as características dos vários grupos sociais: castas cristãs, castas hindus, mouros e, o que mais importa para este trabalho, luso-descendentes e reinóis.

Compreende-se, pela sua exposição, a diferença entre luso-descendentes (famílias originárias do Reino que se fixavam e casavam na Índia, quer com reinóis quer com nativos; quando da mesma origem, os filhos eram chamados “castiços”) e reinóis (depois de um período na Índia, os portugueses voltavam ao reino e ficavam habilitados a requerer mercês em galardão dos serviços prestados). Importa referir que os Castros, bem como os seus ramos familiares, se inserem no grupo dos luso-descendentes. “Graças aos cargos militares que ocuparam e devido à sua fidelidade à mãe-pátria, pela origem étnica, os luso-descendentes tiveram uma relevância política bastante acentuada (...) também gozaram de um estatuto social elevado (...)”<sup>35</sup>. Este é, sem dúvida, um fenómeno facilmente verificável através da análise da história da família e dos documentos presentes no seu arquivo.

Existem depois várias outras obras que ajudam na compreensão do contexto político, económico e social da presença portuguesa na Índia e qual o papel desempenhado pelos Castros e seus familiares. Na verdade, e embora não exista nenhum estudo dedicado à família, os seus elementos mais relevantes para a história do Estado Português da Índia são amiúde referidos. Tal é o caso de António da Silveira e Menezes, assassinado nos combates de Baçaim, Luís Caetano de Almeida, Governador da Índia, e D. Rodrigo de Castro.

---

<sup>35</sup> LOPES, Maria de Jesus – *Goa Setecentista: tradição e modernidade (1750-1800)*. Lisboa: UCP/CEPCEP, 1996, p. 115-121.

São exemplo, as obras da autoria de Bragança Pereira, Alberto Correia, Mário Leão ou o Visconde da Lagoa<sup>36</sup>, tendo este último produzido também um dicionário antroponímico<sup>37</sup> que merece ser consultado. Alguns não são autores recentes e apresentam certas lacunas mas são, sem dúvida, fontes de informação preciosas.

Também sobre os elementos da família mais recentes, nomeadamente sobre o 2º Conde de Nova Goa, existem obras que vale a pena consultar. A bibliografia é, não apenas a seu respeito, mas também da sua autoria (D. Luís Filipe de Castro era formado em agronomia e escreveu alguns estudos sobre o tema).<sup>38</sup>

Há ainda a referir, para um dos ramos da família – os Pimentéis – o estudo de fundo elaborado por Bernardo Vasconcelos e Sousa<sup>39</sup> que permite conhecer as suas origens, sendo depois mais fácil compreender quem é esta família que se cruza com os Castros, por meio do casamento de D. Francisco Xavier de Castro com D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida (1778-02-10).

Para analisar o fenómeno de Morgadio que, na verdade, esteve por detrás da orgânica da família e da constituição e organização do arquivo, salienta-se a

---

<sup>36</sup> Cf. CORREIA, Alberto – *Os Luso-descendentes da Índia*. Bastorá: Tipografia Rangel, 1946; LEÃO, Mário César – *A Província do Norte do Estado da Índia*. Macau: Instituto Cultural, 1996; MARINI, Emile – *Goa através da minha perspectiva*. Lisboa: Tipologia da União Gráfica, 1959; JUDICE, João António de Mascarenhas - *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente*. 3 vols. Lisboa: s.n., 1942-1947; PEREIRA, A. B. de Bragança – *Os Portugueses em Baçaim. Separata do Oriente Português*. Bastorá: Tipografia Rangel, 1935; SÁ, Francisco Xavier Valeriano de - *Vice-reis e governadores da Índia portuguesa*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

<sup>37</sup> Disponível para consulta na URL <[http://cham.fcsh.unl.pt/ext/pages/glossario\\_visconde\\_lagoa.htm](http://cham.fcsh.unl.pt/ext/pages/glossario_visconde_lagoa.htm)>, [Consultado a 20/outubro/2013].

Para questões relacionadas com a geografia e a presença portuguesa na Índia importa também consultar: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – *Património de Influência Portuguesa*. Disponível na URL <<http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage>> [Consultado a 26/outubro/2013]

<sup>38</sup> Citam-se, a título de exemplo algumas obras da sua autoria: *Aspectos económicos do projecto vinícola*. Lisboa: Tipografia La Bécarre, 1907; *Semente lançada à terra*. Lisboa: Tipografia Universal, 1909. Existem também obras dedicadas a si: ALMEIDA, José de - *O professor Dom Luís de Castro (Conde de Nova Goa)*. Lisboa: Imprensa Limitada, [193?]; SANTOS, Pedro Ferreira dos - *D. Luiz de Castro, Conde de Nova Gôa*. Viseu: Tipografia do Jornal da Beira, 1931.

<sup>39</sup> Cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *Os Pimentéis. Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*. Lisboa: IN/CM, 2000.

dissertação de mestrado de Maria de Lourdes Rosa<sup>40</sup> e um artigo de Maria de Fátima Coelho intitulado *O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias*<sup>41</sup>.

No que diz respeito a fontes primárias, fizeram-se várias pesquisas em repositórios de arquivos<sup>42</sup>, numa tentativa de procurar mais informações sobre a família ou encontrar documentação que, de algum modo, se relacionasse com a que existe no arquivo. Essas pesquisas, embora pouco aprofundadas, revelaram-se infrutíferas. Encontraram-se apenas algumas informações sobre elementos da família mais recentes (nomeadamente, os detentores do título), o que fugia um pouco ao âmbito da investigação.

Para finalizar esta secção, pode dizer-se que *“a family archive is an important source for the history of that specific family, but its significance is much wider. It touches upon the role that the family played in the heart of the community, its sphere of influence”*<sup>43</sup>. A documentação do arquivo complementar, assim, as informações recolhidas e será fulcral para o conhecimento das dinâmicas, possibilitando o estudo histórico-institucional da família e a busca pela sua estrutura orgânico-funcional, pelo seu Sistema de Informação.

---

<sup>40</sup> Cf. ROSA, Maria de Lourdes - *O Morgadio em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

<sup>41</sup> Cf. COELHO, Maria de Fátima – O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias. *Análise Social*. [Em linha]. Vol. XVI, 61-62 (1980) 111-131 [Consultado a 20/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223994704Q6bDK1ct0Fs25KF5.pdf>>.

<sup>42</sup> Especial atenção foi dada ao repositório nacional, o *Portal Português de Arquivos*, disponível na URL <<http://portal.arquivos.pt/>>, consultado a 22/outubro/2013.

<sup>43</sup> CASTRO, Família - *The Castro Family Archive: The Importance of a Family Archive for the History of the Indian Ocean Societies*. s.l.: s.n., 2013, p. 1.

## II. QUESTÕES METODOLÓGICAS

Qualquer trabalho de investigação requer a escolha do objeto de estudo e a definição dos objetivos, bem como de um método de trabalho que os permita atingir.

Esta secção pretende dar a conhecer os passos que conduziram à apresentação da dissertação, bem como os meios utilizados para cumprir os objetivos propostos.

### II.1. Escolha do tema e definição de um plano de trabalho

A presente dissertação começou a ser preparada há cerca de um ano, no contexto da disciplina de Teoria e Metodologia do Trabalho Científico, integrada no terceiro semestre do mestrado. Era objetivo dessa cadeira, precisamente, preparar o registo da componente não-letiva e elaborar um breve estado da questão do tema a desenvolver.

A opção pelo estudo do Arquivo Castro/Nova Goa (ACNG) foi resultado da proposta formulada pela professora Maria de Lurdes Rosa, responsável pela disciplina, coordenadora do curso e orientadora científica dos trabalhos finais de mestrado. Sem qualquer ideia do trabalho que se poderia desenvolver, aceitou-se de imediato o desafio, apesar de não se ter ainda uma ideia concreta do que poderia ser feito.

A sugestão passava pelo estudo dos Castros e do seu arquivo, nomeadamente, traçando a história pouco conhecida desta família nobre portuguesa e aplicando o modelo sistémico do professor Armando Malheiro da Silva, propondo-se uma nova abordagem no acesso à documentação.

Iniciou-se, portanto, uma primeira aproximação ao tema através de breves pesquisas na Internet sobre arquivos de família e modelos de organização, em geral, e a família Castro, em particular. As pesquisas iniciais revelaram-se insuficientes, pelo que se empreenderam outras mais profundas, já com referências bibliográficas específicas, muitas delas indicadas pela professora.

Seguiram-se leituras atentas da bibliografia e análise dos recursos que foram sendo encontrados (repositórios de arquivos, por exemplo). Note-se que as fontes de trabalho mais relevantes estão indicadas no capítulo anterior.

Também nos últimos meses surgiu a oportunidade de contactar com estudiosos da área<sup>44</sup>, o que veio enquadrar, enriquecer e solidificar as informações recolhidas nas leituras.

Após esta primeira fase de exploração, já com alguma bagagem teórica e tendo terminado a componente letiva do mestrado, estava-se em condições de apostar na parte prática do trabalho. Embora sendo uma dissertação, sem a vertente “estágio”, este estudo tem uma componente prática bastante forte, o que se traduziu num contacto direto e permanente com o arquivo e com a documentação.

Como já se teve oportunidade de referir, a principal ferramenta de trabalho utilizada foi o índice do General Pestana (século XIX) mas a deslocação ao arquivo foi imprescindível para a prossecução da investigação. Iniciou-se, neste sentido, o estudo e análise do referido índice. Tal passou pela transcrição de todas as entradas/sumários dos quatro volumes, para a aplicação Excel. Flexibilizou-se, assim, o acesso à informação (através do motor de busca), esquematizando-a, e permitindo uma maior manipulação dos dados (mover células, com vista à reordenação).

Mesmo sabendo, à partida, que seria impossível tratar o arquivo na sua totalidade, optou-se pela cópia integral do índice, o que facilitaria a compreensão da sua estrutura, dimensão e conteúdo.

---

<sup>44</sup> Em março de 2013 assistiu-se ao primeiro dia do seminário *Arquivos de família: formas, histórias e sentidos da sua génese (séculos XIII-XVII)*, organizado na Casa de Velásquez, em Madrid. Na reunião de equipa apresentou-se o projeto deste trabalho. Programa disponível na Internet <URL: <http://www.casavelazquez.org/pt/inicio/calendario-de-actividades/investigacao-cientifica/noticia/arquivos-de-familia/>> [Consultado a 26/outubro/2013].

A 30 de maio de 2013 proferiu-se, na FCSH-UNL, a comunicação “Um Arquivo de Família na perspetiva do tratamento arquivístico”, inserida no Seminário aberto *Construir a História Medieval: Perspetivas teóricas e críticas*, organizado pelo Grupo de Investigação “Construir a História Medieval: temas, problemas, materiais” do IEM/FCSH. Programa disponível na Internet <URL: <http://www.fcsh.unl.pt/eventos/seminario-aberto-construir-a-historia-medieval-perspectivas-teoricas-e-criticas>> [Consultado a 26/outubro/2013].

Consultem-se alguns diapositivos destas apresentações no apêndice A, figuras 1 e 2, página i.

Participou-se ainda no *Workshop Os Arquivos Pessoais e Familiares: da representação da informação ao acesso*, organizado pela Casa de Mateus, em Vila Real, no passado dia 1 de junho. Programa disponível na Internet <URL: [http://fims.up.pt/ficheiros/Flyer\\_final.pdf](http://fims.up.pt/ficheiros/Flyer_final.pdf)> [Consultado a 26/outubro/2013]. Neste contexto assistiu-se ainda a uma conferência proferida na FL-UP a 31 de maio por Francisco Borja de Aguinagalde, intitulada *Archivos de Familia y Archivos domésticos. Treinta años de experiencias*.

Não se encontraram, no entanto, no índice ou no próprio arquivo, quaisquer elementos que permitissem compreender o contexto e propósito de organização do arquivo, levada a cabo no século XIX. Tais informações foram recolhidas através da leitura mas serão, em grande parte, meras suposições.

A fase seguinte traduziu-se na escolha da amostra documental. Em conversa com alguns elementos da família, concluiu-se que, perante o tempo disponível e os objetivos propostos, seria pertinente apostar no tratamento da documentação de carácter pessoal. Esta seria uma fonte de informação mais rica e, até, mais interessante, para fazer o estudo da família e a aplicação do modelo sistémico.

Assim, e com vista a um maior rigor, realizaram-se várias deslocações ao arquivo<sup>45</sup>, onde o grande objetivo era confirmar as entradas do índice: verificar datas e correção dos sumários e observar falhas de documentação ou vestígios de posteriores utilizações.

Das cerca de setenta pastas criadas pelo General Pestana, foram tratadas dez. Grosso modo, correspondem à documentação apresentada no primeiro volume do índice, com exceção dos “Objetos avulsos” e das pastas dos “Procuradores”. Foram conferidos os documentos acondicionados nessas pastas: propriedades avulsas; sentenças de justificação; testamentos, certidões e procurações; e pastas pessoais (num total de sete).

O contacto direto com a documentação e a troca constante de impressões com alguns elementos da família permitiu que, paulatinamente, se começasse a compreender a história da família e dos seus membros, numa lógica de “quem é quem”. Consequentemente, compreenderam-se lógicas familiares e relações, imprescindíveis para a aplicação do modelo sistémico e a reconstituição do Sistema de Informação dos Castros.

Estava-se, portanto, em condições de iniciar a componente prática apresentada nesta dissertação. A definição da estrutura familiar permitiu a sua aplicação ao mundo arquivístico: gerações transformaram-se em secções; pessoas em subsecções e ramos

---

<sup>45</sup> O Arquivo encontra-se na posse da família e, portanto, em residência particular.

familiares em subsistemas. Ao mesmo tempo, trabalhava-se na introdução dos dados numa base de dados, que procurava ser flexível e de fácil acesso.

Refira-se que, por questões de limitação de tempo e definição de objetivos, não se procedeu a qualquer intervenção direta nos documentos. Apesar de não estarem devidamente acondicionados, essa será uma tarefa a realizar num futuro próximo. Aliás, a própria família já está a tratar disso, tendo comprado para o efeito algumas caixas para acondicionamento e substituído algumas das pastas onde estava a documentação. Também a sua localização requer uma intervenção posterior, nomeadamente ao nível das estantes e das condições ambientais da sala.<sup>46</sup>

De seguida, apresenta-se o modelo sistémico - o que é e qual a sua tradução prática - e o ICA-AtoM, o repositório escolhido para a inserção dos dados e construção do catálogo.

## **II. 2. A organização dos Arquivos de Família: o modelo sistémico**

Como já se teve oportunidade de referir, a proposta de reordenação do Arquivo Castro/Nova Goa passa pela aplicação do modelo sistémico, teorizado por Malheiro da Silva.

Na verdade, a atual organização sempre foi útil à família, permitindo-lhe ter sucesso nas pesquisas efetuadas e na recuperação da informação. Por isso mesmo, a abordagem e modelo defendidos e aplicados à documentação apresentam-se apenas como outra forma de olhar o arquivo, de o representar. É uma proposta complementar e não alternativa.

Ao analisar e comparar, no capítulo anterior, os vários modelos de organização dos arquivos de família, pensa-se que ficou justificada a opção pelo modelo sistémico.

Considera-se da máxima relevância e utilidade devolver os documentos ao seu contexto de produção, colocando-os no seu produtor/recetor. Malheiro da Silva elogia Olga Gallego e Charles Saraman que, à semelhança da proposta por si apresentada,

---

<sup>46</sup> Como é evidente, os proprietários de arquivos privados não poderão dispor de condições ótimas de acondicionamento e armazenamento mas é importante encontrar um equilíbrio entre as necessidades e limitações, de forma a manter os acervos no melhor estado de preservação possível.

defendem a “reconstituição genealógica e patrimonial da linhagem e família, bem como nas atividades de cada um dos indivíduos que o formam”<sup>47</sup>. Diz ainda que o critério temático-funcional desvirtua “a simplicidade da organicidade familiar que tem de ser escrupulosamente respeitada/reconstituída”<sup>48</sup>.

Saliente-se que este modelo pode ser aplicado tanto a arquivos históricos (fechados) como correntes, isto é, arquivos onde se continua a verificar entrada de documentação.

Posto isto, e concordando-se com a posição do autor e o modelo por ele criado, optou-se pela sua aplicação. Mais ainda, quando este é compatível com as normas de descrição arquivística: a estrutura hierárquica da família pode ser representada na descrição multinível.

Portanto, “cada geração (a fundadora e as continuadoras) pode e deve ser uma secção arquivística, reservando-se as subsecções para inserir primeiro o casal administrador/representante da linhagem, depois o varão/esposo desse casal, depois a esposa, e depois os irmãos e cunhados por ordem cronológica de idades”<sup>49</sup>.

As fases de vida do indivíduo – infância, adolescência/juventude e adultez/velhice – podem ser representadas como subdivisões da subsecção indivíduo.

Abaixo das secções e suas divisões aparecem, então, os documentos. Estes poderão ser pendurados diretamente na subsecção correspondente ou, em alternativa, pode optar-se pela constituição de séries/subséries (por tipologia documental, por exemplo).

O modelo sistémico contempla, para além deste esquema geracional linear que é, no fundo, o Sistema de Informação da família, a existência de subsistemas. Estes subsistemas poderão ser familiares ou individuais/profissionais.

---

<sup>47</sup> Cf. SILVA, Armando Malheiro – *Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. Seminário sobre arquivos de família e pessoais*. [em linha]. Vila Real: APBAD, 1997, p. 67. [Consultado a 14/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52233>>

<sup>48</sup> Cf. SILVA, Armando Malheiro da - *Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. [Em linha]. I Série, vol. 3 (2004) p. 70 [Consultado a 14/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>>.

<sup>49</sup> Idem, ibidem, p. 70.

Os subsistemas familiares dizem respeito aos ramos familiares colaterais que chegam ao ramo principal por via de casamentos, doações, heranças, etc. A sua entrada no SI faz-se na secção casal responsável pela sua integração na família. Note-se que algumas vezes (no Antigo Regime) quando a família adquire propriedades, essas mesmas propriedades vêm acompanhadas de documentação, devendo ser entendida como Subsistema de Informação. Logo, estes subsistemas familiares devem entrar no SI na secção responsável (seja secção ou subsecção) pela aquisição das propriedades.

Identificados estes subsistemas, o tratamento segue a lógica do Sistema de Informação principal. Podendo ser considerado como uma família independente (ou fundo, utilizando a terminologia arquivística tradicional), os subsistemas contêm também nos seus níveis inferiores secções e subsecções. Inclusive, podem contemplar outros subsistemas, confirmando, assim, a afirmação de Borja de Aguinalde: o arquivo de família é um “arquivo de arquivos”.

Os subsistemas de função (também designados profissionais ou individuais) incorporam toda a documentação que conheceu tramitação efetiva no expediente do respetivo serviço. Para identificar os documentos oficiais deve fazer-se o levantamento dos elementos diplomáticos constantes em cada documento e que evidenciam essa mesma tramitação (numeração, papel timbrado, formato do suporte, assinaturas e conteúdo do documento, etc). Não tendo a certeza do serviço a que pertencem, os documentos devem ser inseridos no SI, na respetiva subsecção, referindo-se que o indivíduo terá desempenhado determinada função.<sup>50</sup>

Refira que, para o caso específico do arquivo em estudo, os subsistemas profissionais não são alvo de um tratamento e pesquisa aprofundada. Existe apenas a pretensão de os identificar, contextualizando-os. Por exemplo, quando existe apenas a carta de nomeação para determinada função, e apesar de ser um documento oficial, não se constitui o respetivo subsistema. Apenas se contemplam os casos em a documentação evidencia a pertença ao serviço em questão.

Toda esta estrutura é apresentada no Quadro Orgânico-Funcional que é, na verdade, o instrumento representativo da orgânica familiar.

---

<sup>50</sup> Os parágrafos sobre subsistemas são, em grande parte, resultado de uma informação facultada por Abel Rodrigues, via correio eletrónico (29 de agosto de 2013).

Tendo em conta estas informações, refira-se que neste trabalho não são contempladas subsubsecções (fases de vida) nem séries (apenas nos casos de documentos agrupados no índice) e que os subsistemas identificados são tratados de forma menos detalhada quando comparado com o Sistema de Informação principal.

Em jeito de conclusão, apresenta-se um quadro<sup>51</sup> que procura esquematizar a explicação acima.

Secção	Subsecção/subsubsecção	Biografia/contexto de produção	Subsistema
<b>Geração x</b> Apelidos em uso	<b>Subsecção 1</b> Casal (marido + esposa)	Entrada direta da documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples	<b>Subsistema x</b> Documentos incorporados pela via matrimonial ou de doação
	<b>Subsecção 2</b> Marido	Entrada direta da documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples	<b>Subsistema x</b> Documentos produzidos no exercício de um cargo ou incorporados por doação compra ou herança
	<b>Subsecção 3</b> Esposa	Entrada direta da documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples	
	<b>Subsecção 4 (e seguintes)</b> Irmã(o) Cunhado(a)	Entrada direta da documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples	

**Figura 3.** Modelo utilizado na realização do Quadro Orgânico-Funcional

### II.3. A descrição arquivística e a adoção de uma aplicação informática. A experiência ICA-AtoM

O índice do Arquivo Castro/Nova Goa, base desta dissertação, foi elaborado aquando da organização levada a cabo no século XIX pelo General Pestana. Desde então, tem funcionado como instrumento de recuperação da informação, cumprindo a função do que atualmente se designa por IDD (Instrumento de Descrição Documental),

<sup>51</sup> Inspirado no modelo apresentado por SILVA, Armando Malheiro da - Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. [Em linha]. I Série, vol. 3 (2004) p. 73. [Consultado a 14/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>> e reproduzido por Isabel Ventura e Carla Moreira nos seus trabalhos finais de mestrado.

por apresentar as datas e resumo de todos os documentos presentes no arquivo, indicando a sua localização.

Por existir esta ferramenta, cedo se compreendeu que seria possível, para além da elaboração do Quadro Orgânico-Funcional da Família, construir, para a amostra documental selecionada, um Instrumento de Descrição Documental detalhado. A opção recaiu, naturalmente, no Catálogo, o “instrumento de descrição documental que descreve, até ao nível do documento, a totalidade ou parte de um arquivo ou de uma coleção”<sup>52</sup>.

As descrições deveriam ser normalizadas, pelo que se optou pela utilização da norma internacional ISAD(G)<sup>53</sup> para a descrição arquivística e a ISAAR (CPF)<sup>54</sup> para os registos de autoridade. Por se considerar que esta última é demasiado generalista e parca em exemplos, decidiu-se complementá-la com o estabelecido na parte II da terceira versão das ODA<sup>55</sup>, as orientações de descrição arquivística portuguesas.

A descrição foi, portanto, feita nos moldes das normas citadas e de uma forma parcial, preenchendo os campos obrigatórios para cada nível. Não se pretendendo explorar detalhadamente esta questão, julga-se necessário fornecer algumas indicações dos campos preenchidos e das opções tomadas:

**Zona da identificação:** Como o nome indica, é nesta secção que se identifica o documento, dizendo o que é. Preenchem-se, obrigatoriamente, os campos “código de referência”, “título”, “data(s)”, “nível de descrição” e “dimensão e suporte”.

Ao nível do código de referência, optou-se por um esquema do tipo:

**PT ACNG ACNG-SC 01-SSC 01.01-03/05**

PT – Código do País

ACNG – Código da Entidade Detentora

---

<sup>52</sup> ALVES, Ivone; *et. al.* – *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, p. 19.

<sup>53</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAD (G). *Norma Internacional de descrição arquivística*. 2ª edição. Lisboa: Ministério da Cultura/Torre do Tombo. 2002.

<sup>54</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF). *Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias*. 2ª edição. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. 2004.

<sup>55</sup> DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – *Orientações para a Descrição Arquivística* [Em linha]. 3ª Versão. Lisboa: Direcção-Geral de Arquivos, 2011. p. 210-281. [Consultado a 08/janeiro/2013] Disponível na Internet: <URL: [http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/ODA\\_v\\_3\\_0-12.pdf](http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/ODA_v_3_0-12.pdf)>.

ACNG – Código do Fundo (Sistema de Informação)

SC 01 – Código da secção (Geração)

SSC 01.01 – Código da subsecção (Casal e vários elementos dentro da geração)

03/05 – Código do documento (É o identificador direto do documento, funcionando para localizá-lo fisicamente. Segue a lógica “número da pasta/número atribuído na organização atual ao documento. Esta opção é tomada para um acesso mais fácil e, como se poderá verificar adiante, pelo facto da aplicação utilizada não permitir adicionar um campo “cota” ou a pesquisa de alguns campos onde poderia ser colocada esta informação).

No caso dos subsistemas, por entrarem na secção ou subsecção, herdam o código do nível superior, sendo depois tratados na lógica do sistema principal. Isto é, debaixo do subsistema (identificado com a sigla SBS seguida do número) podem existir secções, subsecções – nos casos dos subsistemas familiares - ou documentos – para os subsistemas profissionais; só se desceu ao nível do documento nos subsistemas familiares mais relevantes, por uma questão de economia de tempo.

No campo título, optou-se por adaptar os resumos do índice, pelo que todos os documentos têm título atribuído (não o original), sendo por isso identificados com parêntesis retos ([ ]). Na verdade, e pelo que foi possível verificar junto dos próprios documentos, a maioria não possui título, bem que se tomou esta decisão.

Mantiveram-se as datas referidas no índice, à exceção daquelas que se confirmou estar incorretas. Isto tem como consequência que, por vezes, um documento tenha uma data posterior à existência do seu produtor ou, pelo contrário, seja uma cópia muito posterior mas regista-se a data original. Esta questão foi bastante ponderada e poderia suscitar confusão, mas a escolha justifica-se por: existe a indicação que é uma cópia e existe a data da cópia mas não do documento original (muitas das vezes, estas cópias eram passadas a requerimento dos descendentes); verifica-se que o documento é uma cópia mas não existe essa data e apenas se refere a data do documento original. No primeiro caso, quando ao longo do documento há referências à data original mas, mesmo assim, o índice regista a do requerimento/cópia, mantém-se a data indicada.

Os níveis de descrição utilizados são: fundo (Sistema de Informação), secção (Geração), subsecção (Casal, Marido, Esposa, Irmãos, Cunhados), série (quando no índice são agrupados vários documentos respeitantes a um mesmo assunto optou-se por uma única descrição, dando-se esta designação; exceção feita quando se considerou pertinente separar os documentos, dada a importância do seu conteúdo), documento e subsistema (equivale ao fundo mas, por questões de contextualização e por ser permitido pela aplicação informática utilizada – como adiante se verá – é um nível pendurado nas secções ou subsecções).

Na dimensão e suporte não se contemplam as dimensões reais dos documentos, por esta indicação não ser dada no índice e não haver disponibilidade para fazer a medição de todos os documentos descritos e corrigidos no próprio arquivo. Assim, apenas é dada a indicação do suporte, a todos os níveis, e dimensão (n.º de documentos, subsecções ou secções) nos níveis superiores (incluindo na série, como já se explicou).

**Zona do contexto** – O campo “nome do produtor” é preenchido em todos os níveis (sendo aqui aplicado, na prática, o modelo sistémico), sendo os restantes – “história administrativa/biográfica”, “história custodial e arquivística” e “fonte imediata de aquisição ou transferência” apenas contemplados no nível Fundo/Sistema de Informação.

**Zona do conteúdo e estrutura** – São preenchidos os campos “âmbito e conteúdo” quando considerado necessário (por exemplo, se o título não for autoexplicativo) e “sistema de organização” apenas ao nível Fundo/Sistema de Informação.

**Zona das condições de acesso e utilização** – Regra geral, preenche-se apenas o campo “idioma/escrita” em todos os níveis e “condições de acesso” e “instrumentos de descrição” ao nível Fundo/Sistema de Informação.

**Zona da documentação associada** – não são dadas informações neste campo, uma vez que, desde o início, não existe esse objetivo.

**Zona das notas** – Registam-se aqui todas as informações que não se enquadram nos restantes níveis. É aqui se opta por colocar a “localização física/cota” do documento, qualquer elemento existente (marcas ou numerações) ou outros dados (é recorrente

referir o facto de determinado documento estar referido no índice mas não ter sido encontrado na pasta correspondente ou noutra local).

**Pontos de acesso** – Este é um campo exclusivo da aplicação informática utilizada e permite a construção e aplicação de um tesouro. Podem criar-se pontos de acesso normalizados a assuntos (colocou-se aqui a tipologia documental e acontecimentos, por exemplo), locais (local da produção ou sobre o qual versa o documento) e nomes (todas as pessoas envolvidas no documentos – autoras ou assunto do documento). É, como se compreende, uma secção apenas preenchida ao último nível. Note-se que não foi objetivo deste trabalho fazer um tesouro correto e hierarquizado, pelo que apenas se inseriram neste campo “assuntos” e “locais” que permitissem, de alguma forma, recuperar a documentação mas sem haver preocupação de estruturação de taxonomias.

**Zona do controlo da descrição** – Também aqui, nesta zona onde se explica como e por quem foi elaborada a descrição, a aplicação utilizada apresenta campos extra não contemplados nas ISAD(G). Existe o “identificador da instituição” e “identificador da descrição” (opcionais), “regras e convenções”, “estatuto” (preliminar, revisto ou final), “nível de detalhe” (mínimo, parcial e completo), “datas das descrições” (criação, revisão e eliminação), “idioma”, “script”, “fontes” e “notas do arquivista”. São, no geral, preenchidos apenas os campos contemplados pela ISAD(G).

**Zona de direitos** – Outra secção “extra” que não foi utilizada.

**Zona da administração** – permite ao administrador da aplicação decidir que o registo é “preliminar” (apenas visível com *login*) ou “publicado” (visível para todos).

As ODA E ISAAR (CPF) foram aplicadas nos registos de autoridade. Aqui, apenas se aposta nos elementos contemplados no Quadro Orgânico-Funcional Familiar, isto é, os produtores da documentação do Sistema de Informação principal; aqueles que pertencem aos Subsistemas e se colocam na zona “campos de acesso”, por serem numerosos e, por vezes, difíceis de identificar, não são trabalhados. Assim, ao descrever o registo de autoridade, preenchem-se os campos:

**Zona da identificação** – Preenchem-se os campos obrigatórios: “tipo de entidade” e “forma autorizada do nome”.

**Área da descrição** – Das disponíveis, aposta-se nas “datas de existência” e preenchem-se quaisquer campos para os quais exista informação.

**Área de relacionamento** – Permite o relacionamento entre entidades e entre determinada autoridade com os recursos (isto é feito automaticamente).

**Área de controlo** – Muito semelhante à “zona do controlo da descrição” para os registos arquivísticos.

Estas foram, portanto, as opções de descrição adotadas. Note-se que já se inclui nesta pequena exposição alguns elementos explicativos da aplicação informática onde os registos foram inseridos.

Neste contexto, e após terem sido definidas as opções de descrição, a reflexão passou pela aplicação onde seriam registadas as descrições arquivísticas. Pensou-se, numa primeira fase, em utilizar o *Microsoft Excel*, pela facilidade de inserção de dados e pela flexibilidade de alteração de registos e movimentação de células.

Entretanto, através da orientadora científica e da dissertação de Isabel Ventura, teve-se o primeiro contacto com a aplicação ICA-AtoM, também utilizada pelo Centro de Documentação da CGTP<sup>56</sup>. Compreendeu-se, de imediato, que poderia ser utilizada no arquivo em estudo, valorizando, assim, este trabalho académico.

ICA-AtoM é o acrónimo de *International Council on Archives-Access to Memory* e apresenta-se como uma aplicação informática *open source* de descrição de arquivo definitivo, multilingue e multi-repositórios, que funciona em ambiente *web* e é baseada nas normas internacionais ISAD(G), ISAAR (CPF), ISDIAH E ISDF<sup>57</sup>. Desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos e pela UNESCO, esta aplicação é um projeto colaborativo que visa prover a comunidade arquivística internacional de um *software* aplicativo gratuito e de código-fonte aberto, para gestão de descrições arquivísticas em conformidade com as normas internacionais.

O objetivo é disponibilizar um aplicativo de utilização fácil, multilíngue, e totalmente baseado na *web*, permitindo que as instituições possam disponibilizar os

---

<sup>56</sup> CGTP. INTERSINDICAL NACIONAL – *Centro de Arquivo e Documentação*. [Consultado a 23/Outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://cad.cgtp.pt/ica/>>

<sup>57</sup> Normas do Conselho Internacional de Arquivos para as descrições arquivísticas, registos de autoridade, funções e instituições de Arquivo.

seus acervos arquivísticos *online*, de forma gratuita. Com um interface de pesquisa que se pretende amigável, flexível e personalizável, está disponível em várias línguas e tem a possibilidade de tradução, contemplando também repositórios digitais.

A arquitetura do sistema de gestão de informação ICA-AtoM foi totalmente concebida em estruturas de código aberto, salientando-se, ao nível da descrição da informação, o formato XML, implementado através do EAD (*Encoded Archival Description*), internacionalmente utilizado na troca de descrições. Está, assim, prevista a importação e exportação de registos.<sup>58 59</sup>

O modelo de dados do ICA-AtoM foi desenhado para ser suficientemente flexível para se adaptar a outras normas que se cruzem com as ISAD(G), como as EAD, DC, METS, entre outras. Este modelo assenta num conjunto de entidades: descrição arquivística, registo de autoridade, instituições arquivísticas, termos e eventos.<sup>60</sup>

Em termos arquivísticos, o *software* cumpre totalmente as funções para que foi desenvolvido: assenta numa lógica do geral para o particular, permitindo vários tipos de relação (produtor/documento/instituição/tesouro) e de ligações (ligações de registos/objetos digitais e registos/depósito físico). Podem alterar-se as definições de administração e visualização, bem como adicionar/alterar taxonomias. É possível mover registos entre níveis ou alterar a sua posição dentro do mesmo nível.

Ao nível da pesquisa, e na versão utilizada, dispõe-se da pesquisa simples (a barra aparece em todas as páginas e a busca pela expressão utilizada recupera a informação registada em todos os campos) e da avançada (pode determinar-se qual o campo onde se quer fazer a pesquisa – título, história administrativa/biográfica, história do Arquivo, âmbito e conteúdo, dimensão e suporte, pontos de acesso [assuntos, lugares e nomes], identificador).

---

<sup>58</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – *Ica-AtoM: open source archival description software*. [Consultado a 23/Outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <https://www.ica-atom.org/>>

As informações fornecidas são retiradas do *site* da aplicação e de: ANTÓNIO, Rafael, SILVA, Andreia Cunha da, PAES, Alexandre – *Guia Prático do ICA-AtoM*. Lisboa: CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres / IBJC – Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011; VENTURA, Maria Isabel – *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto: s.n., 2011. *Dissertação de Mestrado*, p. 91-100; ICA-AtoM – *O que é o ICA-AtoM?* [Consultado a 23/Outubro/2013] Disponível na Internet <URL: [https://www.ica-atom.org/doc/What\\_is\\_ICA-AtoM%3F/pt](https://www.ica-atom.org/doc/What_is_ICA-AtoM%3F/pt)>

<sup>59</sup> Ver apêndice A, figura 4, página ii.

<sup>60</sup> Ver apêndice A, figura 5, página ii.

Posto isto, passa-se para as questões práticas de utilização da plataforma e para a experiência que se teve na sua utilização.

Na verdade, admite-se que o primeiro impacto não foi muito positivo. Para uma pessoa com fracos conhecimentos de informática, como é o caso, as dificuldades começam logo com a instalação do *software*. Pediu-se, portanto, e para o efeito, ajuda de um técnico informático. A aplicação ficou alojada no servidor do IICT<sup>61</sup> e ficou, no imediato, disponível para trabalho em qualquer lugar. No entanto, e talvez devido a limitações de capacidade do servidor, a aplicação revelou-se bastante lenta, o que dificultou a sua utilização durante todo o período de trabalho.

Com esta exceção, e depois de uma familiarização com as opções disponíveis, a inserção de registos e alteração/criação de taxonomias (por exemplo, no “nível de descrição” alterou-se “item” para documento simples e criaram-se os termos “documento composto”, “série”, “subsecção” e “subsistema”), bem como a movimentação de descrições entre níveis e a criação de registos de autoridade, revelaram-se bastante simples.

Apontam-se, como desvantagens, a impossibilidade de criar novos campos (refira-se a necessidade de colocar a informação “Localização física/cota” no campo “Zona das Notas” – ou em qualquer outro, como a “Existência e localização de originais”) e as limitações de pesquisa ainda verificadas nesta versão. De facto, a pesquisa simples provoca bastante “ruído”, recuperando muita informação que não tem a ver com o termo de pesquisa utilizado. Por outro lado, a pesquisa avançada, apesar de restringir a busca em alguns campos, não contempla todos, o que poderá trazer falhas de recuperação da informação. Exemplo deste último aspeto é o facto de qualquer dos campos onde fazia sentido colocar-se a “localização física” não ser pesquisável. A opção passou pela colocação dessa informação no identificador, como já se referiu acima.

A pesquisa pode, em alternativa, ser feita através dos menus de navegação presentes no lado esquerdo da página. Descrição arquivística, registo de autoridade, instituição arquivística, funções, assuntos, locais e objeto digital são as opções

---

<sup>61</sup> IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical. Arquivo Histórico Ultramarino. Ver apêndice A, figura 5, página ii.

possíveis. Esta é uma forma mais concreta de recuperação da informação, permitindo visualizar, para o caso das descrições, as suas relações hierárquicas e a posição que determinada descrição ocupa na árvore. É também possível visualizar as relações entre um documento e os seus produtores e entidades-assuntos ou saber quais os registos produzidos/associados a determinada autoridade ou instituição arquivística. O mesmo acontece com o “depósito físico”, que apresenta uma listagem de todos os documentos nele acondicionados.

Por último, também a importação/exportação de registos não é simples e intuitiva. Para a impressão das descrições, de modo a constituir um catálogo em suporte papel, é necessária a exportação em *EAD 2002*, na medida em que este exporta a descrição onde nos encontramos e todos os registos abaixo. O *Dublin Core 1.1* faz apenas a exportação do registo atual. Os registos de autoridade serão exportados em EAC (*Encoded Archival Context*). Obtém-se, depois, um ficheiro em XML que, para ser legível para o homem, necessita ser convertido. Essa conversão poderá ser, em teoria, para um ficheiro *pdf*. Apesar de se terem realizado pesquisas, contactado com pessoas que estão familiarizadas com a aplicação e técnicos de informática, não se conseguiu fazer a exportação. Pelo que se compreendeu, mesmo com conhecimentos informáticos, é necessária formação em ICA-AtoM para que se possam compreender e ajustar as funcionalidades do programa. Assim, e visto também não ser permitida a impressão direta dos registos, apenas foi possível construir o catálogo digital.

Todas estas questões chamam, portanto, a atenção para o facto de existirem algumas dificuldades na implementação e utilização do ICA-AtoM. A flexibilidade preconizada não é total (nem o poderia ser quando se pretende normalização) mas muitas questões podem ser apenas resolvidas/colmatadas através de uma estreita colaboração entre arquivistas e informáticos. Informáticos esses que devem estar familiarizados com a aplicação para que, conhecendo as suas características, potencialidades e fragilidades, possam contornar as questões que forem surgindo.<sup>62</sup>

Perante as características apresentadas, e visto não haver possibilidade de desenvolver profundamente os conhecimentos em ICA-AtoM ou promover um diálogo

---

<sup>62</sup> Ver exemplos do aspeto das descrições: apêndice A, figuras 6 e 7, páginas iii e iv.

com informáticos que permitisse uma adaptação completa da aplicação ao arquivo em estudo, optou-se por manter a versão base, apenas com ligeiras alterações (nas taxonomias, como se explicou), provando que, mesmo assim, a sua utilização é possível e útil para a representação e divulgação dos acervos.

Não obstante os pequenos problemas encontrados, a que de forma mais ou menos satisfatória se deu resposta, defendem-se as potencialidades do *software* ICA-AtoM. Pensa-se que poderá ser uma excelente opção quando se pretende uma aplicação de acesso livre, flexível e com possibilidade de interagir com outros acervos e línguas. Também a melhoria contínua que se tem verificado de versão para versão (na questão da pesquisa, por exemplo) alimenta a esperança desta se tornar uma ferramenta adequada, com forte contributo para a divulgação de muitos acervos e, conseqüentemente, para uma evolução arquivística.

### III. OS CASTROS: A FAMÍLIA POR DETRÁS DO ARQUIVO

Pela sua heterogeneidade, complexidade de relações e âmbito cronológico, escrever a história de uma família nunca é fácil. Esse exercício torna-se, porém, indispensável quando se trabalha um Arquivo de Família. Neste sentido, o presente capítulo procura apresentar, de forma concisa, a família Castro e as suas relações familiares, dando ênfase a alguns dos indivíduos mais relevantes para a história da família, em particular, e para a história de Portugal e da Expansão, em geral.

Os Castros descendem em linha direta de D. Pedro Fernandes de Castro, *o da Guerra* (f. junho de 1343, em Algeciras), filho de D. Fernando Rodrigues de Castro e de D. Violante Sanches de Castela. Foi senhor de Monforte de Lemos e mordomo-mor de D. Afonso XI de Castela. Teve descendentes do seu primeiro casamento, com D. Beatriz de Portugal, neta de D. Afonso III, do segundo, com D. Isabel Ponce e, por bastardia, filhos de D. Aldonça Lourenço de Valadares. Dos seus filhos bastardos destaca-se D. Inês de Castro (1320/5-1355), rainha póstuma de Portugal.<sup>63</sup>

A família em estudo é descendente do seu segundo casamento. Foi o filho de D. Pedro Fernandes de Portugal, D. Fernando Rodrigues de Castro (f. 1377) que, por bastardia, gerou D. Álvaro Pires de Castro, responsável pela continuidade de gerações, chegando à atualidade.

Quatro gerações depois surge D. Filipe de Castro, filho de D. Rodrigo de Castro, *o Ombrinhos*, e de D. Ana de Eça e Castro. O destaque deve-se para o facto de ter sido o primeiro elemento da família Castro a rumar para a Índia, em 1550. Aí, desempenhou as funções de capitão de Damão e foi foreiro da aldeia de Sirigão.

Esta sua ação enquadra-se no contexto da então recente Expansão Portuguesa no Oriente. D. Filipe de Castro insere-se no grupo dos filhos segundos, os quais se

---

<sup>63</sup> Todas as informações sobre a ascendência Castro podem ser consultadas nas genealogias nos ficheiros pdf anexos, da autoria de Lourenço Correia de Matos, fornecidas pela família. Foram também consultados, para os Castros e famílias relacionadas, os recursos em linha: O PORTAL DA HISTÓRIA - <http://www.argnet.pt/> [Consultado a 26/outubro/2013]; GENEALL - <http://www.geneall.net/P/> [Consultado a 26/outubro/2013]; e a obra: FORJAZ, Jorge; NORONHA, José Francisco de - *Luso Descendentes da Índia Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: Fundação Oriente, 2003.

distinguiam “pelo seu enquadramento social, pois, apesar de terem, aparentemente, recursos limitados, eram fidalgos pertencentes a linhagens de velha cepa”.<sup>64</sup>

Daí para a frente, todos os elementos da família Castro desempenharam cargos político-militares relevantes. Tendo-se fixado, numa primeira fase, na Província do Norte, foram obrigados a abandonar as suas possessões e rumar a sul, para Pangim (Nova Goa). Verifica-se a tendência de que, tanto os membros do ramo principal como os que se juntaram por casamento, viviam na Província do Norte (com destaque para Baçaim e Taná), alterando-se a tendência na primeira metade do século XVIII, quando os locais de nascimento, morte e casamento passaram a ser, maioritariamente, Pangim e Goa (Velha Goa).<sup>65</sup>

Tal mudança de residência deveu-se à perda das possessões do Norte, em concreto Baçaim (o território foi ocupado pelos maratas em 1739<sup>66</sup>, após um período de conflito relativamente longo). Destaca-se, neste contexto, Martinho da Silveira e Menezes, trisavô de D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu, general do Norte, que faleceu em combate.

Após esta data, os Castros fixaram-se na região de Goa, continuando a desempenhar cargos políticos e militares importantes. Alguns elementos foram nomeados para cargos fora da Índia, nomeadamente nos Rios de Sena, em Moçambique (D. Rodrigo de Castro, Caetano de Mello e Castro e seu filho Francisco de Mello e Castro) - e Macau (D. Rodrigo de Castro e seu filho, D. Francisco Xavier de Castro).

Outro elemento da família (cunhado de D. Rodrigo de Castro) que desempenhou altos cargos políticos e surge várias vezes referido na bibliografia é D. Luís Caetano de Almeida Pimentel (23/10/1708 – 17/12/1757), cunhado de D. Rodrigo de Castro, capitão de Damão e governador do Estado da Índia. Alguns contemporâneos teciam-lhe críticas por o considerarem mestiço, situação que certos autores preconizam: “D. Luís Caetano foi, de facto, o único governador mestiço da

---

<sup>64</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *A nobreza e a expansão: estudos biográficos*. Cascais: Patrimonia, 2000, p. 39.

<sup>65</sup> Para uma visualização da geografia da Índia, consulte-se o apêndice A, figuras 8 e 9, páginas iv e v.

<sup>66</sup> A bibliografia não é consentânea quanto à data concreta: Mário Cesar Leão aponta o dia 23 de maio, Bragança Pereira refere o dia 16 de março e o artigo da Família Castro sugere a data de 6 de março. A maioria dos autores opta, no entanto, por indicar apenas o ano, o qual não suscita dúvidas: 1739.

Índia”<sup>67</sup>. Tal consideração deriva do facto de D. Luís Caetano de Almeida ter nascido na Índia.

A bibliografia geral menciona vários outros Castros e familiares, embora de forma leve, com maior incidência nos já referidos Martinho da Silveira e Menezes, D. Rodrigo de Castro, D. Luís Caetano de Almeida e D. José Maria de Castro. Atenção é dada também a Luís António Pereira de Sequeira (f. 1755, notável da jurisdição de Baçaim – Taná), D. Rodrigo da Costa (f. 23/06/1690, governador da Índia) e D. Lopo José de Almeida (f. 1689, na Pérsia).

Contudo, as referências que vão surgindo nas várias obras sobre a Índia apresentam os membros fora do contexto familiar, referindo-os apenas como indivíduos que, em dada altura, desempenharam um qualquer cargo de relevo num determinado lugar do Estado Português da Índia (entre 1505 e 1752 esta definição abrangia todos os territórios no Índico, desde a África austral ao sudeste Asiático). Raramente se apresentam as relações familiares ou se conjuga a sua presença no Oriente com as ligações ao reino, onde detinham várias propriedades cuja administração nunca descuraram.

A complexidade de relações entre os Castros e muitas outras famílias, bem como o lugar que ocupavam no século XIX, aquando da organização do Arquivo, tem de ser compreendida, essencialmente, no contexto do casamento. “De facto, muitos dos luso-descendentes eram oriundos de famílias importantes do Reino e possuindo cruzamentos sucessivos com membros dessas famílias, o que levaria a que, a nível de elites, tanto os reinóis como os luso-descendentes tivessem um certo grau de parentesco, por vezes já um pouco afastado (...), ocupando assim os lugares de topo da hierarquia do Estado, nomeadamente os de índole militar ou da administração territorial”.<sup>68</sup>

As relações familiares, assim como os elementos biográficos de cada indivíduo, serão apresentados no último capítulo, dedicado ao Quadro Orgânico-Funcional, mas considera-se pertinente, nesta fase, referir algumas das relações mais importantes.

---

<sup>67</sup> Cf. COUTINHO, Miguel – *Goa no tempo do Marquês de Alorna (1744-1750): uma sociedade em transformação*. Lisboa: s.n., 2008. Dissertação de Mestrado, p. 91-92.

<sup>68</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, p. 93.

Dessas ligações familiares há a destacar, à partida, duas: a união dos Castros com os Sequeiras e Abreu e com os Almeidas Pimentel, as duas ocorridas por via do casamento.

Os Sequeiras e Abreu associaram-se aos Castros através do casamento de D. António (n. 12/02/1686 e f. em Pangim, a 25/02/1749) com D. Maria Luísa de Toledo e Castro (n. em Taná e f. em Pangim, a 16/04/1763), filha de António João Pereira de Sequeira e Abreu e D. Antónia Coutinho, e irmã de Luís António Pereira de Sequeira e Abreu.

Já os Almeidas Pimentel<sup>69</sup> estabeleceram relação com os Castros por dois casamentos: D. Rosa Maria de Castro, irmã do supracitado D. António de Castro, casou com José Luís da Silveira e Távora, vindo a ser bisavó, pelo lado materno, de D. Francisco Xavier de Castro (neto desse D. António de Castro e filho de D. Rodrigo de Castro); este Francisco Xavier de Castro (n. Pangim, a 26/07/1751 e f. aí, a 23/12/1818) veio a casar com D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida, neta do já mencionado D. Luís Caetano de Almeida e, por isso, herdeira do seu vínculo. Pelo lado do seu tio-avô materno, seria também herdeira da Casa dos Silveira e Menezes.

D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida reúne em si, portanto, grande parte dos vínculos (e também da documentação presente no Arquivo) que chegaram às mãos dos Castros.<sup>70</sup> Foi um casamento bastante significativo, não só para a vivência das famílias na Índia<sup>71</sup>, como também para os vínculos, morgados e capelas que administravam em Portugal.

Uma das propriedades provenientes dos Sequeiras e Abreu foi a Quinta da Beselga, em Tomar, que ainda hoje se mantém em posse da família. A sua entrada nos Castros deu-se, não diretamente pelo casamento de D. Maria Luísa Toledo e Castro, mas sim com D. Rodrigo de Castro.

---

<sup>69</sup> Cf. Apêndice B, página ix.

<sup>70</sup> O estudo dos vínculos, morgados e capelas que pertenceram aos Castros/Nova Goa não faz parte dos objetivos desta dissertação. No entanto, e por se considerar pertinente fazer uma breve apresentação das suas possessões, apresentam-se em anexo, algumas informações relativas aos vínculos mencionados no Arquivo. Cf. Apêndice C, página xii.

<sup>71</sup> Em Pangim, os dois palácios localizavam-se frente a frente, criando um forte núcleo de poder. Ver apêndice A, figura 10, página v.

Esta é, por porventura, uma situação interessante que merece narração: D. António de Castro e D. Maria Luísa de Toledo e Castro foram pais, para além de D. Rodrigo de Castro, de D. Ana Francisca de Toledo e Castro (n. Taná, a 05/05/1711 e f. Pangim, a 21/10/1779) que viria a casar com D. Luís Caetano de Almeida. Acontece que D. Luís António Pereira de Sequeira e Abreu, irmão da referida D. Maria Luísa, por não ter descendência, deixava os seus bens e morgados (onde se incluía a Quinta da Beselga) a D. Rodrigo de Castro.<sup>72</sup> No caso de este não ter filhos, os bens passariam para os filhos da sua sobrinha, D. Ana Francisca de Toledo e Castro e do seu marido D. Luís Caetano de Almeida. Sendo que D. Rodrigo de Castro não tinha filhos na altura, o filho deste casal, D. Lopo José de Almeida (n. 10/05/1728), apressou-se a utilizar o apelido “Sequeira e Abreu” como forma de legitimar a sua pretensão aos vínculos de seu tio. D. Francisco Xavier de Castro, filho de D. Rodrigo de Castro, viria apenas a nascer em 1751, recebendo assim as propriedades de seu tio-avô e pondo fim às aspirações de seu primo.

Esta é uma situação que, aquando da aplicação do modelo sistémico, deve ser esclarecida: embora as famílias se tenham reunido através do casamento de D. António de Castro com D. Maria Luísa de Toledo e Castro, os bens da família Sequeira e Abreu, e conseqüentemente os seus documentos / arquivo (Subsistema), só viriam a estar na posse dos Castros com D. Rodrigo.

Foi com D. Francisco Xavier de Castro que terminou, por assim dizer, a incorporação de propriedades na família. No Estado Português da Índia, os vários elementos continuavam a desempenhar cargos políticos e militares de relevo, nomeadamente em Macau (o próprio D. Francisco Xavier), Damão e Goa (D. José Maria, seu filho). Em Portugal, a administração das propriedades estava a cargo de procuradores. A documentação, embora não analisada neste estudo, é bastante rica, particularmente ao nível da correspondência, permitindo ter uma noção de quem era o administrador principal e, de certo modo, quem era o responsável pelo “arquivo”.

Dez gerações depois de o primeiro Castro ter rumado à Índia, a família voltou para Portugal, em 1855, nas figuras de D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel

---

<sup>72</sup> ACNG, pasta 3 (Testamentos), documento 11.

de Sequeira e Abreu e seus irmãos, filhos de D. José Maria de Castro (faleceu ainda em Pangim no ano de 1851) e de D. Veridiana Constança Leite de Sousa e Lemos.

Foi nesta altura que os Castros venderam o Palácio de Monserrate (em Sintra, herdado dos Mello e Castro) para comprar a casa da Rua Pau da Bandeira, n.º 1, ainda na família. A Quinta da Beselga, como já se teve oportunidade de mencionar, é pertença do atual Conde. O Palácio de Goa foi vendido em 1925. As restantes propriedades foram alienadas, por vários meios, ao longo dos tempos.

Na altura do regresso, D. Viridiana tinha já contraído matrimónio com Daniel Ferreira Pestana (n. Funchal, a 13/10/1824 e f. Pangim, 14/11/1896), ajudante de campo do Duque de Saldanha, general de divisão, governador de Damão e, depois, responsável pela organização do Arquivo<sup>73</sup>. Tendo enviuvado em 1859, o General Pestana regressou a Damão no ano de 1873 e casou segunda vez, a 22 de abril de 1868, com D. Maria Helena da Silveira e Lorena (n. Pangim, a 01/03/1850 e f. a 10/01/1896), filha do 6º Conde de Sarzedas.

Pelos serviços que os seus antecessores prestaram em benefício do Reino, o rei D. Luís I concedeu, por carta régia de 7 de junho de 1864<sup>74</sup>, o título de Conde de Nova Goa ao supracitado D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu.

D. Luís Caetano<sup>75</sup>, nascido em Pangim, a 25 de outubro de 1840, licenciou-se em Direito e viria a casar em 30 de junho de 1864 com D. Virgínia Possolo Picaluga Folque (n. 12/07/1839 e f. 1917), filha do General Filipe Folque. Tiveram três filhos: D. Filipe de Castro (n. 02/02/1867), D. Luís Filipe de Castro (n. 07/07/1868; foi 2º Conde

---

<sup>73</sup> Daniel Ferreira Pestana foi um escritor madeirense e teve uma vasta colaboração na imprensa do País, especialmente no sector político. Foi também responsável pela elaboração de *Princípios de Grammatica geral applicados à lingua portugueza, publicados e oferecidos à mocidade de Goa* (Nova Goa), o que revela as suas capacidades de investigação e organização. Cf. PORTO DA CRUZ, Visconde do – *Notas e comentários para a História Literária da Madeira*. [em linha] vol. I. Funchal: Câmara Municipal do Funchal, s.d, p. 60. [Consultado a 26/outubro/2013]

Disponível na Internet <URL: [http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/bprdigital/ebooks/Historia\\_Litvol\\_II.pdf](http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/bprdigital/ebooks/Historia_Litvol_II.pdf)>.

O General Pestana foi também comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro da Ordem de Avis e da Conceição, tendo-lhe sido concedida, em 1873, a administração vitalícia da Quinta Malvazia, em Sacavém, e umas terras no sítio Pampulha. Cf. PATRIMÓNIO RELIGIOSO DA REGIÃO DE LISBOA - *Quintas e Capelas (3): Quinta da Malvázia (Loures)*. [Consultado a 26/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://patrimonioreligiosolisboa.blogspot.pt/2011/06/quintas-e-capelas-3-quinta-da-malvasia.html>>.

<sup>74</sup> ACNG, pasta 15 (Documentos pertencentes a D. Luís Caetano de Castro), documento 6.

<sup>75</sup> Cf. PORTUGAL. DICIONÁRIO HISTÓRICO – *Nova Goa*. [Consultado a 26/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://www.arqnet.pt/dicionario/novagoa1c.html>>.

de Nova Goa) e D. Virgínia Folque de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (n. 24/11/1874), reconhecida escritora.

O 2º Conde de Nova Goa foi, então, D. Luís Filipe de Castro (n. 07/07/1868 e f. 23/08/1928). Nascido e falecido em Lisboa, casou com Raquel Anjos Jardim, a 27 de abril de 1875, de quem teve sete filhos. Professor de Agronomia, regenerador, ministro das obras públicas, comércio e indústria no governo de Artur Campos Henriques, de 26 de dezembro de 1908 a 11 de Abril de 1909, ocupando de novo o cargo no governo de Sebastião Teles, entre 11 de Abril e 14 de Maio de 1909. Propagandista do crédito agrícola durante a I República, colaborou com Brito Camacho, ministro do fomento, responsável pelas matérias agrícolas.<sup>76</sup> É sobre este D. Luís Filipe de Castro que existe mais bibliografia, não só da sua autoria como com referência à sua vida e obra.<sup>77</sup>

O terceiro Castro a receber o título de Conde de Nova Goa foi D. Vasco Luís de Castro (n. 08/11/1902 e f. 22/08/1996). Tirou o curso de Direito e exerceu durante algum tempo como juiz dos tribunais de trabalho. Foi administrador de empresas e recebeu a medalha de mérito agrícola pela atividade que desenvolveu nesse campo e porque, durante a 2ª Guerra Mundial, pagou a todos aqueles que se deslocaram à Quinta da Beselga para trabalhar. Casou com Grácia de Sousa Coutinho de Mendia (n. 03/11/1916), de quem teve 5 filhos: D. Ana Rita, D. Luís Eduardo de Mendia de Castro, D. Maria João, D. Manuela e D. Teresa Maria.

O atual detentor do título é, por alvará do Conselho de Nobreza datado de 5 de maio de 1997, D. Luís Eduardo de Mendia de Castro (n. 05/07/1943). Casado em Colares, no dia 26 de agosto de 1972, com Helen Louise Gray, é pai de D. Vasco Luiz de Castro (n. 30/12/1976) e de D. Mariana Helena Gray de Castro (n. 31/12/1979), ambos nascidos no Rio de Janeiro. Licenciado em Finanças, executivo em vários países de

---

<sup>76</sup> Cf. POLITIPÉDIA – *D. Luís Filipe de Castro (1868-1928)*. [Consultado a 25/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://www.politipedia.pt/castro-d-luis-filipe-de-1868-1928/>>.

<sup>77</sup> É possível comprovar isto através de uma pesquisa simples no Catálogo da Biblioteca Nacional. Algumas obras já foram mencionadas na página 15 deste trabalho.

bancos portugueses e estrangeiros, estabeleceu em Portugal uma filial de uma companhia de seguros de capitais ingleses e americanos.<sup>78</sup>

Para terminar a exposição sobre os Castros, sua história e relações familiares, apresentam-se apenas dois tópicos a título de curiosidade.

O primeiro diz respeito ao relicário de São Francisco Xavier.<sup>79</sup> Peça maior do culto de São Francisco Xavier, é simultaneamente, uma das obras mais importantes da ourivesaria realizada no Oriente existentes em Portugal e um excelente testemunho da associação de diferentes correntes estéticas. O seu primeiro proprietário foi D. Rodrigo da Costa, governador do Estado Português da Índia, tendo passado por sucessão pelas famílias dos Costas, dos Almeidas e dos Castros. Desde meados do século XIX que se encontrava em Lisboa na casa dos condes de Nova Goa, antes de ter ingressado nas coleções da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por doação de D. Teresa Maria de Mendia de Castro.

O outro apontamento diz respeito ao brasão utilizado pela família. Até D. Luís Filipe de Castro, 2º Conde de Nova Goa, o brasão correspondia à junção Almeida e Castro. Considerava-se, no entanto, que era “feíssimo como composição” e, uma vez que apenas vigorava o apelido Castro, não se justificava a sua utilização. Com o referido D. Luís Filipe de Castro optou-se pelo brasão da família Castro<sup>80</sup>, sendo o fundo de ouro com treze arruelas de azul, lampassado de vermelho.

Após a breve exposição sobre a história da família que dá nome ao Arquivo, dedica-se o capítulo seguinte à caracterização do próprio acervo. Informações mais detalhadas sobre cada indivíduo do Sistema e Subsistemas de Informação são fornecidas no Quadro Orgânico-Funcional, na última secção deste trabalho de investigação.

---

<sup>78</sup> Cf. FORJAZ, Jorge; NORONHA, José Francisco de – *Luso Descendentes da Índia Portuguesa*. Vol I. Lisboa: Fundação Oriente, 2003, p. 450.

<sup>79</sup> Cf. MUSEU DE SÃO ROQUE – *Cofre-relicário de S. Francisco Xavier*. [Consultado a 25/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://www.museudesao Roque.com/pt/colecoes/arte-oriental/cofre-relicario-de-sao-francisco-xavier.aspx>>; VIAGEM ÀS MARAVILHAS DE ORIGEM PORTUGUESA NO MUNDO EM 80 DIAS – *O Repouso do Jesuíta*. [Consultado em 26/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://viagem80dias.blogs.sapo.pt/15332.html>>

<sup>80</sup> Ver apêndice A, figura 11, página vi.

#### **IV. O ARQUIVO CASTRO/NOVA GOA E O ÍNDICE DO GENERAL PESTANA**

O Arquivo Castro/Nova Goa, assim designado para melhor identificar a família a que corresponde, apresenta-se como um Arquivo de Família exemplar, riquíssimo do ponto de vista documental e histórico. Pela sua heterogeneidade e limite temporal, permite conhecer a história dos Castros e ramos familiares, bem como inseri-la num contexto mais amplo que é a História de Portugal, em geral, e a História da Expansão Portuguesa no Oriente, em particular.

Do ponto de vista arquivístico, e através da análise realizada, não se consegue compreender o momento de criação ou as várias utilizações de que a documentação foi alvo, no período anterior ao século XIX.

Certamente que muitos dos documentos acompanhavam a família, por constituírem fontes de informação e prova significativas. Outros terão conhecido tramitações entre o Reino e o Estado Português da Índia. Outros, ainda, terão ficado em Portugal, junto das propriedades e dos administradores. Sabe-se, sobre este último ponto, que os documentos dos vínculos, morgados e capelas, bem como os documentos pessoais dos vários ramos familiares, foram chegando aos Castros à medida que estes estabeleciam relações com outras famílias (Almeidas Pimentel e Sequeiras e Abreu, grosso modo).

Da presença da família em Baçaim, sobram poucos documentos, a maioria cópias posteriores passadas a requerimento e referentes aos cargos político-militares desempenhados pelos seus vários elementos. Na verdade, após a queda de Baçaim, a família viu-se obrigada, como muitas outras, a abandonar a região, deixando para trás tudo aquilo que possuía: terras, casas, bens, os próprios documentos.

Da sua estadia em Goa, e embora não existam certezas, é muito provável que muita da documentação tenha ficado para trás aquando do regresso a Portugal. Ou terá acompanhado a família na sua viagem, talvez em caixas, sem qualquer preocupação de organização. Atualmente, podem ainda existir documentos relativos à família em vários arquivos da Índia, mas esse apuramento só poderia resultar de uma investigação longa e aprofundada.

Em qualquer arquivo ocorre sempre um fenómeno de dispersão, eliminação e perda de documentação, intencional ou não, que, na maior parte das vezes, não se pode identificar ou justificar. Regra geral, chegam apenas aos nossos dias os documentos que tinham maior utilidade para a família e que, por isso, conheciam um maior esforço de guarda e conservação.

Existem, portanto, várias causas que permitiram que, hoje, exista determinada documentação no arquivo e não outra. A organização do século XIX constituiu um esforço de reagrupar e recuperar a documentação, procurando-a nos mais variados locais (Arquivo Nacional, Governos Cívicos, Cartórios, acervo das capelas, tombos), reunindo e organizando as informações que maior utilidade teriam para a família – administração das propriedades e preservação da memória familiar/genealógica.

No entanto, esse esforço de reconstituição não conseguiu colmatar todas as falhas e perdas de documentação ocorridas ao longo dos séculos. Assim, a documentação presente no arquivo em estudo será apenas uma parte de toda a que foi produzida pela família (enquanto autora e recetora).

O Arquivo Castro/Nova Goa, com a documentação contemplada no índice, contém setenta e uma pastas<sup>81</sup>. Na sua maioria, são documentos de cariz pessoal e administrativo: pastas pessoais, correspondência, procuradores, vínculos e propriedades. Cronologicamente, vai desde 14/03/1337 (testamento de Estevainha Gonçalves Pereira)<sup>82</sup> a 31/10/1898 (escritura de uma propriedade em Marvila pelos vendedores António Gomes e Francisca Filipa e pelo comprador Elias Bernardo)<sup>83</sup>.

Para além desta, existe também documentação posterior à realização do índice, isto é, a partir de finais do século XIX. A mais significativa será, porventura, a correspondência política de D. Luís Filipe de Castro, 2º Conde de Nova Goa

---

<sup>81</sup> Ver, no apêndice D, página xviii a lista das pastas que constituem o arquivo. Foi utilizado o modelo de “Guia de Remessa” fornecido pela Direção-Geral de Arquivos em <http://dgarq.gov.pt/informacoes-uteis/formularios/> [Consultado a 20/outubro/2012]. O levantamento foi feito aquando da transferência do Arquivo, em novembro de 2012, da casa do atual Conde de Nova Goa para casa de D. Teresa de Mendia de Castro, sua irmã, onde se encontra atualmente.

Ver também fotografias do Arquivo: apêndice A, figuras 12 e 13, página vi.

<sup>82</sup> ACNG, pasta 2 (Vínculo dos Pimentéis), documento 1.

<sup>83</sup> ACNG, pasta 9 (Vínculo dos Pimentéis), documento 4.

(07/07/1868 – 23/08/1928). Essa correspondência foi já trabalhada, embora de forma pouco aprofundada, por um aluno de licenciatura.

Além disso, a família continua, como é natural, a produzir documentação, apesar de esta não estar a ser alvo de qualquer tipo de tratamento ou preocupação arquivística. Refira-se que há, no entanto, um esforço por parte da família em conservar a documentação nas melhores condições, procurando também o agrupamento de alguns documentos que estão na posse de outros elementos.

Ao longo do presente trabalho, e como já se explicou, quando se fala em Arquivo Castro/Nova Goa, fala-se na documentação reunida, organizada, descrita e acondicionada no século XIX.

Pouco se sabe sobre essa organização. Não foi encontrado nenhum documento que registe essa atividade, qual o seu objetivo ou em que moldes se processou. Muito provavelmente não existia uma organização anterior, pelo menos não se consegue intuir isso através dos documentos (não existem numerações anteriores, nem outros documentos que apontem para tal; as referências numéricas registadas em alguns documentos são do arquivo de origem, onde se foram buscar, e não resultantes de uma classificação anterior).

Consegue apenas apurar-se que a organização e o índice<sup>84</sup> que dela resultou tiveram lugar após a vinda dos Castros para Portugal, em 1855, sendo da responsabilidade de Daniel Ferreira Pestana (1824-1906), padrao de D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu. É, portanto, uma criação artificial, própria nos arquivos do século XIX.

Fernanda Ribeiro, no seu trabalho de doutoramento, afirma que, no período que vai de 1820 a 1887, “sobre os arquivos de família e pessoais, os dados escasseiam quase por completo. Os da administração da família real foram incorporados na Torre do Tombo e/ou em outros organismos da administração central; sobre os das famílias nobres tituladas não há informação significativa, quanto ao acesso à informação. Apenas conseguimos referenciar dois instrumentos produzidos no terceiro quartel do

---

<sup>84</sup> O índice, em quatro volumes, foi digitalizado pelo Arquivo Nacional/Torre do Tombo.

século XIX, que embora abranjam documentação dos arquivos, dizem sobretudo respeito às bibliotecas dessas famílias”<sup>85</sup>.

Portanto, o Arquivo Castro/Nova Goa vem dar a conhecer um pouco do que, em termos arquivísticos, se terá feito no decorrer do século XIX.

Considera-se que este arquivo segue a tendência da Casa de Mateus. Num estudo sobre as gavetas do arquivo dessa casa nobre – com organização muito semelhante à do arquivo em estudo – Abel Rodrigues e Armando Malheiro da Silva defendem que: “também nas casas nobres o ímpeto reorganizativo dos cartórios se fez sentir, com maior frequência a partir da segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX. Em todos os casos verificados, existiram motivações subjacentes às reformas, sendo também notório que tal ato de gestão se constitui como uma fase de um processo mais amplo. Podemos referir, sem prejuízo, que a organização dos cartórios familiares é uma etapa fundamental na estruturação das famílias nobres – iniciada no século XVI com a criação dos institutos vinculares e sobretudo no contexto político e social saído da Restauração – e que contribui de forma determinante para a consolidação do conceito de Casa que começou a emergir em setecentos. (...) Apesar de possuírem uma complexidade funcional reduzida, quando comparado com outras instituições públicas e privadas, as casas nobres careciam também de ordem para a otimização da gestão económica.”<sup>86</sup>

Posto isto, e pela sua natureza e informações disponíveis, pensa-se que a organização do arquivo teve lugar aquando da lei do registo vincular, num momento em que se caminhava para a extinção dos vínculos.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Tese de Doutoramento, p. 574.

<sup>86</sup> RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da – A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação. ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*. Lisboa: IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p. 614.

<sup>87</sup> Cf. ROSA, Maria de Lourdes - *O Morgadio em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996; CAPELO, Ludovina Cartaxo – *Catálogo do Registo Vincular do Distrito de Coimbra*. [em linha] Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, s.d. [Consultado a 25/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: [http://www.uc.pt/auc/fundos/ficheiros/GCC\\_RegistoVincularDistritoCoimbra](http://www.uc.pt/auc/fundos/ficheiros/GCC_RegistoVincularDistritoCoimbra)>; COELHO, Maria de Fátima – O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias. *Análise Social*. [Em linha]. Vol. XVI, 61-62 (1980) p. 111-131. [Consultado a 20/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223994704Q6bDK1ct0Fs25KF5.pdf>>; ARQUIVO NACIONAL/TORRE DO TOMBO – *Extinção dos morgados e capelas*. Lisboa, 2013. [Consultado a 25/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/extincao-dos-morgados-e>

A instituição de Morgadios desenvolveu-se sobretudo a partir do século XIII e funcionaram, desde então, como instituição jurídica e mecanismo social. Através deles, as famílias perpetuaram-se por muitas gerações, transmitindo, para além do património, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados.

Na verdade, o Morgadio consistia num vínculo de terras, rendas ou outros bens que não poderiam ser separados ou alienados, estando inteiramente dependente do estipulado pelo instituidor. A gestão da tradição era feita através do apelido, das armas ou sinais, das capelas familiares, dos escritos próprios das famílias e dos bens do morgado. Podiam aparecer como forma de pagamento de serviços ou de efetivação de ligações clientelares mas o mais frequente era o reforço jurídico das ligações familiares: o objetivo máximo era a manutenção da memória e do poder.

Durante séculos, o costume assumiu-se como valor mais alto na gestão e manutenção destes vínculos, sendo que, na maior parte dos casos, a única prova física da sua existência era o documento da instituição. Tal situação, bem como a falta de legislação que regulasse este fenómeno, conduziu a abusos e excessos de poder.

As primeiras leis de regulação dos Morgadios surgiram nas ordenações afonsinas, onde se procurava um equilíbrio entre a vontade do instituidor e o direito à intervenção régia. As ordenações manuelinas mantiveram esta forma de atuação, sendo que apenas com a lei pombalina de 3 de agosto de 1770 se procurou restringir a fundação de novos vínculos.

As reestruturações e modificações ocorridas com a revolução liberal de 1820 vieram limitar ainda mais a existência de vínculos. Os Morgadios eram, então, considerados um entrave ao desenvolvimento económico, provocando também graves problemas sociais. Assim, um decreto de 4 de abril de 1832, aboliu todos os morgados e capelas cujo rendimento líquido não chegasse a duzentos mil reis. Mais tarde, a 30 de julho de 1860, surgiu outro decreto que aumentou o rendimento mínimo necessário e obrigou ao registo de todos os vínculos existentes, permitindo também a

---

[capelas/](#)>; ESTEVES, Judite Maria Nunes - *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar: entre o fim do século XIX e o século XX*. Lisboa: FCSH/UNL, 2008. Tese de Doutoramento.

venda parcial dos bens, desde que não excedesse um terço. A extinção total dos vínculos foi decretada em 20 de maio de 1863, sendo declarados alodiais todos os bens de que se compunham. Exceção feita ao vínculo da Casa de Bragança que se destinava ao herdeiro da Coroa e perduraria até 1910.

Terá sido, portanto, no contexto do registo vincular que o General Pestana iniciou a organização do Arquivo. É perceptível, em muitos documentos, o seu esforço de procura e reunião da documentação necessária para provar a legitimidade de direito dos Castros perante determinado vínculo.

Tendo empreendido esforços junto da Torre do Tombo, Cartórios do Governo Civil, Capelas e Conventos ou, até, de amigos que poderiam dar uma ajuda, nem sempre foi bem-sucedido nas suas diligências. Por vezes, existe mesmo o requerimento, com a indicação que de que não fora localizado determinado documento ou informação. Nestes casos, mesmo quando não foi possível localizar o documento ou conseguir uma cópia, procedeu-se à realização de um resumo, justificando assim a importância que lhe era atribuída e a necessidade de pertencer ao arquivo.<sup>88</sup> Outras vezes, o documento já existia no arquivo mas, não sendo legível devido à sua deterioração e antiguidade, pediu-se a um especialista para o transcrever ou resumir.

Como prova de todo o trabalho desenvolvido pelo General Pestana, surgem os resumos dos documentos (cada documento está acondicionado numa capilha que contém a indicação da data, um breve resumo do conteúdo e a numeração – número da pasta e a sua posição dentro desta), genealogias presentes um pouco por todo o arquivo e o índice, em quatro volumes, resultado final da organização.

No fundo, aquilo a que se designa índice é, em termos arquivísticos, algo mais complexo. Para além de ser “um documento que regista, de acordo com uma ordenação pré-estabelecida (sequencial ou sistemática), os descritores, designações ou títulos de um documento, acompanhados das correspondentes referências de

---

<sup>88</sup> Esta situação acontece, entre muitos outros casos, com o testamento de D. Filipe de Castro, *o Moço*, datado de 20 de abril de 1580, filho primogénito de D. Rodrigo de Castro e de D. Antónia de Melo de Castelo Branco: ACNG, pasta 3 (Testamentos), documento 7.

localização ou cotas”<sup>89</sup>, constitui também um catálogo, na medida em que faz a descrição pormenorizada de todos os documentos do arquivo.

Cada folha do índice é apresentada numa espécie de tabela onde são registados os elementos: data dos documentos, número dos documentos, objeto de que tratam e número da pasta em que estão guardados.<sup>90</sup> No final de cada volume, à exceção do quarto, existe um índice remissivo que pretende ser temático, antroponímico e toponímico.<sup>91</sup>

Estreitando a análise, apresenta-se o tipo de documentação presente em cada volume do referido índice:

- **Volume I** – contém os documentos relativos a propriedades avulsas; sentenças de justificação (1686 a 1857); testamentos; certidões de batismo e óbito; procurações; documentos pertencentes a António de Abreu (estão aqui contemplados dois António, avô e neto); documentos de Pedro Álvares de Abreu; documentos dos Sequeiras (Luís Pereira de Sequeira, Rui Fernandes de Sequeira, António Pereira de Sequeira e Luís António Pereira de Sequeira); documentos pertencentes a D. António de Castro; Francisco de Mello e Castro; D. Lopo José de Almeida (estão aqui contemplados dois Lopo, avô e neto); D. Luís Caetano de Almeida; D. Rodrigo de Castro; D. Francisco Xavier de Castro; D. José Maria de Castro e Almeida Sequeira e Abreu; procuradores (vários); objetos avulsos; documentos do Conde de Nova Goa, D. Luís Caetano de Castro, e seus irmãos.

Com algumas exceções, nomeadamente ao nível dos procuradores, este foi o volume alvo de descrição arquivística e estudo mais aprofundado nesta dissertação.

- **Volume II** – Contém todos os documentos relativos ao vínculo dos Pimentéis (Torres Novas, Golegã e Santarém): instituição e outros papéis; tombos; encargos pios; objetos avulsos; arrendamento das propriedades; prazos avulsos.
- **Volume III** – Contém todos os restantes vínculos na posse da família.
- **Volume IV** – Ao contrário dos restantes, não faz uma descrição da documentação do Arquivo. Apresenta, em quadro, informações relativas à situação do

---

<sup>89</sup> ALVES, Ivone; *et. al.* – *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. p. 57.

<sup>90</sup> Ver apêndice A, figura 14, página vii.

<sup>91</sup> Ver apêndice A, figuras 15 e 16, página vii.

Vínculo dos Pimentéis (prazos em Torres Novas): número do prazo; situação; descrição; medicação e demarcação; confrontações; foro ou renda que pagam; laudémio; nome dos enfiteutas ou rendeiros e seus contratos; estado do pagamento dos foros ou rendas. Este último volume apresenta-se, então, como um instrumento direto de administração e tem uma componente de maior utilidade e uso direto e regular pela família.

Refira-se que existe uma pasta designada “Papéis que se consideram inúteis – há mais de cem anos que estes papéis não se não deviam conservar no cartório, onde só servem para fazer confusão”. Em termos arquivísticos, esta pasta não é “inútil”. Através da breve análise a que se procedeu, foram localizados vários documentos de interesse para a história da família e um catálogo de títulos/vínculos, muito semelhante à organização dada pelo General Pestana.<sup>92</sup>

Caracterizado o arquivo, resta abordar brevemente a utilização que dele fez a família, desde a sua organização até aos dias de hoje.

Nos primeiros anos após a reorganização, e até finais do século XIX, verifica-se uma preocupação em continuar a investir no arquivo e arrumar a documentação de acordo com a estrutura dada pelo General Pestana. Prova disso é o facto de existirem registos no índice posteriores à sua conclusão, com uma letra diferente. No próprio arquivo, normalmente nas capilhas, fizeram-se anotações, correções e deslocaram-se alguns documentos. As anotações e correções verificam-se, principalmente, nas genealogias feitas pelo General Pestana. Existem também documentos anexados aos já existentes, como é o caso de uma carta de 1966 sobre Tidore, estrategicamente colocada na pasta dos documentos pertencentes a D. Rodrigo de Castro. Sabe-se que um dos elementos da família que mais interesse teve pelo arquivo foi Gil de Castro, irmão do 3º Conde de Nova Goa. Segundo a família, que relembra o seu interesse pelo arquivo e pela história familiar, muitos dos apontamentos são da sua autoria. Prova disto é também o facto de ter permitido a investigação<sup>93</sup>. O arquivo foi, portanto, alvo de constante utilização por parte da família. Note-se que a documentação esteve sempre na posse do próprio Conde e se respeitou, com raríssimas exceções, a

---

<sup>92</sup> Ver apêndice A, figura 17, página viii.

<sup>93</sup> BOXER, Charles Ralph; VASCONCELOS, Frazão de – *André Furtado de Mendonça (1558-1610)*. Lisboa: Fundação Oriente; Macau: Centro de Estudos Marítimos, 1989, p. 127-130.

organização definida pelo General Pestana. Também a presença de anotações e a tentativa de correções revelam, por um lado, a importância que o arquivo tinha para a família e, por outro, passados tantos anos, a utilidade da documentação.

Este trabalho de mestrado é mais uma forma de valorização e utilização do Arquivo Castro/Nova Goa, na medida em que o caracteriza e promove a sua divulgação. Para tal é crucial o papel da família que, nos últimos anos, tem procurado estudar mais a fundo a documentação que tem em mãos, preocupando-se não apenas com as questões históricas (informativas, de conteúdo) mas também com as questões arquivísticas (conservação da documentação e manutenção da organização). A ideia de divulgar o arquivo, dando a conhecer um acervo rico que, até agora, tem permanecido mais ou menos “escondido”, é, sem dúvida, de louvar.

Segue-se, como resultado de toda a investigação e trabalho realizados, o Esquema Geracional da Família Castro/Nova Goa e o Quadro Orgânico-Funcional. É através deles que se dá a conhecer, de forma sistematizada, o Sistema de Informação da Família, bem como as relações que esta mantém com os vários subsistemas.

## V. APLICAÇÃO DO MODELO SISTÊMICO

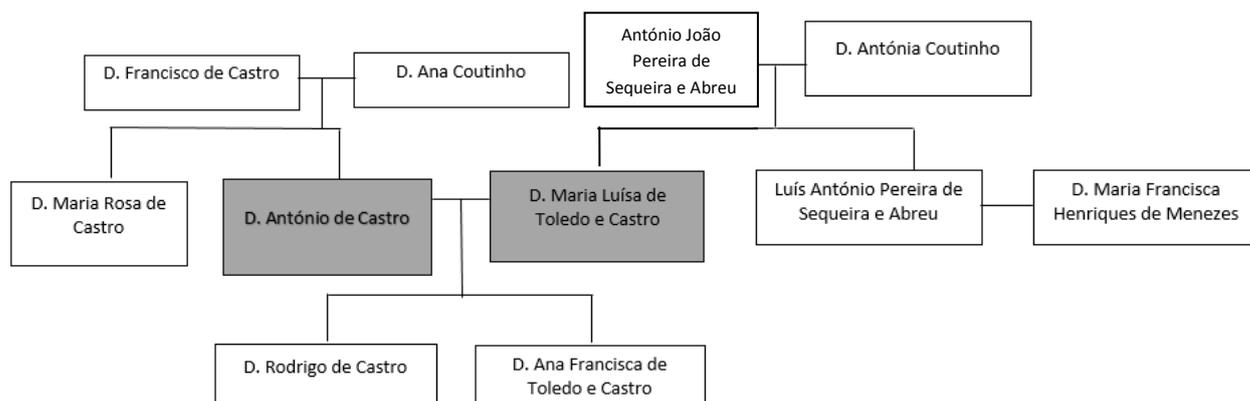
### V.1. Esquema geracional da Família Castro/Nova Goa

Séculos	Sistema de Informação Castro/Nova Goa
XVII	<p><b>Secção 01.</b></p> <p>D. António de Castro c.c. D. Maria Luísa de Toledo e Castro</p>
XVIII	<p><b>Secção 02.</b></p> <p>D. Rodrigo de Castro c.c. D. Maria Rosa de Melo</p>
XIX	<p><b>Secção 03.</b></p> <p>D. Francisco Xavier de Castro c.c. D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida</p> <p><b>Secção 04.</b></p> <p>D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu c.c. D. Viridiana Constança Leite de Sousa e Lemos</p>
XX	<p><b>Secção 05.</b></p> <p>D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu c.c. D. Virgínia Folque</p>

## V.2. Quadro Orgânico-Funcional do Sistema e Subsistemas de Informação

### Sistema de Informação da Família Castro/Nova Goa

#### Secção 01. TOLEDO E CASTRO (1694-1764)



**Figura 18.** Organograma da Secção 01

#### Subsecção 01.01. D. António de Castro (n. 1686-02-12, f. 1749-02-25)

D. Maria Luísa de Toledo e Castro (f. 1763-04-16)

É com D. António de Castro e sua mulher, D. Maria Luísa de Toledo e Castro que se inicia o Sistema de Informação da Família Castro/Nova Goa. Embora existam algumas referências a elementos anteriores, a documentação do Arquivo apenas inicia nesta geração.

D. António de Castro casou com D. Maria Luísa de Toledo e Castro em data desconhecida. Tiveram dois filhos: D. Ana Francisca de Toledo e Castro (secção 02. do subsistema *Almeida Pimentel*) e D. Rodrigo de Castro.

#### Subsecção 01.02. D. António de Castro (1686-02-12 - 1749-02-25)

D. António de Castro nasceu a 12 de fevereiro de 1686 e faleceu, em Pangim, a 25 de fevereiro de 1749, tendo sido sepultado no Convento da Madre de Deus. Filho de D. Francisco de Castro, senhor da aldeia de Dandá, e de D. Ana Coutinho, desempenhou importantes cargos políticos e militares. Participou em várias expedições contra os maratas, nomeadamente contra o Rei Cole (Mahim Quelme).

Foi soldado do capitão António Cardim Fróis, capitão de infantaria (Baçaim, 1710), comandante da Companhia Volante de Naturais (c. 1711), capitão da Companhia do Terço de Baçaim (1711), cabo da Pala de Guerra Nossa Senhora do Loreto (1711), capitão-de-mar-e-guerra da Pala Nova Madre de Deus e Santo António (1716), capitão-mor de Bela Flor de Sabajo (1719-1722), capitão-mor dos rios e embarcações de guerra da Província do Norte (1725), capitão-mor da Ilha de Salcete (1734), sargento-mor de batalha na Fortaleza de Rachol (1739), comandante do Forte do Mangueiral (1737) e capitão da Cidade de Goa (1740-1743). Moço fidalgo da Casa Real, desempenhou também o cargo de governador e capitão da Cidade de Damão (1744-1745), onde encarou vários problemas de reabastecimento devido à proximidade com o inimigo Marata.

**Ver Subsistema SOLDADO DO CAPITÃO ANTÓNIO CARDIM FRÓIS**

**Ver Subsistema CAPITANIA DO TERÇO DE BAÇAIM**

**Ver Subsistema CAPITANIA DE MAR E GUERRA DA PALA MADRE DE DEUS E SANTO ANTÓNIO**

**Ver Subsistema CAPITANIA DE BELLA FLOR DE SABAJÓ**

**Ver Subsistema CAPITANIA DOS RIOS DA PROVÍNCIA DO NORTE**

**Ver Subsistema CAPITANIA DA ILHA DE SALCETE**

**Ver Subsistema SARGENTO NA FORTALEZA DE RACHOL**

**Ver Subsistema CAPITANIA DE GOA**

**Ver Subsistema CAPITANIA E GOVERNO DE DAMÃO**

**Subsecção 01.03.** D. Maria Luísa de Toledo e Castro (f. 1763-04-16)

D. Maria Luísa de Toledo e Castro nasceu em Taná, em data incerta, e faleceu em Pangim a 16 de abril de 1763. É filha de António João Pereira de Sequeira e Abreu, senhor do morgado da Beselga, e de D. Antónia Coutinho.

**Subsecção 01.04.** Luís António Pereira de Sequeira (n. 1697, f. 1755)

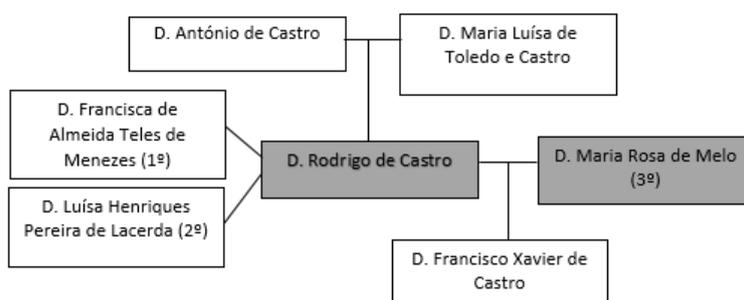
Luís António Pereira de Sequeira era irmão de Martinho da Silveira Pereira de Sequeira e de D. Maria Luísa de Toledo e Castro. Alferes e capitão de Infantaria, bem como cavaleiro da Ordem de Cristo, Luís António tomou posse da Aldeia Dongra e Mangal (1728-09-22).

Por testamento, deixou o morgado da Beselga ao seu sobrinho D. Rodrigo de Castro. Foi casado com D. Maria Francisca Henriques.

**Subsecção 01.05.** D. Maria Francisca Henriques de Menezes (n. 1723, f. 1747)

Casada com Luís António Pereira de Sequeira, D. Maria Francisca Henriques faleceu de parto, em 1747. O bebé acabou por falecer, o que justifica o testamento de seu marido.

**Secção 02.** MELO E CASTRO (1713-1774)



**Figura 19.** Organograma da Secção 02

**Subsecção 02.01.** D. Rodrigo de Castro (n. 1713-01-16, f. 1774)

D. Luísa Henriques Pereira de Lacerda (f. 1743)

D. Rodrigo de Castro casou em segundas núpcias com D. Luísa Henriques Pereira de Lacerda, a 22 de julho de 1742. Não houve filhos deste casamento.

Antes, D. Rodrigo já tinha contraído matrimónio com D. Francisca de Almeida Teles de Menezes, de quem também não teve descendência.

**Subsecção 02.02.** D. Rodrigo de Castro (n. 1713-01-16, f. 1774)

D. Maria Rosa de Melo (n. 1728-01-10)

D. Rodrigo de Castro casou em terceiras núpcias com D. Maria Rosa de Melo, a 22 de julho de 1743. Deste casamento nasceu D. Francisco Xavier de Castro.

**Subsecção 02.03.** D. Rodrigo de Castro (n. 1713-01-16, f. 1774)

D. Rodrigo foi um dos elementos da família que mais relevo teve na história da presença portuguesa no Oriente. Moço fidalgo, fidalgo escudeiro e fidalgo cavaleiro da

Casa Real (1746) e cavaleiro da Ordem de Cristo (1752), foi tenente-general dos Rios de Sena, em Moçambique (1745-1748) e nomeado três vezes para governador e capitão-general de Macau (1752-1755, 1770-1771 e 1774). Por ter falecido na viagem para Macau, já não chegou a ocupar o cargo pela terceira vez.

De todas as funções, para além das já referidas, destacam-se: alferes da companhia da guarnição do presídio de Santa Cruz de Bela Flor (1725), alferes da companhia de infantaria da Província do Norte (1728), capitão da companhia do Terço na Província do Norte (04-04 a 12-06-1730), capitão-tenente de uma das palas da guarnição das Praças do Norte (1731), cabo da 1ª coberta de artilharia e cabo de abordagem (1734), capitão-de-mar-e-guerra da Armada da Guarda Costa do Norte (1736), cabo do Baluarte Cavaleiro (1737-05-19), comandante do Baluarte S. Tiago (1737-08-28), capitão-tenente da pala Santo António e Almas Santas (1738), tenente-general com exercício e soldo de sargento-mor na Praça de Diu (1740), ajudante-general junto do governador da Índia (1743), comandante da bateria de Mandor e seu distrito (1751-02-12), ajudante de campo do Vice-Rei (1751), governador da Praça de Diu (1761 e 1765) e general da província de Bardez e Fortaleza dos Reis Magos (1762).

Várias certidões atestam os seus serviços, em especial num contexto de conflitos que culminou com a queda de Baçaim (1739). O seu contributo foi relevante, em especial na construção e reforço das fortificações, na pacificação e na promoção de relações amigáveis com as autoridades locais, contribuindo também para uma melhoria da economia nos lugares onde desempenhou funções.

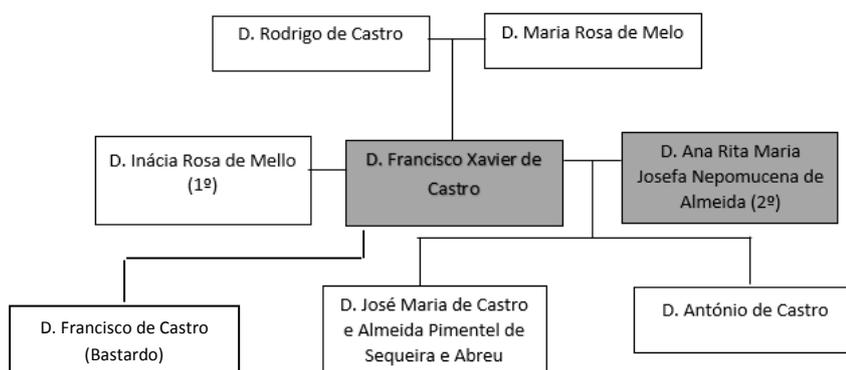
O Subsistema *Sequeira e Abreu* entra, aqui, no ACNG por testamento de Luís António Pereira de Sequeira.

**Ver Subsistema CAPITANIA DE MAR E GUERRA DA COROA**

**Ver Subsistema GENERAL DOS RIOS DE SENA**

**Ver Subsistema SEQUEIRA E ABREU (pág. 61)**

### Secção 03. ALMEIDA E CASTRO (1751-1831)



**Figura 20.** Organograma da Secção 03

#### Subsecção 03.01. D. Francisco Xavier de Castro (n. 1751-07-14; f. 1818-12-23)

##### D. Inácia Rosa de Mello

D. Francisco Xavier de Castro casou em primeiras núpcias com sua prima D. Inácia Rosa de Mello, filha de João Manuel de Mello e de D. Páscoa Flor de Mello, desconhecendo-se a data do casamento ou qualquer elemento biográfico da mulher. Tiveram quatro filhos: D. João (f. r./n. em Pangim, 1770-06-18), D. Maria Rosa Luísa de Castro e Almeida (b. em Pangim, 1771-09-08, f. 1799-09-04), D. Ana Francisca de Castro (b. em Pangim, 1773-09-05, f. 1798-10-21) e uma outra filha sem nome, nascida em Pangim a 1775-12-09 e falecida recém-nascida. A seguir a esta filha, faleceu também D. Inácia Rosa de Mello.

Este casamento possibilitou a ligação dos Castros com os Mello, dos quais existem alguns documentos no Arquivo.

**Ver Subsistema MELLO** (pág. 62)

#### Subsecção 03.02. D. Francisco Xavier de Castro (n. 1751-07-14; f. 1818-12-23)

D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida (b. 1762-05-23, f. 1831-04-29)

D. Francisco Xavier de Castro casou, em segundas núpcias com D. Ana Rita Maria Josefa, a 10 de fevereiro de 1778. Foi através deste casamento que entraram na família Castro grande parte dos vínculos e propriedades pertencentes aos

antepassados de D. Ana Rita: Silveira e Menezes, Almeida Pimentel e Melo e Castro (Monserrate).

Tiveram dois filhos: D. António de Castro (n. Pangim, 1779-08-07) e D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu.

**Ver Subsistema ALMEIDA PIMENTEL** (pág. 63)

**Subsecção 03.03.** D. Francisco Xavier de Castro (n. 1751-07-14; f. 1818-12-23)

D. Francisco Xavier de Castro nasceu em Pangim, tendo sido batizado em 26 de julho de 1778, e aí faleceu, aos 67 anos. Foi moço fidalgo, fidalgo escudeiro e fidalgo cavaleiro da Casa Real (1767), bem como irmão da Santa Casa da Misericórdia de Goa (1778) e cavaleiro da Ordem de Cristo (1804).

Dos cargos desempenhados, destacam-se: capitão-tenente da Coroa na Marinha da Praça de Diu (1770) e na Cidade de Goa (1771), coronel com exercício de ajudante-general junto do governador da Índia (1779), governador e capitão-general de Macau (1780-1783), capitão-de-mar-e-guerra da Coroa (1795), comandante do Corpo da Marinha Real de Goa (1795), presidente do Senado de Goa num período de dez anos (1798, 1801, 1803, 1805, 1806 e 1807), chefe de divisão da Marinha de Goa (1799) e chefe de esquadra (1818).

Foi com o seu nascimento que o morgado da Beselga ficou definitivamente nas mãos dos Castros. No início de 1800, o Dr. Inácio Tamagnini de Abreu propôs-lhe comprar a quinta mas o negócio nunca foi avante e a propriedade continua em posse da família.

Fora do casamento teve, pelo menos, um filho em Macau: D. Francisco de Castro.

**Ver Subsistema GOVERNO E CAPITANIA DA CIDADE DE MACAU**

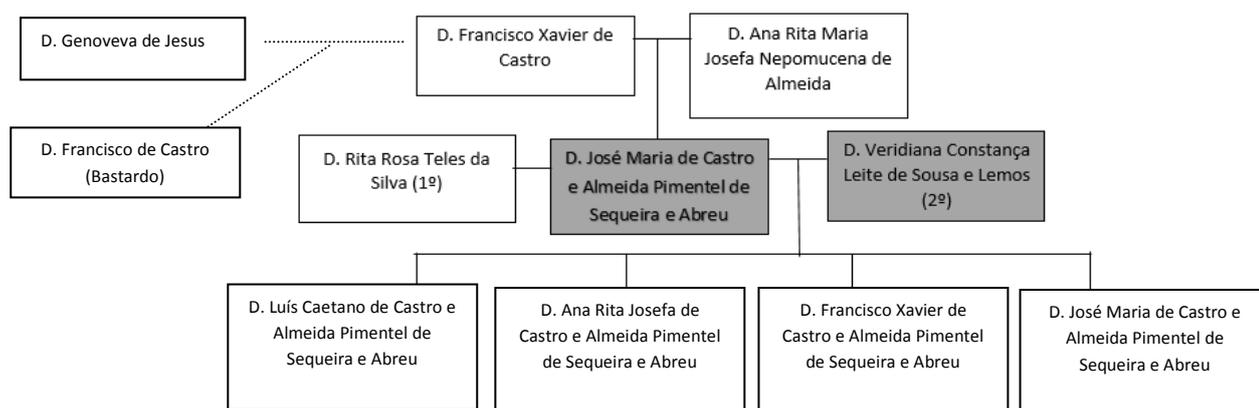
**Ver Subsistema MARINHA REAL DE GOA**

**Subsecção 03.04.** D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida (b. 1762-05-23, f. 1831-04-29)

D. Ana Rita Maria Josefa é filha de D. Lopo José de Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu e de D. Francisca Xavier Mariana de Faro Melo e Castro. Nasceu em

1762, em Pangim, e faleceu em 1831. Por morte do seu tio-avô herdou a grande casa dos Silveira e Menezes, bem como os restantes vínculos de seus antecessores maternos e paternos.

#### Secção 04. LEMOS E ABREU (1779-1851)



**Figura 21.** Organograma da Secção 04

**Subsecção 04.01.** D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (n. 1779-08-26, f. 1851-03-23)

D. Rita Rosa Teles da Silva (n. 1779-10-13, f. ant. 1839)

D. José Maria de Castro casou em primeiras núpcias com D. Rita Rosa Teles da Silva, a 16 de fevereiro de 1800. Em Damão, a 4 de março de 1819, fizeram uma escritura de abstenção total da herança. Não houve filhos deste casamento.

**Subsecção 04.02.** D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (n. 1779-08-26, f. 1851-03-23)

D. Veridiana Constança Leite de Sousa e Lemos (n. 1823-04-15, f. 1859-06-05)

Este é o segundo casamento de D. José Maria de Castro, ocorrido a 1 de outubro de 1839 na capela de Nossa Senhora da Conceição (Ribandar). Dele resultaram quatro filhos: D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (n. 1840-10-25), D. Ana Rita Josefa (n. 1841-10-23), D. Francisco Xavier (n. 1842-11-15) e D. José Maria (n. 1845-07-17).

**Subsecção 04.03.** D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (n. 1779-08-26, f. 1851-03-23)

D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu nasceu em Pangim, em 1779-08-26, e aí faleceu, em 1851-03-23, aos 71 anos. Moço fidalgo da Casa Real (1799) e comendador da Ordem de Cristo, destacou-se pelo seu papel como vereador do Senado de Goa (1805), governador de Damão (1811-12-18 a 1815-03-19; 1817-01-30 a 1820-03-06) e presidente da Comissão Municipal de Nova Goa (1846-10-03 a 1847-09-18).

Desempenhou também outras funções: alferes do 2º Regimento de Infantaria (1794), guarda marinha da Armada Real (1795), tenente do mar da Marinha Real de Goa (1797), capitão-tenente da Armada Real (1802), tenente coronel de Infantaria e ajudante (1810), chefe comandante das tropas (1810), comandante de Infantaria n.º 1 (1821-11-23), comandante da 1ª Brigada do Exército (1821-12-04), ajudante-general interino (1822), coronel do Regimento de Infantaria da linha do 1º e 5º Batalhão e membro do Conselho da Prefeitura (1835).

Emigrou para Bombaim, com sua mulher e filhos, na sequência das alterações políticas de 1835, só regressando a Goa em 1837. Está sepultado defronte do batistério da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Pangim, para onde fora trasladado em 23 de março de 1852.

#### **Ver Subsistema GOVERNO DA PRAÇA DE DAMÃO**

**Subsecção 04.04.** D. Rita Rosa Teles da Silva (n. 1779-10-13, f. ant. 1839)

D. Rita Rosa Teles da Silva é filha de José Teles da Silva e de D. Mariana Gonzaga do Amaral e Menezes e Mello. Nasceu em 13 de outubro de 1779, tendo falecido em data incerta (sabe-se que foi anterior a 1839 porque nesse ano D. José Maria já havia casado segunda vez).

**Subsecção 04.05.** D. Veridiana Constança Leite de Sousa e Lemos (n. 1823-04-15, f. 1859-06-05)

D. Veridiana Constança Leite de Sousa e Lemos [Noronha] nasceu em Ribandar, a 15 de abril de 1823, vindo a falecer já em Lisboa, a 5 de junho de 1859. Filha de D.

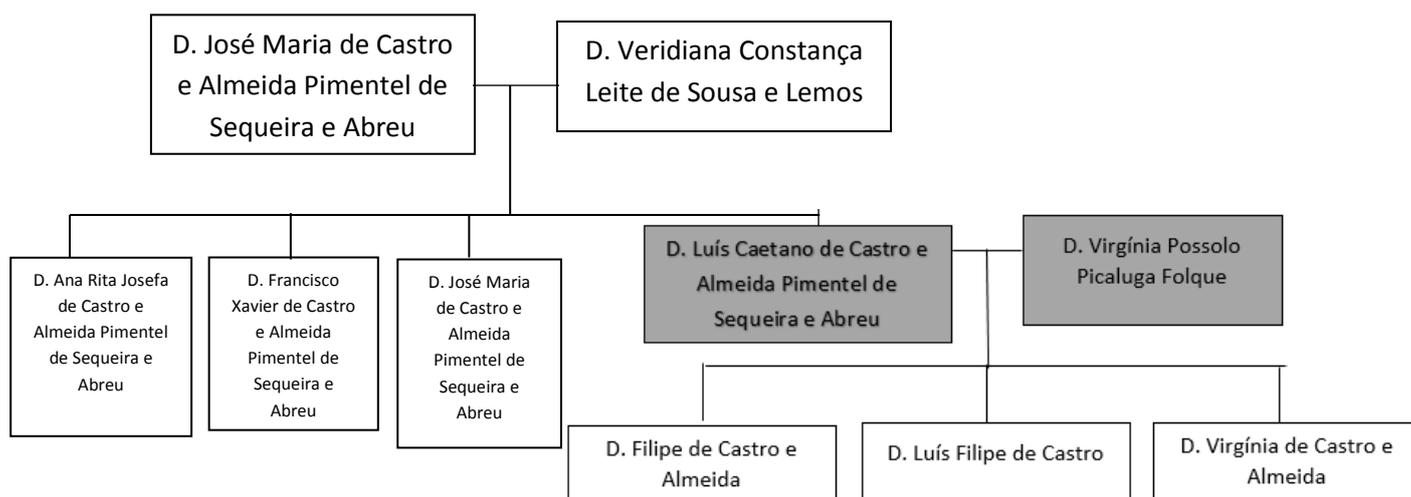
Fernando Luís Leite de Sousa e Castro (n. 1791, f. 1868-02-29) e de D. Mariana Elisa de Saldanha e Lemos (n. 1801-10-29, f. 1867-11-16).

Casou em segundas núpcias, no oratório de sua casa, a 1 de maio de 1854, com Daniel Ferreira Pestana (n. Funchal, a 1824-10-13, f. Pangim,1896-11-14).

**Subsecção 04.06.** D. Francisco de Castro (n. ant. 1811)

D. Francisco de Castro é filho de D. Francisco Xavier de Castro e de D. Genoveva de Jesus, natural de Macau. No ACNG, existe uma sentença de justificação da sua ascendência (1711-04-26). Foi legitimado, por seu requerimento, em 1830-03-22. É, portanto, meio-irmão de D. José Maria.

**Secção 05.** FOLQUE E ABREU (1839-1864)



**Figura 22.** Organograma da Secção 05

**Subsecção 05.01.** D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (n. 1840-11-29, f. 1914-12-17)

D. Virgínia Possolo Picaluga Folque (n. 1839-07-12, f. 1917)

D. Luís Caetano de Castro casou com D. Virgínia Folque em S. José de Ribamar (Oeiras), a 30 de junho de 1864. Tiveram três filhos: D. Filipe de Castro e Almeida (n. 1867-02-02, f. 1868-06-02), D. Luís Filipe de Castro (n. 1868-07-07, f. 1928-08-23) e D.

Virgínia de Castro e Almeida (n. 1874-11-24, f. 1945-11-22) que se destacou como escritora de livros infantis.

É esta a última geração representada no índice do ACNG.

**Subsecção 05.02.** D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (n. 1840-11-29, f. 1914-12-17)

D. Luís Caetano de Castro nasceu em Pangim e faleceu em Lisboa, aos 74 anos, estando sepultado no Cemitério dos Prazeres. Moço fidalgo da Casa Real, cavaleiro das Ordens de Cristo e de Malta e irmão de Nossa Senhora da Lapa (1869), Santo Sepulcro (1864) e Santos-o-Velho (1874). Participou nas cortes de 1857. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, recebeu o título de Conde de Nova Goa em 7 de junho de 1864, em atenção aos serviços prestados pelos seus avós durante a presença portuguesa no Oriente.

**Subsecção 05.03.** D. Virgínia Possolo Picaluga Folque (n. 1839-07-12, f. 1917)

D. Virgínia Folque é filha de Filipe Folque (general, par do reino, conselheiro de Estado, grã-cruz de S. Tiago, comendador de varias ordens nacionais e estrangeiras, professor da Escola Politécnica e diretor dos serviços geodésicos, nascido na cidade de Portalegre em 28 de Novembro de 1800 e falecido em 1874) e de D. Maria Luzia Picaluga (n. 1806-12-13).

**Subsecção 05.04.** D. Ana Rita Josefa de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (n. 1841-10-23, f. 1934-09-10)

Nasceu em Pangim, a 23 de outubro de 1841 e faleceu, no Funchal, em 10 de setembro de 1934. Casou em Lisboa, a 14 de agosto de 1866, com Alfredo de Freitas Leal de quem teve quatro filhos: Ana Augusta, Maria José, Maria Eugénia e Alfredo Aires.

**Subsecção 05.05.** D. Francisco Xavier de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (n. 1842-11-15)

Nasceu ainda na Índia e viria a falecer em Portugal, em data desconhecida. Foi moço fidalgo por alvará de 20 de dezembro de 1851.

**Subsecção 05.06.** D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (n. 1845-07-17)

Nasceu ainda na Índia e viria a falecer em Portugal, em data desconhecida. Foi moço fidalgo por alvará de 20 de dezembro de 1851. Casou em Lisboa, a 3 de janeiro de 1870, com Isabel Maria Feio Folque (n. 1846) de quem teve três filhos: D. Veridiana Feio Folque de Castro e Almeida José Maria de Castro e Andrade Botelho Torrezão, D. Amália Isabel Feio Folque de Castro e Almeida António Alves Palma Calado e D. José Maria Feio Folque de Castro.

## **SUBSISTEMAS FAMILIARES**

### **SUBSISTEMA SEQUEIRA E ABREU**

**Secção 01.** RAMIRES ABREU (1566-1622)

Esta secção corresponde à documentação produzida por D. António de Abreu, casado com D. Isabel Ramires, filha de Diogo Álvares Ramires. Desconhecem-se dadas exatas de nascimento, casamento e morte. Foram pais de Pedro Álvares de Abreu e de Francisco Lopes de Sousa.

**Subsecção 01.01.** António de Abreu

**Secção 02.** COUTINHO ABREU (1606-1633)

Secção correspondente à geração de Pedro Álvares de Abreu, filho de D. António de Abreu e de D. Isabel Ramires. Pedro Álvares de Abreu casou com D. Francisca de Toledo e, mais tarde, com D. Madalena Coutinho. Não existiram filhos deste segundo casamento.

**Subsecção 02.01.** Pedro Álvares de Abreu

**Ver Subsistema SANGUESSA TOLEDO** (pág. 65)

**Secção 03.** ABREU SEQUEIRA (1645-1678)

A secção corresponde à geração de D. Francisca Luísa de Toledo e Abreu, filha de António de Abreu de Sousa e de D. Joana de Menezes (esta secção não foi criada

por não terem sido encontrados no arquivo documentos produzidos por estes elementos) e, portanto, neta paterna de Pedro Álvares de Abreu.

Através deste casamento entrou na família o subsistema "Sequeira", uma vez que D. Francisca Luísa de Toledo e Abreu casou com Rui Fernandes Pereira de Sequeira.

Desconhecem-se datas exatas de nascimento, morte e casamento dos dois elementos, mas a documentação revela que em 1678 D. Francisca Luísa de Toledo e Abreu era viúva.

**Ver Subsistema SEQUEIRA (pág. 65)**

#### **Secção 04. COUTINHO SEQUEIRA (1661-1739)**

A secção corresponde à geração de António João Pereira de Sequeira, senhor do Morgado da Beselga e filho de D. Francisca Luísa de Toledo e Abreu. António João casou, em primeiras núpcias, com D. Maria Rosa de Menezes e, em segundas, com D. Antónia Coutinho. Esta última seria a mãe dos seus filhos: D. Maria Luísa de Toledo e Castro (que viria a casar com D. António de Castro) e Luís António Pereira de Sequeira. Passou à Índia em 1684.

Luís António Pereira de Sequeira (existem dúvidas de que este Luís António seja o referido na secção 01.05., pelo que se optou pela sua colocação aqui), também filho de Rui Fernandes de Sequeira, casou com D. Maria Josefa Menezes Cirne, a qual era filha de Manuel Cirne de Sousa e de D. Luísa Maria de Menezes.

### **SUBSISTEMA MELLO**

#### **Secção 01. FLOR DE MELLO (1758-1774)**

Esta secção corresponde à geração de D. Páscoa Flor de Mello e João Manuel de Mello, pais de D. Inácia de Mello, a qual viria a ser a primeira mulher de D. Francisco Xavier de Castro.

##### **Subsecção 01.01. João Manuel de Mello**

##### **Subsecção 01.02. D. Páscoa Flor de Mello**

## SUBSISTEMA ALMEIDA PIMENTEL

### **Secção 01.** ALMEIDA COUTINHO DA SILVA (1708-1720)

#### **Subsecção 01.01.** D. Lopo José de Almeida (n. 1689-03-19, f. 1719-07-20)

D. Maria Antónia Coutinho da Silva (f. 1728-11-06)

Casaram na Índia e são pais de D. Luís Caetano de Almeida Pimentel.

#### **Subsecção 01.02.** D. Lopo José de Almeida (n. 1689-03-19, f. 1719-07-20)

Nasceu em Portugal, em 1689, e faleceu na Pérsia, em 1719. Filho de D. Luís Caetano de Almeida (f. 1691) e de D. Maria Josefa de Melo Corte-Real (f. 1723), passou à Índia em 1707. Escudeiro fidalgo e moço fidalgo da Casa Real (1702), foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Goa (1715), comandante da armada de socorro ao Rei da Pérsia e nomeado, por desconhecimento da sua morte, general da Armada de Alto Bordo do estreito de Ormuz e Mar Roxo.

#### **Subsecção 01.03.** D. Maria Antónia Coutinho da Silva (f. 1728-11-06)

Filha de D. Vasco Luís Coutinho da Costa Pimentel e de D. Ana Francisca Coutinho. Herdeira da casa de seu pai e tio (D. Rodrigo da Costa) por falecimento, sem sucessão, de seu irmão D. Luís da Costa.

### **Secção 02.** ALMEIDA TOLEDO E CASTRO (1708-1780)

#### **Subsecção 02.01.** D. Luís Caetano de Almeida Pimentel (n. 1708-10-23, f. 1757-12-17)

D. Ana Francisca de Toledo e Castro (n. 1711-05-05, f. 1779-10-21)

Casaram por procuração em Taná, Província do Norte. São pais de D. Lopo José de Almeida Pimentel.

#### **Subsecção 02.02.** D. Luís Caetano de Almeida Pimentel (n. 1708-10-23, f. 1757-12-17)

Nascido e falecido em Pangim, D. Luís Caetano de Almeida Pimentel foi moço fidalgo e fidalgo escudeiro da Casa Real (1729). Desempenhou funções como capitão de Damão e da Chaul (1729), general de Salsete, vedor-geral da Fazenda da Índia

(1745) e participou no Conselho de Estado da Índia e no 11º Conselho do Governo da Índia.

**Subsecção 02.03.** D. Ana Francisca de Toledo e Castro (n. 1711-05-05, f. 1779-10-21)

Filha de D. António de Castro e de D. Maria Luísa de Toledo e Castro, é irmã de D. Rodrigo de Castro (Sistema de Informação ACNG, secção 02.)

**Secção 03.** ALMEIDA FARO MELO E CASTRO (1752-1780)

**Subsecção 03.01.** D. Lopo José de Almeida Pimentel (b. 1728-05-10, f. 1782-06-21)

D. Francisca Xavier Mariana de Faro Melo e Castro (f. 1820-02-08)

D. Lopo José de Almeida e D. Francisca Xavier Mariana de Faro casaram em data incerta. É sua filha D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida (n. 1762-05-23).

**Ver Subsistema MELO E CASTRO** (pág. 65)

**Subsecção 03.02.** D. Lopo José de Almeida Pimentel (b. 1728-05-10, f. 1782-06-21)

Nasceu em Pangim, filho de D. Luís Caetano de Almeida Pimentel e de D. Ana Francisca Toledo e Castro. Foi fidalgo escudeiro (1742) e moço fidalgo (1748) da Casa Real, tendo desempenhado alguns cargos político-militares: capitão-de-mar-e-guerra, capitão-mor da cidade de Goa (1765), intendente-geral do Arsenal de Goa, provedor da santa Casa da Misericórdia e presidente do Senado (1768, 1775, 1776 e 1777).

Adotou o apelido “Sequeira e Abreu” com vista a mostrar a sua legitimidade como sucessor dos vínculos dessa família. No entanto, acabou por não tomar posse das propriedades devido ao nascimento do seu primo D. Francisco Xavier de Castro.

**Subsecção 03.03.** D. Francisca Xavier Mariana de Faro Melo e Castro (f. 1820-02-08)

Filha de Francisco de Melo e Castro e de D. Ana Caetana de Noronha. Herdeira dos vínculos Melo e Castro, pelo lado paterno, e da grande casa dos Silveiras, por via materna.

### **SUBSISTEMA SANGUESSA TOLEDO (1633)**

Este subsistema contém a documentação dos antepassados de D. Francisca de Toledo, mulher de Pedro Álvares de Abreu. Os seus pais são D. Isabel Sanguessa e D. Fernando de Toledo, mestre de campo na Flandres.

### **SUBSISTEMA SEQUEIRA (1617-1649)**

O subsistema *Sequeira* entrou na família Abreu através do casamento de D. Francisca Luísa de Toledo e Abreu com Rui Pereira de Sequeira. No ACNG apenas foram encontrados, até ao momento, documentos produzidos por Luís Pereira de Sequeira, casado com D. Filipa de Castro. Desconhecem-se datas exatas de nascimento, morte e casamento, podendo somente situar-se estes elementos em meados do século XVII.

### **SUBSISTEMA MELO E CASTRO**

Este subsistema diz respeito aos documentos trazidos para a família Almeida Pimentel por D. Francisca Xavier Mariana Faro de Melo e Castro. Contém documentos do seu pai e tio, embora possam existir mais documentos desta família no Arquivo.

#### **Secção 01. Menezes Melo e Castro (1752-1780)**

##### **Subsecção 01.01. Francisco de Melo e Castro**

Nasceu no Reino. Por carta patente de 1746-03-07 embarcou para a Índia, como capitão-de-mar-e-guerra da nau Nossa Senhora da Misericórdia. Foi capitão-mor do campo de Baçaim e Tranqueira de Sabana, mestre de campo de Infantaria e general dos Rios de Sena (1752-01-12). Casou em Goa com D. Ana Caetana de Noronha.

##### **Subsecção 01.02. João Vicente da Silveira e Menezes**

Filho de Martinho da Silveira e Menezes de D. Mariana de Noronha (f. 1769-06-10) é cunhado de Francisco de Melo e Castro. Nasceu em Damão, em 1728-12-10, e faleceu em Macau, por volta de 1780. Casou com D. Ana Maria Xavier Pereira de Castro e, por não ter descendência, deixou todos os seus bens (casa dos Silveiras e Menezes) a sua sobrinha: D. Francisca Xavier Mariana de Faro Melo e Castro.

## CONCLUSÃO

A dissertação de mestrado apresentada teve como objetivo dar a conhecer o Arquivo da Família Castro/Nova Goa, com enfoque nas questões de organização e acesso da informação.

Nos últimos tempos têm surgido vários estudos na área dos arquivos privados, pessoais ou familiares, com contributos positivos para a evolução da disciplina e o conhecimento desta tipologia específica. Em Portugal, destacam-se os esforços de Pedro Peixoto e de Armando Malheiro da Silva que, embora defendendo abordagens distintas, conduzem a um cada vez maior conhecimento dos Arquivos de Família, do seu conteúdo e estrutura, e da sua importância para disciplinas como a Arquivística e a História.

O trabalho proposto segue o modelo teorizado por Armando Malheiro da Silva que propõe uma abordagem sistémica aos Arquivos de Família. Apesar de não existir uma organicidade pré-definida, as famílias são entidades que apresentam uma lógica de funcionamento e de relações, tanto no seu interior como com outras famílias, que merecem ser exploradas. Só assim é possível compreender o porquê da construção desses arquivos.

O Arquivo Castro/Nova Goa está na posse da família e chegou até nós com a organização sugerida no século XIX, aquando da extinção dos vínculos. Por serem ainda necessários como elementos de prova, especialmente no que respeita à administração das propriedades, os documentos foram organizados em dois grandes grupos – pastas pessoais e administração de vínculos – seguindo depois uma ordem cronológica que permitia aos elementos da família um acesso rápido e eficaz à informação. Atualmente, e visto que muitos desses documentos têm apenas valor informativo e de memória, considera-se que é pertinente reconstituir o seu contexto de produção.

Assim, a par de descrição arquivística detalhada, baseada nas informações presentes no índice do século XIX e que permitiu a construção de um catálogo digital, procedeu-se à elaboração do Quadro Orgânico-Funcional da Família. O objetivo foi,

principalmente, dar a conhecer cada elemento da família e esclarecer as relações que existem entre este Sistema de Informação, principal, e os restantes que se lhe foram anexando por via do casamento, herança ou pelo desempenho de algum cargo profissional.

Apesar de ser possível fazer uma ainda maior investigação sobre a família considera-se que, grosso modo, este objetivo foi alcançado. O levantamento e análise de vários elementos bibliográficos permitiram uma sistematização que será, decerto, útil: para a família, que muita investigação tem feito, as informações ficam reunidas; para os leitores e interessados, fica a noção geral de quem são os Castros/Nova Goa.

Espera-se que, do ponto de vista arquivístico, esta dissertação seja uma mais-valia. Por utilizar um modelo relativamente recente e aceite no meio, com provas dadas de exequibilidade e celeridade no acesso à informação, mas também por adotar o ICA-AtoM, uma aplicação informática de acesso livre e flexível, que se constitui, cada vez mais, como uma ferramenta arquivística de uso internacional.

Apesar de esta ser apenas uma abordagem inicial, com algumas falhas e problemas não resolvidos, considera-se que as pretensões iniciais foram cumpridas. Para o futuro, ficam algumas questões que se prendem, essencialmente, com a exploração das funcionalidades e adaptação da plataforma informática, a continuação do tratamento da documentação e o estudo mais exaustivo dos subsistemas de informação (familiares e profissionais).

Não obstante, atingiram-se os dois objetivos principais: dar a conhecer a existência do Arquivo Castro/Nova Goa, o que engloba a apresentação da família e do acervo, e definir uma estratégia ponderada de acesso e divulgação da informação.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, José de - *O professor Dom Luís de Castro (Conde de Nova Goa)*. Lisboa: Imprensa Limitada, [193?].
- ALVES, Ivone; *et. al.* – *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.
- ANTÓNIO, Rafael, SILVA, Andreia Cunha da, PAES, Alexandre – *Guia Prático do ICA-AtoM*. Lisboa: CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres / IBCJ – Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011.
- ARQUIVO NACIONAL/ TORRE DO TOMBO – *Extinção dos morgados e capelas*. Lisboa, 2013. [Consultado a 25/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/extincao-dos-morgados-e-capelas/>>.
- AtoM – *O que é o ICA-AtoM?* [Consultado a 23/Outubro/2013] Disponível na Internet <URL: [https://www.ica-atom.org/doc/What\\_is\\_ICA-AtoM%3F/pt](https://www.ica-atom.org/doc/What_is_ICA-AtoM%3F/pt)>.
- BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *Archivos de Família y Archivos domésticos Treinta años de experiencias*. S.l.: s.n., 2013.
- BOXER, Charles Ralph; VASCONCELOS, Frazão de – *André Furtado de Mendonça (1558-1610)*. Lisboa: Fundação Oriente; Macau: Centro de Estudos Marítimos, 1989.
- CAPELO, Ludovina Cartaxo – *Catálogo do Registo Vincular do Distrito de Coimbra*. [em linha] Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, s.d. [Consultado a 25/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: [http://www.uc.pt/auc/fundos/ficheiros/GCC\\_RegistoVincularDistritoCoimbra](http://www.uc.pt/auc/fundos/ficheiros/GCC_RegistoVincularDistritoCoimbra)>.
- CARDOSO, Vilma de Freitas – *O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do Modelo Sistémico*. Porto: s.n., 2013. Dissertação de Mestrado.
- CARITA, Hélder - *Palácios de Goa: modelos e tipologias de arquitectura civil indo-portuguesa*. Lisboa: Quetzal, 1995.

- CASTRO, Luís Filipe de - *Aspectos económicos do projecto vinícola*. Lisboa: Tipografia La Bécarre, 1907.
- CASTRO, Luís Filipe de - *Semente lançada à terra*. Lisboa: Tipografia Universal, 1909.
- CASTRO, Família - *The Castro Family Archive: The Importance of a Family Archive for the History of the Indian Ocean Societies*. s.l.: s.n., 2013.
- COELHO, Maria de Fátima – O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias. *Análise Social*. [Em linha]. Vol. XVI, 61-62 (1980) 111-131 [Consultado a 20/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223994704Q6bDK1ct0Fs25KF5.pdf>>.
- CORREIA, Alberto – *Os Luso-descendentes da Índia*. Bastorá: Tipografia Rangel, 1946
- COSTA, João Paulo Oliveira e; GOMES, Vítor Luís Gaspar – A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. *Actas do Colóquio Internacional A Alta Nobreza*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/CHAM/IICT, 2004.
- COUTINHO, Miguel – *Goa no tempo do Marquês de Alorna (1744-1750): uma sociedade em transformação*. Lisboa: s.n., 2008. Dissertação de Mestrado.
- CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização Social. [Em linha]. *Penélope – O Imaginário do Império*, n.º 15 (1995) 91-120. [Consultado a 26/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: [http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/cunhamonteiro\\_vicereis.pdf](http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/cunhamonteiro_vicereis.pdf)>.
- DUCROT, Ariane - A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *In Revista Estudos Históricos*. [Em linha]. Vol. 11, n.º 21 (1998) 151-159. [Consultado a 14/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2059>>.
- ESTEVES, Judite Maria Nunes - *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar: entre o fim do século XIX e o século XX*. Lisboa: FCSH/UNL, 2008. Tese de Doutoramento.
- FORJAZ, Jorge; NORONHA, José Francisco de – *Luso Descendentes da Índia Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: Fundação Oriente, 2003.

- GALLEGO DOMINGUEZ, Olga – Archivos familiares: organización. *In A Integração europeia: um desafio à informação. 2º Congresso nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. Atas.* Coimbra: Livraria Minerva, 1987, 319-337.
- JUDICE, João António de Mascarenhas - *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente.* 3 vols. Lisboa: s.n., 1942-1947.
- KETELAAR, Eric - The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries. *Libraries & the Cultural Record.* Vol. 44, n.º 1 (2009) 9-28.
- LEÃO, Mário César – *A Província do Norte do Estado da Índia.* Macau: Instituto Cultural, 1996.
- LOPES, Maria de Jesus – *Goa Setecentista: tradição e modernidade (1750-1800).* Lisboa: UCP/CEPCEP, 1996.
- MAIO, Vânia – *Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955).* Porto: s.n., 2009. Dissertação de Mestrado.
- MARINI, Emile – *Goa através da minha perspectiva.* Lisboa: Tipologia da União Gráfica, 1959.
- MATOS, Artur Teodoro de - *Na rota da Índia: estudos de história da expansão portuguesa.* Macau: Instituto Cultural, 1994.
- MENESES, Ana – *Arquivo da Casa do Avelar. Estudo orgânico e catálogo.* Braga: Universidade do Minho, 2010.
- MONIZ, António Francisco – *Notícias e documentos para a história de Damão – antiga província do Norte.* Lisboa: Associação Fraternidade Damão-Diu e Simpatizantes, 2000.
- MOREIRA, Carla de Jesus Torres – *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação – o modelo sistémico.* Porto: s.n. 2012. Relatório de Estágio.
- MUSEU DE SÃO ROQUE – *Cofre-relicário de S. Francisco Xavier.* 2013 [Consultado a 25/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://www.museudesao Roque.com/pt/colecoes/arte-oriental/cofre-relicario-de-sao-francisco-xavier.aspx>>.

- PATRIMÓNIO RELIGIOSO DA REGIÃO DE LISBOA - *Quintas e Capelas (3): Quinta da Malvásia* (Loures), 2011. [Consultado a 26/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://patrimonioreligiosolisboa.blogspot.pt/2011/06/quintas-e-capelas-3-quinta-da-malvasia.html>>.
- PEIXOTO, Pedro de Abreu - *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família*. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1991.
- PEIXOTO, Pedro de Abreu - *A aplicação das ISAD (G) aos arquivos de família*. Páginas A&B. N.º 4 (1999) 55-70.
- PEIXOTO, Pedro de Abreu - Perspetivas para o futuro dos Arquivos de Família em Portugal. *Cadernos BAD*. [Em linha]. N.º 1 (2002) 76-90. [Consultado a 14/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: [www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12002/Peixoto.pdf](http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12002/Peixoto.pdf)>.
- PEREIRA, A. B. de Bragança – *Os Portugueses em Baçaim. Separata do Oriente Português*. Bassorá: Tipografia Rangel, 1935.
- POLITIPÉDIA – *D. Luís Filipe de Castro (1868-1928)*, 2002. [Consultado a 25/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://www.politipedia.pt/castro-d-luis-filipe-de-1868-1928/>>.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do – *Notas e comentários para a História Literária da Madeira*. [em linha] vol. I. Funchal: Câmara Municipal do Funchal, s.d. [Consultado a 26/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: [http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/bprdigital/ebooks/Historia\\_Lit\\_vol\\_II.pdf](http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/bprdigital/ebooks/Historia_Lit_vol_II.pdf)>.
- PORTUGAL. DICIONÁRIO HISTÓRICO – *Nova Goa*. [Consultado a 26/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://www.argnet.pt/dicionario/novagoa1c.html>>.
- RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Tese de Doutoramento.
- RODRIGUES, Abel – *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005, p. 20.

- RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da – A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação. ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*. Lisboa: IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p. 597-650.
- ROSA, Maria de Lurdes - *O Morgadio em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9 (2009) 9-42.
- ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*. Lisboa: IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012.
- SILVA, Armando Malheiro – Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. *Seminário sobre arquivos de família e pessoais*. [em linha]. Vila Real: APBAD, 1997, 51-102. [Consultado a 14/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52233>>.
- SILVA, Armando Malheiro da et al. - *Arquivística. Teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999.
- SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002.
- SILVA, Armando Malheiro da - Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. [Em linha]. I Série, vol. 3 (2004) 55-84 [Consultado a 14/novembro/2012] Disponível na Internet <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>>.
- SILVA, Armando B. Malheiro da – *A Informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.
- TEIXEIRA, André – *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*. Lisboa: s.n., 2010. Tese de Doutoramento.

- VENTURA, Maria Isabel – *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto: s.n., 2011. Dissertação de Mestrado.
- SÁ, Francisco Xavier Valeriano de - *Vice-reis e governadores da Índia portuguesa*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- SANTOS, Pedro Ferreira dos - *D. Luiz de Castro, Conde de Nova Gôa*. Viseu: Tipografia do Jornal da Beira, 1931.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *Os Pimentéis. Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*. Lisboa: IN/CM, 2000.
- VIAGEM ÀS MARAVILHAS DE ORIGEM PORTUGUESA NO MUNDO EM 80 DIAS – *O Repouso do Jesuíta*. 2009 [Consultado em 26/outubro/2013] Disponível na Internet <URL: <http://viagem80dias.blogs.sapo.pt/15332.html>>.

#### **Páginas da Internet**

- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. 2013 - <http://www.bnportugal.pt/> [Consultado a 26/outubro/2013]
- BORA - <http://daf.archivesdefrance.culture.gouv.fr/sdx-222-daf-bora-ap/ap/> [Consultado a 20/outubro/2013]
- CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR - <http://cham.fcsh.unl.pt/> [Consultado a 26/outubro/2013]
- CGTP. INTERSINDICAL NACIONAL. Centro de Arquivo e Documentação - <http://cad.cgtp.pt/ica/> [Consultado a 23/Outubro/2013]
- DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS. 2013 - <http://dgarq.gov.pt/> [Consultado a 26/outubro/2013]
- GENEALL. 2000-2013 – <http://www.geneall.net/P/> [Consultado a 26/outubro/2013]
- HPIP. Património de Influência Portuguesa - <http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage> [Consultado a 26/outubro/2013]

- O PORTAL DA HISTÓRIA. 2000-2013 - <http://www.argnet.pt/> [Consultado a 26/outubro/2013]
- PARES - <http://pares.mcu.es/> [Consultado em 20/outubro/2013]
- PORTAL PORTUGUÊS DE ARQUIVOS - <http://portal.arquivos.pt/> [Consultado em 20/outubro/2013]

### **Programas informáticos**

- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – *Ica-Atom: open source archival description software*. [Consultado a 23/Outubro/2013] Disponível Internet <URL:<https://www.ica-atom.org/>>

### **Normas**

- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAD (G). *Norma Internacional de descrição arquivística*. 2ª Edição. Lisboa: Ministério da Cultura/Torre do Tombo. 2002.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF). *Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias*. 2ª Edição. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. 2004.
- DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – *Orientações para a Descrição Arquivística* [Em linha]. 3ª Versão. Lisboa: Direcção-Geral de Arquivos, 2011 [Consultado a 08/janeiro/2013] Disponível na Internet: <URL: [http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/ODA\\_v\\_3\\_0-12.pdf](http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/ODA_v_3_0-12.pdf)>.

# ÍNDICE DAS SECÇÕES, SUBSECÇÕES E SUBSISTEMAS

## SISTEMA DE INFORMAÇÃO ACNG

### **Secção 01. TOLEDO E CASTRO (1694-1764)**

Subsecção 01.01. D. António de Castro (1686 -1749)

D. Maria Luísa de Toledo (c. 1763)

Subsecção 01.02. D. António de Castro (1686 - 1749)

Subsecção 01.03. D. Maria Luísa de Toledo (c. 1763)

Subsecção 01.04. Luís António Pereira de Sequeira (1697-1755)

Subsecção 01.05. D. Maria Francisca Henriques de Menezes (1723-1747)

### **Secção 02. MELO E CASTRO (1713-1774)**

Secção 02.01. D. Rodrigo de Castro (1713 - 1774)

D. Luísa Henriques Pereira de Lacerda (c. 1743)

Subsecção 02.02. D. Rodrigo de Castro (1713 - 1774)

D. Maria Rosa de Melo (c. 1728)

Subsecção 02.03. D. Rodrigo de Castro (1713 - 1774)

### **Secção 03. ALMEIDA E CASTRO (1751-1831)**

Subsecção 03.01. D. Francisco Xavier de Castro (1751 - 1818)

D. Rosa Inácia de Mello (c. 1770)

Subsecção 03.02. D. Francisco Xavier de Castro (1751 - 1818)

D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida (1762 - 1831)

Subsecção 03.03. D. Francisco Xavier de Castro (1751-1818)

Subsecção 03.04. D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida (1762 - 1831)

### **Secção 04. LEMOS E ABREU (1779-1851)**

Subsecção 04.01. D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (1779 - 1851)

D. Rita Rosa Teles da Silva (1779 – c. 1839)

Subsecção 04.02. D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (1779 - 1851)

D. Veridiana Constança Leite de Sousa e Lemos (1823 - 1859)

Subsecção 04.03. D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (1779 - 1851)

Subsecção 04.04. D. Rita Rosa Teles da Silva (1779 - c. 1839)

Subsecção 04.05. D. Veridiana Constança Leite de Sousa e Lemos (1823 - 1859)

Subsecção 04.06. D. Francisco de Castro (c.1811)

#### **Secção 05. FOLQUE E ABREU (1839-1864)**

Subsecção 05.01. D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (1840 - 1914)

D. Virgínia Possolo Picaluga Folque (1839 - 1917)

Subsecção 05.02. D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (1840 - 1914)

Subsecção 05.03. D. Virgínia Possolo Picaluga Folque (1839 - 1917)

Subsecção 05.04. D. Ana Rita Josefa de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (1841 - 1934)

Subsecção 05.05. D. Francisco Xavier de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (c. 1842)

Subsecção 05.06. D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (c. 1845)

## **SUBSISTEMAS FAMILIARES**

### **SUBSISTEMA SEQUEIRA E ABREU**

#### **Secção 01.** ABREU RAMIRES (1566-1622)

Subsecção 01.01. D. António de Abreu

#### **Secção 02.** COUTINHO ABREU (1606-1633)

Subsecção 02.01. Pedro Álvares de Abreu

#### **Secção 03.** ABREU SEQUEIRA (1645-1678)

#### **Secção 04.** COUTINHO SEQUEIRA (1661-1739)

### **SUBSISTEMA MELLO**

#### **Secção 01.** FLOR DE MELLO (1758-1774)

Subsecção 01.01. João Manuel de Mello

Subsecção 01.02. D. Páscoa Flor de Mello

### **SUBSISTEMA ALMEIDA PIMENTEL**

#### **Secção 01.** ALMEIDA COUTINHO DA SILVA (1708-1720)

Subsecção 01.01. D. Lopo José de Almeida (1689 - 1719)

D. Maria Antónia Coutinho da Silva (c. 1728)

Subsecção 01.02. D. Lopo José de Almeida (1689 - 1719)

Subsecção 01.03. D. Maria Antónia Coutinho da Silva (c. 1728)

#### **Secção 02.** ALMEIDA TOLEDO E CASTRO (1708-1780)

Subsecção 02.01. D. Luís Caetano de Almeida Pimentel (1708 - 1757)

D. Ana Francisca de Toledo e Castro (1711 - 1779)

Subsecção 02.02. D. Luís Caetano de Almeida Pimentel (1708 - 1757)

Subsecção 02.03. D. Ana Francisca de Toledo e Castro (1711 - 1779)

**Secção 03. ALMEIDA FARO MELO E CASTRO (1752-1780)**

Subsecção 03.01. D. Lopo José de Almeida Pimentel (1728 - 1782)

D. Francisca Xavier Mariana de Faro Melo e Castro (c. 1820)

Subsecção 03.02. D. Lopo José de Almeida Pimentel (1728 - 1782)

Subsecção 03.03. D. Francisca Xavier Mariana de Faro Melo e Castro (c. 1820)

**SUBSISTEMA SANGUESSA TOLEDO (1633)**

**SUBSISTEMA SEQUEIRA (1617-1649)**

**SUBSISTEMA MELO E CASTRO**

**Secção 01.** Menezes Melo e Castro (1752-1780)

Subsecção 01.02. Francisco de Melo e Castro

Subsecção 01.03. João Vicente da Silveira e Menezes

**SUBSISTEMAS PROFISSIONAIS / INDIVIDUAIS**

**SUBSISTEMA SOLDADO DO CAPITÃO ANTÓNIO CARDIM FRÓIS (1710-02-25)**

Ver SI ACNG, subsecção 01.02. – D. António de Castro

**SUBSISTEMA CAPITANIA DO TERÇO DE BAÇAIM (1711-09-28 – 1716-09-04)**

Ver SI ACNG, subsecção 01.02. – D. António de Castro

**SUBSISTEMA CAPITANIA DE MAR E GUERRA DA PALA MADRE DE DEUS E SANTO ANTÓNIO (1716-09-28 – 1727-12-01)**

Ver SI ACNG, subsecção 01.02. – D. António de Castro

**SUBSISTEMA CAPITANIA DE BELLA FLOR DE SABAJO (1719-07-04 – 1727-12-01)**

Ver SI ACNG, subsecção 01.02. – D. António de Castro

**SUBSISTEMA CAPITANIA DOS RIOS DA PROVÍNCIA DO NORTE (1725-03-25 – 1727-12-01)**

Ver SI ACNG, subsecção 01.02. – D. António de Castro

**SUBSISTEMA CAPITANIA DA ILHA DE SALCETE (1734-11-24 – 1735-02-22)**

Ver SI ACNG, subsecção 01.02. – D. António de Castro

**SUBSISTEMA SARGENTO NA FORTALEZA DE RACHOL (1739-01-14 – 1740-01-18)**

Ver SI ACNG, subsecção 01.02. – D. António de Castro

**SUBSISTEMA CAPITANIA DE GOA (1740-09-19 – 1743-03-14)**

Ver SI ACNG, subsecção 01.02. – D. António de Castro

**SUBSISTEMA CAPITANIA E GOVERNO DE DAMÃO (1745-10-26 – 1745-12-02)**

Ver SI ACNG, subsecção 01.02. – D. António de Castro

**SUBSISTEMA CAPITANIA DE MAR E GUERRA DA COROA (1736-05-12 – 1742)**

Ver SI ACNG, subsecção 02.03. – D. Rodrigo de Castro

**SUBSISTEMA GENERAL DOS RIOS DE SENA (1745-01-13 – 1745-12-02)**

Ver SI ACNG, subsecção 02.03. – D. Rodrigo de Castro

**SUBSISTEMA GOVERNO E CAPITANIA DA CIDADE DE MACAU (1780-04-17 - 1813-09-06)**

Ver SI ACNG, subsecção 03.03. – D. Francisco Xavier de Castro

**SUBSISTEMA MARINHA REAL DE GOA (1795-12-17 – 1818-10-30)**

Ver SI ACNG, subsecção 03.03. – D. Francisco Xavier de Castro

**SUBSISTEMA GOVERNO DA PRAÇA DE DAMÃO (1810-06-04 – 1820-03-06)**

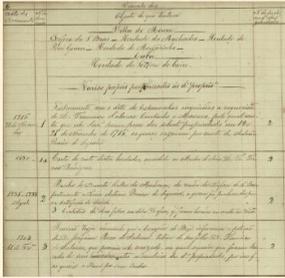
Ver SI ACNG, subsecção 04.03. - D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Extrato da apresentação feita no contexto do Seminário <i>Arquivos de família: formas, histórias e sentidos da sua génese (séculos XIII-XVII)</i> (Madrid, 6 de março de 2013).....	i
<b>Figura 2.</b> Extrato da comunicação proferida no seminário <i>Construir a História Medieval: Perspetivas teóricas e críticas</i> (FCSH-UNL, 30 de maio de 2013).....	i
<b>Figura 3.</b> Modelo utilizado na realização do Quadro Orgânico-Funcional.....	23
<b>Figura 4.</b> Arquitetura do sistema ICA-AtoM.....	ii
<b>Figura 5.</b> Modelo de dados ICA-AtoM.....	ii
<b>Figura 6.</b> Aspeto de um registo de descrição, com visualização de todas as possibilidades de navegação.....	iii
<b>Figura 7.</b> Aspeto de um registo de descrição de autoridades.....	iv
<b>Figura 8.</b> Territórios do Império Português e outras potências europeias na Índia.....	iv
<b>Figura 9.</b> Mapa de Goa com divisões dos distritos do Norte e Sul de Goa.....	v
<b>Figura 10.</b> Palácios Castros e Almeida (século XVIII).....	v
<b>Figura 11.</b> Brasão da Família Castro.....	vi
<b>Figura 12.</b> Aspeto geral da estante onde estão algumas pastas do ACNG.....	vi
<b>Figura 13.</b> Pastas que contêm os documentos de carácter pessoal.....	vi
<b>Figura 14.</b> Exemplo de uma página do índice (livro 1).....	vii
<b>Figura 15.</b> Exemplo do índice final (livro 1).....	vii
<b>Figura 16.</b> Exemplo do índice final (livro 3).....	vii
<b>Figura 17.</b> Catálogo dos títulos.....	viii
<b>Figura 18.</b> Organograma da Secção 01.....	51
<b>Figura 19.</b> Organograma da Secção 02.....	53
<b>Figura 20.</b> Organograma da Secção 03.....	55
<b>Figura 21.</b> Organograma da Secção 04.....	57
<b>Figura 22.</b> Organograma da Secção 05.....	59

## APÊNDICE A - IMAGENS E MAPAS

### ARCHIVO DE LA FAMILIA CASTRO: ESTUDIO ORGÁNICO Y CONSTRUCCIÓN DE CATÁLOGO APLICACIÓN DEL MODELO SISTÉMICO



Los archivos de familia - Formas, historias y sentido de una génesis (siglos XIV-XVII)  
Casa de Velásquez, Madrid – 4 e 5 de marzo de 2013  
Patrícia Cardoso Marques (FCSH-UNL/IEM)

### ARCHIVO DE LA FAMILIA CASTRO

**Se pretende:**

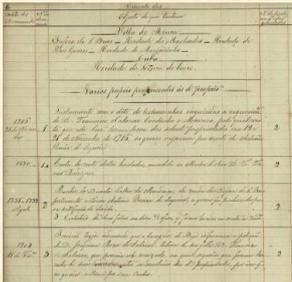
- Estado de la cuestión: levantamiento de la literatura existente
- Estudio histórico-institucional de la familia
- Historia custodial del archivo
- Construcción del catálogo:
  - aplicación del modelo: Estudio orgánico-funcional del Sistema de Información
  - usar una base de datos (ICA AtoM)

Los archivos de familia - Formas, historias y sentido de una génesis (siglos XIV-XVII)  
Casa de Velásquez, Madrid – 4 e 5 de marzo de 2013  
Patrícia Cardoso Marques (FCSH-UNL/IEM)

**Figura 1.** Extrato da apresentação realizada no contexto do Seminário *Arquivos de família: formas, histórias e sentidos da sua génesis (séculos XIII-XVII)* (Madrid, 6 de março de 2013)

### Um arquivo de família na perspectiva do tratamento arquivístico

#### O Arquivo Castro Nova-Goa



"Construir a História Medieval": Perspetivas teóricas e críticas  
Lisboa – 30 de maio de 2013  
Patrícia Cardoso Marques (FCSH-UNL/IEM)

### Os documentos

- Mais antigo – Carta de venda de 3 1/2 estis de terra em Casais Longos, datada de 07/07/1338 [?]
- Mais recente – Escritura de venda de umas casas térreas em Marvila de 31/10/1898
- Documentação mais abundante é relativa aos séculos XVI e XIX.
- Existem lapsos de documentação, mais frequentes antes do século XVII, provavelmente porque a família esteve quase sempre na Província do Norte (Baçaim) e os arquivos devem ter sofrido com a perda da mesma.
- São vários tipos de documentos, referentes aos mais variados assuntos, relatando a história da família Castro em Portugal e na Índia.

"Construir a História Medieval": Perspetivas teóricas e críticas  
Lisboa – 30 de maio de 2013  
Patrícia Cardoso Marques (FCSH-UNL/IEM)

**Figura 2.** Extrato da comunicação proferida no seminário *Construir a História Medieval: Perspetivas teóricas e críticas* (FCSH-UNL, 30 de maio de 2013)

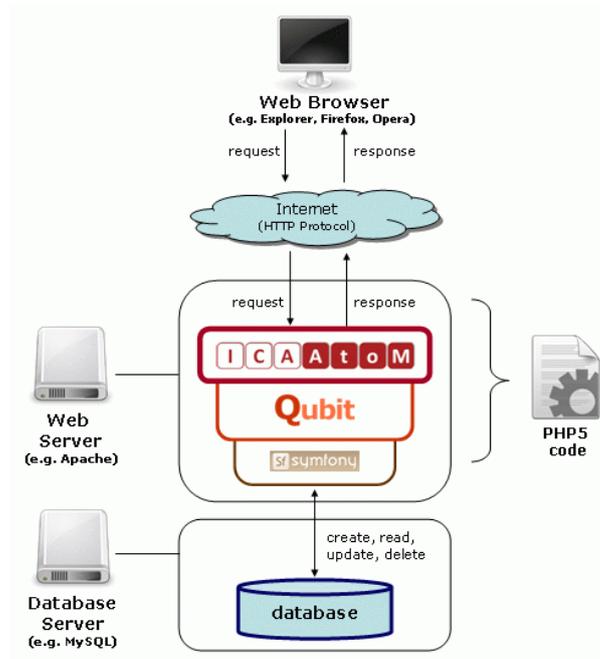


Figura 4. Arquitetura do sistema ICA-AtoM<sup>1</sup>

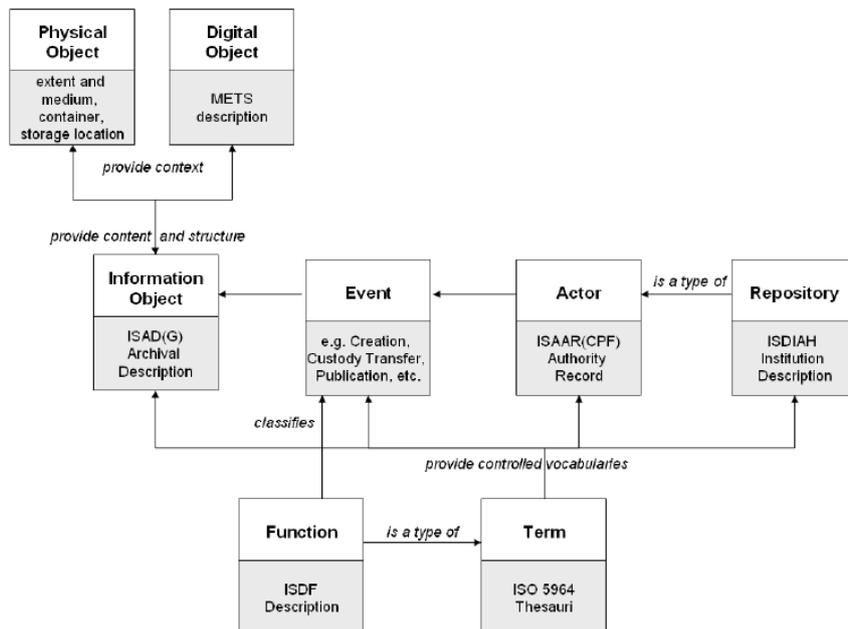


Figura 5. Modelo de dados ICA-AtoM<sup>2</sup>

<sup>1</sup> ICA-AtoM – O que é o ICA-AtoM? [Consultado a 23/Outubro/2013] Disponível na Internet <[https://www.ica-atom.org/doc/What\\_is\\_ICA-AtoM%3Fpt](https://www.ica-atom.org/doc/What_is_ICA-AtoM%3Fpt)>.

<sup>2</sup> VENTURA, Maria Isabel – O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica. Porto: s.n., 2011. Dissertação de Mestrado, p. 93.

ICA AtoM ACNG   Pesquisa avançada

**Instituição de arquivo**  
Arquivo Castro / Nova Goa

**Produtor(es)**

- Abreu, D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira. 1840-1914, 1.º conde de Nova Goa

**Fundo**

Show all

- Fundo PT ACNG ACNG - Arquivo Cas...
- Secção SC 05 - Folhas e Abreu
- Subsecção SBC 05.02 - D. Luís Caet...

Documento simples 15/03 - [Aviso do ...  
Documento simples 15/04 - [Certidão ...  
Documento simples 15/04 - [Certidão ...  
Documento composto 15/05 - [Cartas ...  
Documento simples 15/08 - [Carta rég...

**importar**

- XML
- CSV

**Exportar**

- Dublin Core 1.1 XML
- EAD 2002 XML

**Depósito físico**

- Pasta: 15 - Documentos pertencentes ao Conde de Nova Goa, D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu, e seus irmãos

**Navegar**

- descrição arquivística
- registro de autoridade
- instituição arquivística
- Funções
- Assuntos
- Locais
- Objeto digital

Ver descrição arquivística

## Documento simples 15/06 - [Carta régia elevando D. Luís Caetano de Castro à grandeza destes Reinos com o título de Conde de Nova Goa]

**Zona de identificação**

**Código de referência** PT ACNG ACNG-SC 05-SBC 05.02-15/06

**Título** [Carta régia elevando D. Luís Caetano de Castro à grandeza destes Reinos com o título de Conde de Nova Goa]

**Data(s)**

- 1864-6-7 - (Produção)

**Nível de descrição** Documento simples

**Dimensão e suporte** Suporte: papel

**Área de contextualização**

**Nome do produtor** Abreu, D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira. 1840-1914, 1.º conde de Nova Goa (1840-10-25 / 1914-12-17)

**Entidade detentora** Arquivo Castro / Nova Goa

**Zona do conteúdo e estrutura**

**Âmbito e conteúdo** D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu recebeu o título em 1864, por iniciativa de D. Luís I, como reconhecimento dos serviços prestados por ele e pelos seus antecessores durante os cerca de 300 anos que a família permaneceu na Índia. Neste contexto e sendo respeitantes ao mesmo assunto, acompanham a referida carta, várias outras de Daniel Ferreira Pestana e do Duque de Loulé, anteriores ao título. »

**Zona de condições de acesso e utilização**

**Idioma do material**

- português

**Zona de notas**

**Nota** Localização física: pasta 15, documento 6.

**Pontos de acesso**

**Pontos de acesso - assunto**

- Carta régia
- Carta

**Ponto de acesso - nome**

- Abreu, D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira. 1840-1914, 1.º conde de Nova Goa (Produtor)
- D. Luís I (Assunto)
- Barreto, D. Nuno José Severo de Mendonça Rollim de Moura. 1804-1875, 1º Duque de Loulé (Assunto)

**Zona do controlo da descrição**

**Estatuto** Preliminar

**Nível de detalhe** Parcial

**Datas de criação, revisão, eliminação** Criado em 2013-10-15

**Idioma(s)**

- português

Editar Apagar Adicionar novo Duplicar Mover Ligação a objeto digital

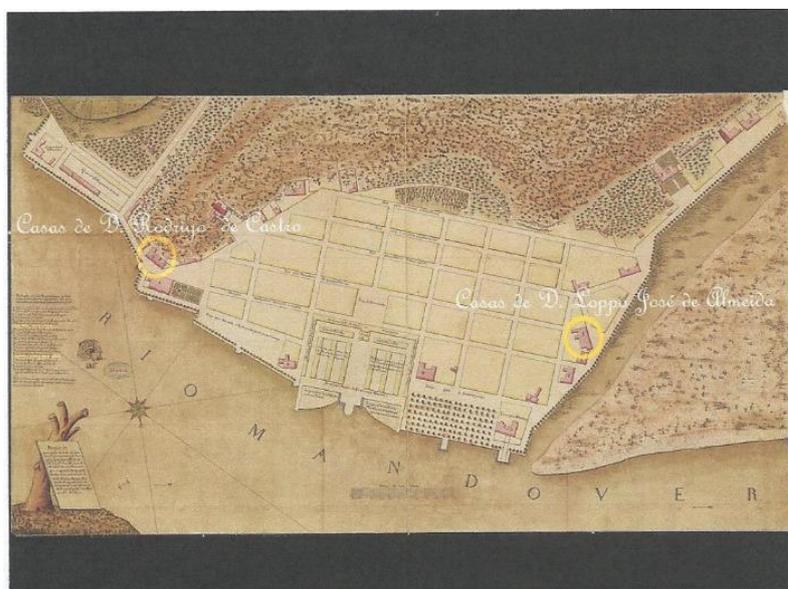
Importar objetos digitais Ligação a depósito físico

Figura 6. Aspeto de um registo de descrição, com visualização de todas as possibilidades de navegação





**Figura 9.** Mapa de Goa com divisões dos distritos do Norte e Sul de Goa<sup>4</sup>



**Figura 10.** Palácios Castro e Almeida (século XVIII)<sup>5</sup>

Dom Rodrigo de Castro in Goa after the fall of Baçaim.

<sup>4</sup> Fonte: WIKIPÉDIA – Goa. Disponível na URL <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Goa>> [Consultado a 26/outubro/2013]

<sup>5</sup> CARITA, Hélder - *Palácios de Goa : modelos e tipologias de arquitectura civil indo- portuguesa*. Lisboa: Quetzal, 1995, p. 108-109.



**Figura 11.** Brasão da Família Castro<sup>6</sup>



**Figura 12.** Aspeto geral da estante onde estão algumas pastas do ACNG



**Figura 13.** Pastas que contêm os documentos de carácter pessoal

<sup>6</sup> Imagem facultada pela família.





## APÊNDICE B - A FAMÍLIA PIMENTEL

### (RAMO DE TORRES NOVAS)<sup>7</sup>

**Vasco Martins Pimentel** - Cerca de 1220. Fundador da linhagem depois de conseguir silenciar a filiação de Martim Fernandes e apresentando-se como o primeiro representante da família a usar o apelido Pimentel, omitindo que o seu pai já o usara. Casou duas vezes: Maria Eanes de Fornelo e Maria Gonçalves Portocarreiro. A família da segunda mulher gozava de uma posição elevada entre a nobreza de corte de D. Afonso III, o que lhe permitiu aceder ao meio cortesão, desfrutando dos poderes régios e ganhando um prestígio e poder que ultrapassavam a sua condição e origem. É assim, um caso exemplar de mobilidade social ascendente.



**Rui Vasques Pimentel** - Cerca de 1260. Filho terceiro do segundo casamento de seu pai e casado com Teresa Rodrigues Bugalho. Tiveram três filhos: João Rodrigues Pimentel, Inês Rodrigues Pimentel e Maria Rodrigues Pimentel.



**João Rodrigues Pimentel** - Instituiu morgado da sua terça: capela e terras em Torres Novas. Foi Mestre da ordem de Avis entre 1342 e 1351, depois da morte de sua mulher Estevainha Gonçalves Pereira. São seus filhos: Gonçalo Eanes Pimentel, Leonor Rodrigues Pimentel e Maria [Mécia] Rodrigues Pimentel.



**Gonçalo Anes Pimentel** - Cerca de 1320. É através dele que o apelido Pimentel entrou neste ramo da família. Casou com Constança Afonso de Aragão, de quem teve vários filhos: Álvaro Gonçalves Pimentel, João Rodrigues Pimentel, Leonor Gonçalves Pimentel e Diogo Gonçalves Pimentel.



**Diogo Gonçalves Pimentel** – Em cerca de 1417 foi para Castela com o Conde de Benavente, João Afonso Pimentel (descendente de Vasco Martins Pimentel pelo seu 1º casamento).

---

<sup>7</sup> As informações constantes deste texto foram recolhidas no ACNG (nas pastas pertencentes ao vínculo dos Pimentéis existem genealogias e apontamentos que permitem a reconstituição da família) e na obra de SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *Os Pimentéis. Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*. Lisboa: IN/CM, 2000.



**Rodrigo Pimentel** – Filho de D. Diogo Gonçalves Pimentel, casou com D. Catarina de Brito, filha de Álvaro de Brito Nogueira e de D. Isabel de Almeida, por sua vez filha de Diogo Fernandes de Almeida, alcaide-mor de Torres Novas.



**Francisco Pimentel** – Casou com D. Isabel, filha de Vasco Fernandes Homem, comendador da Ordem de Cristo, de quem teve vários filhos: D. António de Brito Pimentel, D. Vasco Fernandes Pimentel e D. Rodrigo Pimentel, bem como cinco filhas que foram freiras em Aveiro.



**Rodrigo Pimentel** – Foi alcaide-mor de Torres Novas e casou com D. Catarina de Almeida. São pais de Rodrigo Pimentel de Brito e de Madalena da Silva Pimentel.

O seu filho Rodrigo casou com D. Brites de Almeida e foi fidalgo da Casa Real e alcaide-mor de Torres Novas. Faleceu, a 31 de janeiro de 1636, sem deixar descendência, acabando assim com a varonia Pimentel.



**D. Madalena da Silva Pimentel**, senhora do Morgado de Torres Novas, ficou responsável pela continuidade da linhagem. Casou com Álvaro da Costa.



**António da Costa Pimentel** - Foi alcaide-mor de Torres Novas, fidalgo da Casa Real e governador de Portalegre. Casou com D. Ana Maria de Menezes, com quem teve vários filhos: D. Rodrigo da Costa Pimentel, D. Vasco Luís Coutinho, D. Duarte da Costa Pimentel e D. Isabel. Morreu na sua quinta da Ribeira Ruiva, em Torres Novas, em 1664.

Rodrigo da Costa nasceu em 1640 e faleceu em 1690. Governador da Índia (1689-1690), adquiriu o cofre relicário de São Francisco Xavier, o qual foi vinculado mais tarde. A partir daqui a família ficou na Índia por sete gerações.



**Vasco Luís Coutinho** - Nasceu em 1653 e morreu em 1702. Casou, pela primeira vez, em Taná, com D. Ana Francisca Coutinho, filha de André Pereira Coutinho e de D. Dionísia de Lacerda. São seus filhos: D. Luís da Costa Pimentel e D. Maria Antónia Coutinho da Silva.

D. Luís da Costa Pimentel (fidalgo de sua Majestade e do seu Conselho no Estado da Índia, comendador da Ordem de Cristo e general de Salcete. Casou com sua prima D. Bernarda Rosa de Mello Sampaio e faleceu sem descendência.



**Maria Antónia Coutinho da Silva** - Herdeira da casa de seu pai, Vasco Luís Coutinho e seu tio, D. Rodrigo da Costa, por morte sem sucessão do seu irmão D. Luís da Costa. Casou com D. Lopo José de Almeida (1689-03-19 – 1719-07-20), general da Armada da Índia e provedor da Santa Casa da Misericórdia de Goa. Tiveram apenas um filho, D. Luís Caetano de Almeida. Faleceu em 6 de novembro de 1728.



**Luís Caetano de Almeida** - Nasceu em 1708 e faleceu em 1757. Desempenhou, entre outras, funções no 11.º Conselho de Governo da Índia Portuguesa. Casou com Ana Francisca de Toledo de Castro (05-05-1711 – 21-10-1779), irmã de Rodrigo de Castro. Deste casamento nasceram D. Lopo José de Almeida e D. Manuel de Almeida.



**Lopo José de Almeida Pimentel** - Nasceu a 10 de maio de 1728. Entre outros lugares, ocupou o de capitão-mor da Cidade de Goa, provedor da Santa Casa da Misericórdia e presidente do Senado de Goa. Casou com Francisca Xavier Mariana de Faro Mello e Castro, filha de Francisco de Mello e Castro e de D. Ana Caetana de Noronha.



**Ana Rita Josefa Nepomucena de Almeida** – Nasceu em 1762 e faleceu em 1831. Herdeira da grande casa de seu pai e da casa Silveira e Menezes, por morte do seu tio materno João Vicente da Silveira e Menezes. Casou, em 10 de fevereiro de 1778, com Francisco Xavier de Castro, filho de Rodrigo de Castro. Tiveram dois filhos: D. António de Castro e D. José Maria de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu.

É através deste casamento que os Pimentéis se juntam aos Castros, apesar de já antes, com Luís Caetano de Almeida, ter existido um casamento entre as duas famílias.

**APÊNDICE C - VÍNCULOS, MORGADOS E CAPELAS  
PRESENTES NO ARQUIVO CASTRO/NOVA GOA<sup>8</sup>**

**Capela de Constança Eanes Palhavã**  
(13/08/1327)

**Vínculo dos Pimentéis**  
Estevainha Gonçalves Pereira e João  
Rodrigues Pimentel  
(14/03/1337)

**Vínculo do Mestre João das Leis**  
(20/03/1421?)

**Vínculo dos Sequeiras**  
Nuno Fernandes de Sequeira  
(21/05/1428)

**Capela de Violante Pereira**  
(03/07/1529)

**Capela de Baltasar da Silva**  
(27/03/1543)

**Morgado de D. Maria da Silva**  
(05/05/1569)

**Vínculo de Catarina Dias Ravasco**  
(04/08/1584)

**Vínculo de Isabel de Góis**  
(26/04/1584)

**Vínculo dos Abreus**  
António de Abreu e D. Isabel  
(24/11/1591)

---

<sup>8</sup> As datas apresentadas dizem respeito ao primeiro documento presente no ACNG. Todas as informações foram recolhidas no índice e em alguns apontamentos do General Pestana.

**Morgado de João de Brito e D.  
Mariana Coutinho**  
(24/05/1608)

**Morgado de D. Brites de  
Sequeira**  
(25/10/1628)

**Capela de D. Filipa da Silva**  
(06/12/1826; instituída em 1628)

**Capela de Rui Gomes Baracho**  
(1658 a 1810)

**Capela de D. Brites de Almeida e  
do Mestre Escola João Carneiro**  
Incorporada no Morgado dos  
Pimentéis  
(1683-01-04)

**Vínculo Mello e Castro**  
Caetano de Mello e Castro  
(15/04/1718)

**Morgado de D. Luís Caetano de  
Almeida**  
(22/05/1753)

### **Capela de Constança Eanes Palhavã**

Através do seu testamento, datado de 1327-08-13, Constança Eanes Palhavã faz doação de duas partes de todos os seus bens à sua Capela de Santa Catarina na Igreja de S. Lourenço em Lisboa. Um documento encontrado na Torre do Tombo<sup>9</sup> referia que “Já não existe esta capela. Acha-se na Coroa” (1735), no entanto, a documentação do ACNG vai até 1857.

Esta Capela foi anexada ao Morgado do Mestre João das Leis, entrando na família através do casamento de D. Francisco Xavier de Castro com D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida

### **Vínculo dos Pimentéis**

D. Estevainha Gonçalves (m. 1337) era filha de Gonçalo Pereira, *o Liberal* (c. 1250) e de Inês Lourenço, sua segunda mulher. Em primeiras núpcias, Gonçalo Pereira estabeleceu relações com D. Urraca Vasques Pimentel, filha de Vasco Martins Pimentel, derivando daqui a designação do vínculo.

D. Estevainha foi casada duas vezes: a primeira com Vasco Anes Soalhães e a segunda com João Rodrigues Pimentel, senhor do Morgado de Semelhe. Teve um filho, Gonçalo Anes Pimentel (n. c. 1310), senhor do Morgado de Monsaraz.

Por testamento de D. Estevainha Gonçalves Pereira e de seu marido João Rodrigues Pimentel (1337-03-14), o vínculo foi instituído com Capela na Igreja de São Pedro de Torres Novas. Era constituído por 73 prazos e por propriedades e prazos avulsos. Dele faziam também parte propriedades na Golegã, Santarém e Lisboa.

Como já se referiu, este vínculo entrou na família Castro por intermédio do casamento de D. Francisco Xavier de Castro com D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida. O último documento relativo a este vínculo presente no ACNG é uma escritura e data de 1898-10-31.

---

<sup>9</sup> <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4345457>

### **Vínculo do Mestre João das Leis**

Este vínculo, instituído em 1421(?) -03-20 incluía propriedades no Lumiar (Quinta das Mouras), Sintra, Camarate (Prazo de Apelação), S. Silvestre de Unhos, Lugar do Catejal, Cascais, Quinta das Laranjeiras, Aqualva e Golegã.

### **Vínculo dos Sequeiras**

Filho do Mestre de Avis D. Fernão Rodrigues de Sequeira, Nuno Fernandes de Sequeira instituiu este vínculo em 1436-12-06, oito anos depois de ter instituindo Capela de vários bens no Mosteiro do Carmo da vila de Moura. Estavam a ele associadas propriedades em Moura, Vidigueira, Cuba, Santarém, Faro, Tavira e Elvas. Em Beja Incluía também o jantar de S. Vicente da Beira, em Beja, com seus alimentos e encargos pios.

Entra nos Castros pelo casamento de D. António de Castro com D. Maria Luísa de Toledo e Castro.

### **Capela de Violante Pereira**

Violante Pereira deixa por testamento de 1529-07-03, quarto da Herdade de Segóvia, no termo da Cidade de Elvas, ao filho da sua sobrinha Constança de Abreu.

Deduz-se, portanto, que terá sido incorporado no vínculo dos Abreus.

### **Capela de Baltasar da Silva**

Baltasar da Silva era irmão de Isabel de Góis. Por testamento de 1543-03-27 instituiu Capela em Bucelas, com missa no Mosteiro de Xabregas. A herdeira seria a sua mulher, D. Violante de Castro.

Em 1773-01-08, João Vicente da Silveira e Menezes (tio-avô de D. Ana Rita Maria Josefa) aboliu a capela para liberdade de bens.

### **Morgado de D. Maria da Silva**

Viúva de Fradique de Toledo, foi instituído em 1569-05-05.

### **Vínculo de Catarina Dias Ravasco**

Em 1584-08-04, Catarina Dias Ravasco institui missa na Capela de Nossa Senhora da Anunciação, em S. Francisco de Xabregas. Contém encargos Pios.

Em 1592-12-13 é dado em dote para casamento de D. Ascensa com Rui Fernandes de Sequeira que, por sua vez, levava de seu pai a Herdade da Sovereira.

Luís António Pereira de Sequeira e Abreu tomou posse deste vínculo em 1740-01-11, passando depois para as mãos de D. Ana Francisca de Toledo, filha de D. António de Castro e avó de D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida.

### **Vínculo de Isabel de Góis**

Isabel de Góis era filha de Henrique de Menezes e de D. Maria. Instituiu, em 1584-04-26, vínculo com os bens que lhe pertenciam: Évora (Serra da Espinheira e Corela), Santarém (Alpiarça, Monção, Jardim e Alviscar), Lisboa (Pedras Negras e Madalena) e Torres Novas.

Existe a indicação de que os legados pios foram extintos em 1865-05-31.

Entra nos Castros através de D. Ana Rita Maria Josefa, proveniente dos Silveira e Menezes.

### **Vínculo dos Abreus**

Vínculo instituído por António de Abreu e sua mulher D. Isabel, em 1591-11-24. Inclui propriedades em Tomar (Quinta da Beselga), Beja (Herdade da Zorrinha), Lisboa, Santarém, Vimieiro e Vimioso. A ele pertence também a Capela de Diogo Álvares Ramires, pai de D. Isabel, na Igreja da Anunciada, em Lisboa.

Este vínculo ficou na posse dos Castros com D. Rodrigo de Castro.

### **Morgado de João de Brito e de D. Mariana Coutinho**

Os testamentos destes indivíduos datam de 1608-05-24, sendo que no Morgado compreende propriedades em S. Francisco de Xabregas e Torres Novas. Existe um instrumento de posse de D. Duarte da Costa, irmão de D. Rodrigo da Costa, datado de 1688-08-11. O vínculo passou à Coroa depois de 1763.

### **Morgado de D. Brites Sequeira**

Doação do Morgado em Moura por D. Brites a seu sobrinho D. Luís de Moscozo, filho de seu irmão Rui Fernandes de Sequeira e de D. Inês de Moscozo, datada de 1628-10-25.

### **Capela de D. Filipa da Silva**

Instituída em 1628, correspondia à Capela de Nossa Senhora da visitação no Convento de S. Francisco de Santarém. Nunca se pagou por haver confusão com uma Capela de Filipa Maria da Silva. Em 1628 era seu administrador Álvaro da Costa. D. Ana Rita Maria Josefa solicitou a abolição em 1826, tendo sido concedida em 1829-01-28.

### **Capela de Rui Gomes Baracho**

Sobre esta capela apenas se sabe que foi instituída na Sé de Goa com vários bens existentes nessa cidade. Os papéis do ACNG vão de 1658 a 1810.

### **Capela de D. Brites de Almeida e do Mestre Escola João Carneiro**

Foi incorporada no vínculo dos Pimentéis em 1683-01-04. Chegou aos Castros através de D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida.

### **Vínculo dos Melo e Castro**

Instituído por testamento de Caetano de Mello e Castro (1718-04-15). Compreende a Quinta de Monserrate e propriedades em Colares, Odivelas, Lisboa e Torres Novas.

Foi, portanto, por intermédio de D. Ana Rita Maria Josefa que este vínculo entrou na família Castro.

### **Morgado de D. Luís Caetano de Almeida**

Deste morgado sabe-se apenas que foi dado por escritura a D. Lopo José de Almeida Pimentel, em 1753-05-22.

A entrada nos Castros deu-se, também, através do casamento de D. Francisco Xavier com D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida.

## APÊNDICE D – “GUIA DE REMESSA”

Entidade Remetente		Entidade Destinatária	
Data:	2012-11-09	Data:	2012-11-09
Responsável:	Luís Eduardo Castro	Responsável:	Teresa Castro

Identificação global	
Fundo Arquivístico:	Família Castro / Condes de Nova Goa
Datas Extremas:	

Número e Tipo de Unidades de Instalação						Suporte Documental			
Pastas	Caixas	Livros	Maços	Rolos	Outros	Papel	Microfilme	Digital	Outro
71						X			

Unidades de Instalação				
N.º	Título	Datas Extremas	Nº Unidades de Instalação	Notas
1-4	Vínculo de João das Leis		4	
1 e 2	Vínculos diversos		2	
1-4	Vínculo dos Sequeiras		4	
1-9	Vínculo dos Abreus		9	
1-4	Vínculo de Isabel de Góis		4	A pasta n.º 2 está vazia.
1-9	Vínculo dos Pimentéis		9	
	Livros do Índice		4	
	Tombo do Morgado dos Pimentéis		1	
	Morgado dos Pimentéis: relações para escrituras de reconhecimento de foreiros dos prazos em Torres Nova. Golegã		1	
	Pendentes - várias propriedades pertencentes ao Vínculo dos Pimentéis		1	
3 e 4	Pimentéis		2	
	Papéis que se consideram inúteis		1	
	Cartas, letras e recibos de diversos indivíduos		1	
1	Vínculo de Catarina Dias Ravasco		1	
1-3	Vínculo Melo e Castro		3	

1	Propriedades avulsas		1	
2	Sentenças de justificações		1	
3	Testamentos		1	
4-9	Pastas Pessoais: Abreus e Sequeiras, Lopo José D' Almeida, D. Francisco de Castro e D. J. M. De Castro A. Sequeira e Abreu		6	
10-12	Procuradores: J. F. Bandeira; A. G. Callado, J. F. Quintela, J. v. Peres, N. J. Mongiardim, J. A. Potech; P. Joaquim de Carvalho, G. J. Teles da Silva		3	Falta a pasta 13 (também dos procuradores) mas os documentos existem
14	Objetos avulsos		1	
	Pendentes: Morgado da Corte do Serrão		1	
	Pendentes: Correspondência de Lemos d'Évora, D. Raimundo de Coimbra, José do Valle e outros (D. Luiz Caetano de Castro e Almeida, Conde de Nova Goa)		1	
	Relação de todas as propriedades com declaração dos vínculos a que pertencem		1	
I e II	Correspondência da Índia.		1	
1-5	Correspondência da Índia		5	

## APÊNDICE E - CATÁLOGO DO ACNG: EXEMPLO DE DESCRIÇÕES

### Nível Fundo

**Fundo** PT ACNG ACNG - Arquivo Castro / Nova Goa

**Zona de identificação**

**Código de referência** PT PT ACNG PT ACNG ACNG

**Título** Arquivo Castro / Nova Goa

**Data(s)** 1337-3-14 - (Produção)

**Nível de descrição** Fundo

**Dimensão e suporte** Dimensão: 5 secções; documentos manuscritos. Suporte: papel e pergaminho

**Área de contextualização**

**Nome do produtor** Castro/Nova Goa. Família. (c. 1343 -)

**Entidade detentora** Arquivo Castro / Nova Goa

**História do arquivo** A história custodial e arquivística do Arquivo Castro/Nova Goa é, praticamente, desconhecida.

Sabe-se apenas que existiu uma reorganização do arquivo, feita pelo General Daniel Ferreira Pestana, na segunda metade do século XIX, no contexto dos registos vinculares. Desse esforço de aglomeração, recuperação e organização da informação, resultou um índice que ainda hoje é utilizado pela Família. Anterior a essa organização, pouco ou nada se sabe. A documentação terá entrado na família por via do casamento, acompanhando as várias propriedades de que tomou posse mas não há qualquer indício de organização. Este é, portanto, um "arquivo de arquivos" que reuniu documentação de várias famílias. Ao longo dos anos, a Família foi utilizando o acervo, tanto por questões de prova como de informação e pesquisa histórica.

Em termos físicos, a documentação mantém a organização definida pelo General Pestana, bem como as unidades de acondicionamento por ele utilizadas. O Arquivo está, atualmente, na posse direta do 4º Conde de Nova Goa.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência** O Arquivo tem passado sempre de geração em geração, sendo seu proprietário atual o 4º Conde de Nova Goa, D. Luís de Mendia de Castro.

**Zona do conteúdo e estrutura**

**Âmbito e conteúdo** O Arquivo Castro/Nova Goa (ACNG) engloba documentação desde o século XIV até aos dias de hoje. No entanto, apenas existiram preocupações de organização e reunião da informação até inícios do século XX. O índice do General Pestana contempla a documentação desde 1337-03-14 (Testamento de Estevainha Gonçalves Pereira) a 1898-10-31 (Escritura de uma propriedade em Marvila). Note-se alguns dos documentos referidos são posteriores à realização do índice, o que revela uma preocupação com a manutenção da organização. Os documentos alvo da descrição até agora disponível situam-se cronologicamente entre os séculos XVI a XIX. São, na sua maioria, documentos pessoais: certidões de nascimento, batismo, vida, morte, casamento; procurações; documentos passados a

propósito dos cargos político-militares desempenhados por alguns elementos da família. Graças à participação ativa dos Castros/Nova Goa na Expansão Portuguesa, os documentos referem-se, para além de Portugal, também à Índia, Macau, Moçambique e Rio de Janeiro.

**Sistema de organização** Fisicamente, o ACNG mantém a organização dada pelo General Pestana: uma ordem temática, com ordenação cronológica. Virtualmente, os documentos são restituídos ao seu produtor, permitindo a construção de uma estrutura genealógica. Pretende ser, portanto, uma organização orgânico-funcional.

#### **Zona de condições de acesso e utilização**

**Condições de acesso** Regra geral, e apesar de alguns documentos se encontrarem mais deteriorados, todo o acervo pode ser sujeito a consulta.

No entanto, por ser um arquivo privado e se encontrar numa casa particular, o acesso e consulta do ACNG requer uma autorização prévia da família.

**Idioma do material** latim; português

**Instrumentos de descrição** Índice, em quatro volumes, da autoria de Daniel Ferreira Pestana.

#### **Zona de documentação associada**

**Unidades de descrição relacionadas** Não foi possível levar a cabo uma pesquisa que identificasse, noutros arquivos, documentação relacionada com a encontrada no ACNG. No entanto, é quase certo que essa documentação existe.

**Nota de publicação** BOXER, Charles Ralph; VASCONCELOS, Frazão de – André Furtado de Mendonça (1558-1610). Lisboa: Fundação Oriente; Macau: Centro de Estudos Marítimos, 1989.

CASTRO, Família - The Castro Family Archive: The Importance of a Family Archive for the History of the Indian Ocean Societies. s.l.: s.n., 2013.

MARQUES, Patrícia - O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico. Lisboa: s.n., 2013.

#### **Pontos de acesso**

**Ponto de acesso – nome** [Castro/Nova Goa. Família](#). (Produtor)

#### **Zona do controlo da descrição**

**identificador da instituição** PT ACNG

**Estatuto** Preliminar

**Nível de detalhe** Parcial

**Datas de criação, revisão, eliminação** Criado em 2013-10-26

**Idioma(s)** português

---

### Nível Secção

#### **Secção SC 03 - Almeida e Castro**

Parte de Arquivo Castro / Nova Goa

#### **Zona de identificação**

**Código de referência** PT PT ACNG PT ACNG ACNG-SC 03

**Título** Almeida e Castro

**Data(s)** 1751-7-26 - 1831-10-15 (Produção)

**Nível de descrição** Secção

**Dimensão e suporte** Dimensão: 4 subsecções; suporte: papel

**Área de contextualização**

**Nome do produtor** [Castro, D. Francisco Xavier de. 1751-1818](#) (1751-07-26 - 1818-12-23)

**Nome do produtor** [Mello, D. Inácia Rosa de. c. 1770](#) (c. 1770)

**Nome do produtor** [Almeida, D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de. 1762-1831](#) (1762-05-23 - 1831-04-29)

**Entidade detentora** [Arquivo Castro / Nova Goa](#)

**Zona do conteúdo e estrutura**

**Âmbito e conteúdo** Esta secção compreende os documentos produzidos durante a terceira geração da família Castro representada no arquivo. Estão presentes os documentos de D. Francisco Xavier de Castro, da sua segunda mulher, D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida, e dos seus dois casamentos. São várias tipologias documentais, compreendendo documentos pessoais e de função. Foi nesta geração que entrou na família a maioria das propriedades. Inseridos nas subsecções correspondentes, encontram-se três subsistemas familiares (Mello, Almeida Pimentel e Melo e Castro), com documentação dos vários ramos da família entrada por via dos dois casamentos, e dois subsistemas profissionais/individuais, pertencentes a D. Francisco Xavier de Castro.

**Zona de condições de acesso e utilização**

**Idioma do material** português; latim

**Pontos de acesso**

**Ponto de acesso – nome** [Castro, D. Francisco Xavier de. 1751-1818](#) (Produtor)

[Mello, D. Inácia Rosa de. c. 1770](#) (Produtor)

[Almeida, D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de. 1762-1831](#) (Produtor)

**Zona do controlo da descrição**

**Estatuto** Preliminar

**Nível de detalhe** Parcial

**Datas de criação, revisão, eliminação** Criado em 2013-10-20

**Idioma(s)** português

---

### Nível Subsecção

**Subsecção SSC 03.04 - D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida**

Parte de [Arquivo Castro / Nova Goa](#)

**Zona de identificação**

**Código de referência** PT PT ACNG PT ACNG ACNG-SC 03-SSC 03.04

**Título** D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida

**Data(s)** 1762-5-23 - 1831-10-15 (Produção)

**Nível de descrição** Subsecção

**Dimensão e suporte** Dimensão: 9 documentos; suporte: papel

#### Área de contextualização

**Nome do produtor** [Almeida, D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de. 1762-1831](#) (1762-05-23 - 1831-04-29)

**Entidade detentora** [Arquivo Castro / Nova Goa](#)

#### Zona do conteúdo e estrutura

**Âmbito e conteúdo** Esta subsecção compreende os documentos produzidos por D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida (1762-05-23 a 1831-04-29), filha de D. Lopo José de Almeida Pimentel e de D. Francisca Xavier Mariana de Faro Melo e Castro.

#### Zona de condições de acesso e utilização

**Idioma do material** português

#### Pontos de acesso

**Ponto de acesso – nome** [Almeida, D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de. 1762-1831](#) (Produtor)

#### Zona do controlo da descrição

**Estatuto** Preliminar

**Nível de detalhe** Parcial

**Datas de criação, revisão, eliminação** Criado em 2013-10-19

**Idioma(s)** português

---

#### Nível Série

**Série 09/02 - [Alvarás de foro de fidalgo, fidalgo escudeiro e cavaleiro a D. Francisco Xavier de Castro]**

Parte de [Arquivo Castro / Nova Goa](#)

#### Zona de identificação

**Código de referência** PT PT ACNG PT ACNG ACNG-SC 03-SSC 03.03-09/02

**Título** [Alvarás de foro de fidalgo, fidalgo escudeiro e cavaleiro a D. Francisco Xavier de Castro]

**Data(s)** 1767-3-28 - 1821-3-21 (Produção)

**Nível de descrição** Série

**Dimensão e suporte** Dimensão: 2 documentos; suporte: papel

#### Área de contextualização

**Nome do produtor** [Castro, D. Francisco Xavier de. 1751-1818](#) (1751-07-26 - 1818-12-23)

**Entidade detentora** [Arquivo Castro / Nova Goa](#)

#### Zona do conteúdo e estrutura

**Âmbito e conteúdo** O primeiro documento, dado em Lisboa a 1767-03-28 (com data final de 1767-04-24), é o Alvará de moço fidalgo. O segundo, com data de 1767-04-03 (com data final de 1768-09-13), diz respeito à atribuição dos títulos de fidalgo escudeiro e cavaleiro.

O segundo alvará foi confirmado em Pangim, em 1821-03-21. «

#### Zona de condições de acesso e utilização

**Idioma do material** português

#### Zona de notas

**Nota** Localização física: pasta 9, documento 2.

**Pontos de acesso**

**Pontos de acesso – assunto** [Alvará](#)

**Pontos de acesso – lugares** [Lisboa](#)

[Pangim](#)

**Ponto de acesso – nome** [Castro, D. Francisco Xavier de. 1751-1818](#) (Produtor)

**Zona do controlo da descrição**

**Estatuto** Preliminar

**Nível de detalhe** Parcial

**Datas de criação, revisão, eliminação** Criado em 2013-10-14

**Idioma(s)** português

---

**Nível Documento**

**Documento simples 02/18** - [Sentença de justificação de D. Ana Rita Maria Josefa de Almeida provando que, por morte de seu marido, lhe pertence a administração do Morgado dos Pimentéis e a Capela de Moura]

Parte de Arquivo Castro / Nova Goa

**Zona de identificação**

**Código de referência** PT PT ACNG PT ACNG ACNG-SC 03-SSC 03.04-02/18

**Título** [Sentença de justificação de D. Ana Rita Maria Josefa de Almeida provando que, por morte de seu marido, lhe pertence a administração do Morgado dos Pimentéis e a Capela de Moura]

**Data(s)** 1820-1-8 - (Produção)

**Nível de descrição** Documento simples

**Dimensão e suporte** Suporte: papel

**Área de contextualização**

**Nome do produtor** [Almeida, D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de. 1762-1831](#) (1762-05-23 - 1831-04-29)

**Entidade detentora** [Arquivo Castro / Nova Goa](#)

**Zona do conteúdo e estrutura**

**Âmbito e conteúdo** D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida explica que, enquanto fora casada, o seu marido administrara por ela referidos morgados e, portanto, por sua morte, a ela pertencia a administração. As propriedades a que se refere são: Morgado de Torres Golegã e Santarém e Capela de Moura.

**Zona de condições de acesso e utilização**

**Idioma do material** português

**Zona de notas**

**Nota** O documento está numerado: n.º 7, 39.

**Nota** Localização física: pasta 2, documento 18.

**Pontos de acesso**

**Pontos de acesso – assunto** [Sentença de justificação](#)

[Capela de Moura](#)

[Morgado dos Pimentéis](#)

**Pontos de acesso – lugares** [Torres Novas](#)

[Santarém](#)

[Golegã](#)

**Ponto de acesso – nome** [Almeida, D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de. 1762-1831](#) (Produtor)

[Castro, D. Francisco Xavier de. 1751-1818](#) (Assunto)

**Zona do controlo da descrição**

**Estatuto** Preliminar

**Nível de detalhe** Parcial

**Datas de criação, revisão, eliminação** Criado em 2013-10-13

**Idioma(s)** português

---

## Nível Subsistema

**Subsistema SBS 03.02 - Almeida Pimentel**

Parte de Arquivo Castro / Nova Goa

**Zona de identificação**

**Código de referência** PT PT ACNG PT ACNG ACNG-SC 03-SSC 03.02-SBS 03.02

**Título** Almeida Pimentel

**Data(s)** 1690 - 1780-5-2 (Produção)

**Nível de descrição** Subsistema

**Dimensão e suporte** Dimensão: 3 secções; suporte: papel

**Área de contextualização**

**Nome do produtor** [Almeida, D. Lopo José de](#)

**Nome do produtor** [Silva, D. Maria Antónia Coutinho da](#)

**Nome do produtor** [Almeida, D. Luís Caetano de](#)

**Nome do produtor** [Castro, D. Ana Francisca de Toledo e](#)

**Nome do produtor** [Pimentel, D. Lopo José de Almeida](#)

**Nome do produtor** [Castro, D. Francisca Xavier Mariana de Faro Mello e](#)

**Nome do produtor** [Castro, Francisco de Melo e Castro.](#)

**Nome do produtor** [Noronha, D. Ana Caetana de](#)

**Nome do produtor** [Menezes, João Vicente da Silveira e](#)

**Nome do produtor** [Castro, D. Ana Maria Xavier Pereira de](#)

**Entidade detentora** [Arquivo Castro / Nova Goa](#)

**Zona do conteúdo e estrutura**

**Âmbito e conteúdo** Os Almeida Pimentel estabeleceram relação com os Castros por dois casamentos: D. Rosa Maria de Castro, irmã do supracitado D. António de Castro, casou com José Luís da Silveira e Távora, vindo a ser bisavó, pelo lado materno, de D. Francisco Xavier de Castro (neto desse D. António

de Castro e filho de D. Rodrigo de Castro); este Francisco Xavier de Castro (n. Pangim, a 26/07/1751 e f. aí, a 23/12/1818) veio a casar com D. Ana Rita Maria Josefa Nepomucena de Almeida, neta do já mencionado D. Luís Caetano de Almeida e, por isso, herdeira do seu vínculo. Pelo lado do seu tio-avô materno, seria também herdeira da Casa dos Silveira e Menezes. Este subsistema contém, portanto, os documentos produzidos por este ramo familiar.

**Zona de condições de acesso e utilização**

**Idioma do material** português

**Pontos de acesso**

**Ponto de acesso – nome** [Almeida, D. Lopo José de](#) (Produtor)

[Menezes, João Vicente da Silveira e](#) (Produtor)

[Noronha, D. Ana Caetana de](#) (Produtor)

[Castro, Francisco de Melo e Castro.](#) (Produtor)

[Castro, D. Francisca Xavier Mariana de Faro Mello e](#) (Produtor)

[Pimentel, D. Lopo José de Almeida](#) (Produtor)

[Castro, D. Ana Francisca de Toledo e](#) (Produtor)

[Almeida, D. Luís Caetano de](#) (Produtor)

[Silva, D. Maria Antónia Coutinho da](#) (Produtor)

[Castro, D. Ana Maria Xavier Pereira de](#) (Produtor)

**Zona do controlo da descrição**

**Estatuto** Preliminar

**Nível de detalhe** Parcial

**Datas de criação, revisão, eliminação** Criado em 2013-10-13

**Idioma(s)** português